



D I V A R I O

A Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE ABRIL DE 1992

Presidente: Ex.^{ma} Sr. José Manuel Nunes de Almeida

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

S U M Á R I O

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de resolução n.º 16/VI.

Na abertura do debate da interpelação n.º 4/VI — Sobre política agrícola (PS) intervieram o Sr. Deputado António Guterres (PS) e o Sr. Ministro da Agricultura (Arlindo Cunha), segundo-se-lhes no uso da palavra, a diverso título, além dos Srs. Secretários de Estado da Agricultura (Álvaro Amaro) e dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar (Luís Capoulas), os Srs. Deputados Octávio Teixeira (PCP), Antunes da Silva, João Maçãs, Carlos Duarte, Bernardino Gata Silva, Vasco Miguel e José Carvalho Ribeiro (PSD), Mário Tomé (Indep.), Luís Capoulas Santos (PS), Lino de Carvalho (PCP), António Campos (PS), Manuel Queiró (CDS), Alberto Costa e Helena Tor-

res Marques (PS), Nogueira de Brito (CDS), Raul Castro (Indep.), Isabel Castro (Os Verdes) e António José Seguro (PS).

A encerrar o debate intervieram o Sr. Deputado Jaime Gama (PS) e o Sr. Ministro da Agricultura.

Entretanto, foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, proposta de lei n.º 7/VI — Estabelece a igualdade de direitos na atribuição das pensões de sobrevivência devidas por acidentes de trabalho ou doença profissional (altera a Lei n.º 2127, de 3 de Agosto de 1965).

Foi igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, de baixa à Comissão das propostas de lei n.ºs 11/VI, 12/VI e 16/VI para nova apreciação antes da votação na generalidade.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Soares Campos.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro José Martins Viegas.
Américo de Sequeira.
António Barbosa de Melo.
António Barradas Leitão.
António Correia Vairinhos.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Fernandes Alves.
António Germano Sá e Abreu.
António Maria Pereira.
António Paulo Coelho.
Aristides Alves Teixeira.
Arlindo da Silva Moreira.
Armando Guerreiro da Cunha.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos de Almeida Coelho.
Carlos Manuel Gonçalves.
Carlos Oliveira da Silva.
Cecília Pita Catarino.
Dinah Serrão Alhandra.
Domingos Duarte Lima.
Domingos José Soares Lima.
Duarte Rogério Pacheco.
Eduardo Pereira da Silva.
Ema Maria Lóia Paulista.
Fernando Correia Afonso.
Fernando dos Reis Condesso.
Fernando Monteiro do Amaral.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco Bernardino Silva.
Guilherme Rodrigues Silva.
Hilário Azevedo Marques.
Isilda Maria Pires Martins.
Jaime Gomes Mil-Homens.
João Alberto Granja Silva.
João do Lago Mota.
João Granja da Fonseca.
João José da Silva Maçãs.
João Salgado.
Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Fernandes Marques.
Jorge Paulo Roque da Cunha.
José Alberto Puig Costa.
José António Peixoto Lima.
José Borregana Meireles.
José de Almeida Cesário.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Leite Machado.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Gaspar.

José Mário Lemos Damião.
José Reis Leite.
Leonardo Ribeiro de Almeida.
Luís António Martins.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Carrilho da Cunha.
Luís Filipe Pais de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Azevedo.
Manuel Casimiro de Almeida.
Manuel Costa Andrade.
Mammi Lima Amorim.
Manuel Simões Marques.
Maria Conceição Rodrigues.
Maria da Conceição Pereira.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Leonor Beleza.
Maria Luísa Ferreira.
Maria Manuela Aguiar.
Maria Margarida de Sousa.
Marília Dulce Pires Morgado.
Mário Belo Maciel.
Mário de Oliveira Santos.
Miguel Bento Macedo e Silva.
Miguel Fernando Relvas.
Nuno Deterue Alvim de Matos.
Olinto da Cruz Ravara.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Carlos Alvarez Carp.
Rui Fernando da Silva Rio.
Simão José Ricon Peres.
Vasco Francisco Miguel.
Virgílio de Carneiro.
Vítor Manuel Igreja Raposo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons de Carvalho.
Alberto Bernardes Costa.
Alberto de Oliveira e Silva.
Alberto de Sousa Martins.
Alberto Manuel Avelino.
Ana Maria Bettencourt.
António da Silva Braga.
António de Almeida Santos.
António Domingues Azevedo.
António José Martins Seguro.
António Marques Júnior.
António Oliveira Guterres.
António Poppe Lopes Cardoso.
António Ribeiro Campos.
António Ribeiro da Silva.
Armando Martins Vara.
Artur Pereira dos Penedos.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Manuel Luís.
Eduardo Ferro Rodrigues.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Eurico José de Figueiredo.
Fernando Pereira Marques.
Fernando Pereira de Sousa.
Guilherme de Oliveira Martins.
Helena Torres Marques.

Jairme José Matos da Gama.
 João Ferraz de Abreu.
 João Maria Meneses Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Fialho Anastácio.
 Jorge Lacerda Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Apolinário Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Eduardo Cruz Jardim.
 José Eduardo Reis.
 José Ernesto dos Reis.
 José Gameiro dos Santos.
 José Manuel da Silva Lemos.
 José Manuel Lello Almeida.
 José Rebelo dos Reis Lamego.
 José Rodrigues dos Penedos.
 José Sócrates de Sousa.
 Júlio da Piedade Henriques.
 Júlio Miranda Calha.
 Luís Capoulas Santos.
 Manuel Alegre Melo Duarte.
 Maria Julieta Sampaio.
 Maria Santa Clara Gomes.
 Mário Manuel Videira Lopes.
 Raúl Piimenta Rêgo.
 Rogério Conceição Martins.
 Rui Machado Ávila.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Gaião Rodrigues.
 Apolónia Maria Teixeira.
 Carlos Gomes Carvalhas.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 José Manuel Maia.
 Lino Marques de Carvalho.
 Maria de Lourdes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Rodrigues
 Octávio Augusto Teixeira.
 Vítor Manuel Ranita.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Casimiro da Silva Tavares.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Manuel Rodrigues Querido.
 Narana Sinai Coissôr.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria Almeida Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira Cunha.

Deputados independentes:

Mário Batista Tomé.
 Raul de Moraes e Castro.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa e foi admitido o projecto de resolução n.º 16/VI — Medidas de defesa das crianças em risco (PS).

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, antes de dar início à apreciação da interpelação n.º 4/VI — Debate sobre política agrícola (PS), informo a Câmara de que a reunião plenária será interrompida às 16 horas para realizarmos a sessão solene de boas-vindas a S. Ex.º o Presidente da República do Egito, a qual decorrerá, como os Srs. Deputados sabem, na Sala do Senado.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Luís Filipe Meneses): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Faça favor.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.º nos informasse, ao Governo e à Câmara, da forma como tenciona conduzir os trabalhos, na medida em que a recepção ao Sr. Presidente da República do Egito vai fazer com que os trabalhos sejam interrompidos e, para nós, não é indiferente o momento em que essa interrupção se dê, uma vez que, a nosso ver, não faz sentido que ela seja feita a meio de um dos blocos que constituem a totalidade da interpelação ao Governo.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, a intenção da Mesa é a de, antes da interrupção, concluir o primeiro bloco relativo às intervenções de abertura do debate, uma vez que, se começarmos de imediato, estamos em condições de interromper após as intervenções de abertura do partidário interpelante e do Governo.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, como o nosso entendimento é também esse, estamos esclarecidos.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sendo assim, vamos dar início ao debate da interpelação n.º 4/VI, para o que tenho a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A agricultura é, hoje, o sector em mais grave crise na economia portuguesa, crise que afecta, em muitos casos, dramaticamente, uma parte significativa da nossa população. Faz, por isso, todo o sentido que o Grupo Parlamentar do PS tenha decidido encarregar-me de abrir esta interpelação.

O tempo da agricultura e o tempo da política não são iguais!

O tempo da agricultura é mais lento, vai fluindo de estação em estação, sem que os factos políticos minimamente o transformem. O que hoje é semeado recolhe-se meses depois, a árvore que hoje se planta leva anos a crescer.

É preciso tempo para julgar uma política agrícola e os seus efeitos. Estamos agora em condições de fazê-lo; há nove anos que o PSD mantém, ininterruptamente, a condução do Ministério da Agricultura.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A agricultura que hoje temos é assim, em grande medida, um fruto do PSD.

Com ajudas de pré-adesão, primeiro, com os fundos estruturais, depois, centenas e centenas de milhões de contos, foram vindos de Bruxelas para a nossa agricultura e com isso o investimento anual pôde multiplicar-se.

Era legítimo esperar que estivéssemos a assistir a um surto extraordinário de desenvolvimento e modernização, sustentados ainda mais pelo crescimento do consumo interno e pela abertura dos mercados comunitários. As transformações estruturais, exigidas pela concorrência europeia, deveriam estar em franco progresso, só que, diga o que disser aqui, hoje, o Ministro da Agricultura, seja qual for o «coelho do chapéu», que tire da última reunião em Bruxelas, nada poderá esconder esta trágica realidade: nove anos de comando político nas mãos de um só partido; nove anos de recursos financeiros sem paralelo na história do nosso país — dos quais, pelo menos, sete anos de uma conjuntura nacional e internacional globalmente favoráveis —; e qualquer análise seria do mundo rural português revela que pouco se progrediu e, mesmo, em alguns casos, que se andou para trás.

De 1985 a 1991, segundo o indicador mais favorável de todos, o rendimento médio real dos agricultores portugueses baixou 10,4 %. No mesmo período, segundo o EUROSTAT, na sua versão mais recente, os agricultores espanhóis viram o seu rendimento real subir 27,6 %, os irlandeses 22,9 % e até os gregos, cujas desgraças o governo português tanto gosta de citar, tiveram um aumento de 22,4 %.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O nosso défice agro-alimentar passou, entre 1985 e 1990, de 107 para 250 milhões de contos. Cada vez importamos mais daquilo que comemos! O Governo gostava de dizer que tal défice era, em grande parte, compensado pelo saldo positivo nos produtos florestais: era o eucalipto salvador (o filho do PSD, como lhe chámou inspiradamente o meu colega de bancada José Sócrates), o «petróleo-verde» do ministro Mira Amaral. Só que, agora, até o eucalipto está em causa, para mal da nossa economia e para bem da nossa ecologia!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, nem nós produzimos para que temos as melhores condições naturais estamos bem: Em 1985, importámos 1,7 milhões de contos de frutas frescas e refrigeradas; em 1991, 17,5 milhões de contos, 10 vezes mais portanto; só de maçãs foram 46 000 t...;

Quanto às exportações, passámos de 3,8 para 4,2 milhões de contos. Como se pode competir nos mercados internacionais quando não somos capazes de competir no próprio mercado interno?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em valor, a taxa de cobertura das importações pelas exportações passou de 219 %, em 1985,

para apenas 24 %, em 1991. Não basta culpar a abertura do mercado e o crescimento do consumo... O mal é mais profundo!

E nos produtos hortícolas temos o mesmo drama.

Noutro plano, a desertificação progride a ritmo assustador nas regiões do interior com a fuga dos homens, o abandono das terras, a progressiva degradação da paisagem.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Face a este cenário, uma pergunta se impõe: por que é que tudo isto aconteceu? Por várias razões: pela ausência continuada de uma política agrícola, pelo desbaratar da oportunidade de ouro dos fundos comunitários e pelos efeitos desastrosos sobre a agricultura da política macroeconómica dos últimos anos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Num período de rápidas mudanças para a economia portuguesa e para seu enquadramento internacional, não houve qualquer política agrícola consistente.

Formular uma política significa escolher, portanto seleccionar e eliminar, privilegiar e desfavorecer. Só que os governos vêm procedendo como se o simples evoluir ao sabor das leis da Natureza e do mercado fosse suficiente para promover as profundas alterações de estrutura que se impõem à agricultura portuguesa.

De sério e de consistente, de sólido e de duradouro, pouco se tem feito.

Vangloria-se o Governo, qual contabilista feliz, de conseguir gastar tudo, ou quase tudo, do que a Comunidade é os contribuintes portugueses lhe proporcionam. Só que o que está em causa não é um exercício contabilístico; o que está em causa é perguntar como e com que efeitos foram aplicados os fundos comunitários.

Começo por registar que não houve qualquer tentativa séria de apostar numa especialização diferente, capaz de aproveitar as nossas vantagens comparativas.

O essencial do esforço continuou a dirigir-se às culturas tradicionais, tendo-se empurrado, muitas vezes, os agricultores, com a miragem do subsídio, para o endividamento, investindo em projectos de futuro incerto.

Onde esteve um verdadeiro plano nacional de aproveitamento dos recursos hídricos? Onde esteve o apoio à inovação? Onde esteve a aposta clara nos produtos mediterrânicos?

Vamos ouvir, provavelmente, daqui a minutos, o Ministro da Agricultura brandir o NOVAGRI, o conjunto de medidas de apoio às novas culturas, que irá funcionar finalmente em 1992, só que já devia ter começado em 1986 ou 1987. E para 1992, gostaria que o Ministro nos dissesse hoje quanto vai ser gasto, pois, tanto quanto sabemos, ao todo são só 2 milhões de contos. Será verdade? Será possível?

Como se isso não bastasse, envolvem-se os projectos numa teia burocrática, fazendo em alguns casos participar seis entidades na sua aprovação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A descoordenação é geral. Conhecem-se casos em que se recusa, através do PEDAP, a electrificação de uma exploração que vê o respectivo projecto empresarial aprovado pelo Regulamento n.º 797/CEE.

Para além de tudo isto, os agricultores, tal como a generalidade das empresas, foram as principais vítimas da política macroeconómica do PSD nos últimos anos — o ano de 1991 é um exemplo típico.

Havia eleições, logo era preciso deixar crescer os salários e o défice do Orçamento, porque um Estado gastador é sempre um Estado popular. Para controlar a inflação houve, então, que fazer subir o valor do escudo e praticar taxas de juro incomportáveis para as empresas. Temos andado todos a trabalhar para os bancos.

Quando há demagogia eleitoral, há sempre alguém que paga a factura!

Os agricultores portugueses não podem competir com os outros pagando taxas de juros proibitivas, com um escudo sobrevalorizado, com gasóleo, energia, adubos e pesticidas significativamente mais caros, estes últimos mesmo antes do IVA.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando passamos da agricultura às indústrias agro-alimentares o panorama é ainda mais desolador.

Depois do crescimento desordenado dos anos 70, todos pensavam que, com os apoios comunitários, se iria seguir um desenvolvimento organizado e coerente. Com mais de 100 milhões de contos já gastos, estamos, em muitos aspectos, ainda pior. A indústria, outrora pujante, do concentrado de tomate está hoje transformada num edifício em ruínas, arrastando consigo a ruína de milhares de agricultores; as conservas patinam; a produção do azeite acompanha o abandono dos olivais; os vinhos, que à partida tinham alguns problemas mas que ofereciam tantas perspectivas, ficaram sem as perspectivas e continuam com os problemas; a indústria da carne cresceu, mantendo-se, porém, dispersa e pulverizada; o leite lá se foi organizando graças às cooperativas, com os problemas que se conhecem, mas as empresas de lacticínios continuam sem dimensão competitiva.

Os mercados abastecedores ficaram no esquecimento; os matadouros, esses parecem multiplicar-se por geração espontânea, tendo já recebido 15 milhões de contos de apoio. Embora estejam definitivamente cortadas as possibilidades de crescimento da produção animal, gastou-se 1 milhão de contos com um matadouro no Algarve, quando o de Beja, com ligeiras modificações, chegaria facilmente para todo o gado dos dois distritos!...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Agora, ficarão ambos a dar prejuízo, enquanto os de Sousel, Tomar, Oliveira do Hospital e vários outros acumulam défices e o de Vila da Feira faliu a meio da construção. Mas não faz mal, pois o IROMA já lhe deu um novo fôlego, ao mesmo tempo que se aprova o Matadouro de Famalicão, a escassas dezenas de quilómetros, certamente com o objectivo de inviabilizar os dois.

E, depois, também todos conhecemos a história do Cachão. Aí está já o Matadouro de Montalegre para com ele competir nos prejuízos!...

A política do Governo foi e é a de construir ou apoiar sucessivos «elefantes brancos» e formar uma *holding* de sociedades falidas a partir de um organismo anteriormente extinto.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dito tudo isto, quero deixar aqui três desafios concretos ao Ministro da Agricultura.

Primeiro, publique um relatório da realização material e não apenas financeira da utilização dos fundos estruturais e dos efeitos dessa utilização na produção, na produtividade, no rendimento dos agricultores e no desenvolvimento agrícola e agro-industrial.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Segundo, publique os programas de ação dos organismos de investigação do Estado nos últimos nove anos e os respectivos relatórios de execução, pois queremos saber quanto custou essa investigação, que frutos deu, quais e quantos agricultores dela tiraram partido e em quê.

Terceiro, diga-nos quantos funcionários tem de facto o Ministério da Agricultura, em que condições trabalham, que orientações recebem, o que é que fazem. O que está em causa, para nós, é a dignidade dos trabalhadores da função pública, que respeitamos, a incapacidade governativa para, apesar de nove anos de continuidade, lhes dar formação, objectivos, meios de ação e a motivação, sem a qual pouco ou nada é possível fazer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Durante estes nove anos teria sido possível fazer diferente e fazer melhor. Permito-me sublinhar alguns eixos essenciais do que podia e devia ter sido feito e não foi.

Um primeiro eixo traduz-se numa prioridade decisiva para o regadio. É indispensável o aumento substancial das áreas regadas e que não se argumente, como nas trágicas indecisões sobre o Alqueva e a Cova da Beira, com dúvidas sobre a estrita rentabilidade económica. A este ritmo, quando se decidir finalmente construir a barragem do Alqueva já lá não haverá ninguém para utilizar a água. Será que o IPS dá lucro? Alguma câmara municipal faz saneamento básico com o objectivo de ganhar dinheiro?

II. infra-estruturas cujos efeitos na economia ultrapassam, em muito, os cálculos, sempre fálfiveis, da rentabilidade económica a curto prazo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A questão das infra-estruturas não se resume ao regadio!

O mesmo se poderá dizer para a drenagem, a electrificação e o acesso às explorações, em que o esforço global continua muito insuficiente.

Um segundo eixo passaria pela aposta clara no apoio à produção, à normalização, à qualidade, à comercialização e à transformação de todas as culturas em que tenhamos vantagens comparativas no quadro europeu: as frutas, os hortícolas, as flores e, em certas condições, o azeite e o vinho.

A mesma análise leva a valorizar as produções específicas de determinadas regiões, aptas a conseguir preços mais competitivos, em nichos de mercado bem identificados.

Um terceiro eixo consistiria numa política florestal a sério. Nunca se deu o devido valor à prevenção dos incêndios florestais, para a qual o PS já apresentou aqui tanta projectos de lei, recusados pela maioria. Não se apostou devidamente quer na recuperação de formas tradicionais de ocupação com espécies florestais, como o montado de sobre, quer no desenvolvimento de florestas de uso múltiplo, com outras espécies de crescimento lento não perturbadoras do equilíbrio ambiental, para a qual só recentemente chegaram os primeiros apoios, que vão no

sentido certo, mas cujo valor é insuficiente para torná-los atractivos.

Um quarto eixo teria a ver com o efectivo rejuvenescimento, qualificação e redimensionamento das empresas. É inexplicável que não tenhamos aplicado, desde há anos, um sistema facultativo de pré-reformas para agricultores e assalariados agrícolas com mais de 55 anos, extensivo a todas as situações de reestruturação, de instalação de jovens agricultores e de afectação a uso não agrícola, como também é inexplicável que continuem a faltar instrumentos jurídicos e fiscais que facilitem as transacções geradoras de empresas de maior dimensão.

Um quinto eixo teria implicado uma profunda reforma institucional do Ministério da Agricultura e das organizações a ele ligadas e das respectivas normas de funcionamento. Haveria e há que eliminar duplicações, simplificar regras e circuitos, pôr o Ministério a trabalhar para os agricultores, e não os agricultores a trabalharem para o Ministério, ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e, ainda transferir funções para o domínio associativo — e o PROAGRI, é bom lembrá-lo, teve seis anos de atraso!

Estes são cinco eixos cujo êxito dependeria, naturalmente, também de uma política monetária e cambial não penalizadora e de um esforço significativo de redução dos custos de energia. Mas estes cinco eixos não nos poderão fazer esquecer que a política agrícola, só por si, não resolve os problemas angustiantes que hoje se colocam à sobrevivência de tanta comunidades rurais, sobretudo no interior do País.

Na maior parte dos casos, o agricultor não desempenha apenas o papel produtivo; ele é um elemento indispensável para garantir o povoamento e impedir o progresso da desertificação, para preservar o ambiente e a paisagem. Este é um papel de interesse público, que o mercado não assegura. O que está em causa é a necessidade de um verdadeiro programa nacional de desenvolvimento rural integrado, combinando, com coerência regional, medidas de política agrícola e social, colaboração do Estado e autarquias na criação de infra-estruturas económicas e de bem-estar, diversidade de apoios e actividades complementares, nos quadros da indústria ligeira, do artesanato, do turismo rural e outros serviços, da preservação do património cultural e ambiental.

Esta é uma questão central, se queremos evitar que o nosso país se transforme, a prazo de uma ou duas décadas, numa selva de asfalto e de betão que tapa a vista do mar a um deserto que se estenda de Trás-os-Montes à serra do Algarve.

Aplausos do PS.

E não nos venham com o Programa LEADER, ou o reduzido programa operacional de desenvolvimento rural, transformado, no essencial, no «saco azul» do Ministro da Agricultura. Estamos a falar a uma outra escala e com uma outra ambição!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PS tem plena consciência de que não é hoje possível falar de agricultura em Portugal fora do quadro da política agrícola comum. A reforma da PAC assume-se, assim, como uma condicionante essencial do nosso futuro.

O projecto apresentado pelo comissário MacSharry deve merecer uma apreciação lúcida e desapaixonada. Esta

reforma da PAC permite, seguramente, reduzir os preços ao consumidor e comprar mais barato nos mercados externos.

O projecto MacSharry salvaguarda ainda, de forma relativa, o rendimento dos agricultores, penalizando embora os de maior dimensão.

Um terceiro aspecto positivo a sublinhar tem a ver com a introdução de medidas de acompanhamento nos quadros agro-ambiental, da florestação e da cessação de actividade, todos eles de evidente interesse para Portugal. Em contrapartida, permito-me apontar os quatro principais inconvenientes deste projecto, na sua forma actual, para a agricultura portuguesa: primeiro, Portugal iria reduzir a sua produção agrícola, principalmente nos domínios em que já é altamente deficitário;

Segundo, num país em que é escassa a iniciativa e a capacidade empresarial moderna, não são desejáveis mecanismos que contrariem o estímulo e o espírito empresariais. Com a reforma passar-se-á, em grande medida, a subsidiar-se para se não semear, e a tendência será a de se semear mais para se receber subsídios do que para produzir.

Terceiro, a separação entre a produção agrícola e a ajuda ao agricultor, o chamado *decoupling*, é imperfeita — o *decoupling* é uma questão de fundo, sobre a própria filosofia da reforma da PAC. Queremos uma reforma apenas para compensar perdas de rendimento, congélando a actual estrutura produtiva ou estaremos dispostos a que se abram novas portas para facilitar um processo de ajustamento e modernização tecnológica e estrutural?

A ser válida esta opção seria útil que a reforma da PAC permitisse alternativas e não se fixasse num único modelo de ajuda. Quererá a presidência portuguesa pegar nesta ideia e desenvolvê-la? É bom que o agricultor possa escolher, responsávelmente, o seu destino, pessoal e empresarial, face a possibilidades diferenciadas de apoio.

Havendo separação completa, poderia também reconhecer-se o carácter pluriactivo do agricultor e o seu direito a ser distintamente compensado pelas tarefas que desempenha no quadro do desenvolvimento rural: a preservação do ambiente e da paisagem, a manutenção dos recursos naturais, a prevenção contra incêndios, a limpeza e manutenção dos cursos de água.

Finalmente, o quarto aspecto: há que sublinhar que não estamos verdadeiramente perante uma reforma global da PAC, mas perante a revisão de algumas organizações comuns de mercado, sobretudo dos cereais e oleaginosas. A reforma da PAC é omisssâ em relação aos produtos que mais interessam, não surgindo consequentemente novos apoios em relação às produções de tipo mediterrânico.

Neste quadro global de apreciação de reforma da PAC, parece-me possível definir um conjunto de prioridades que devem orientar a estratégia negocial do Governo português. Registo os esclarecimentos dados ontem pelo Ministro da Agricultura, em Comissão, no sentido de alargar a definição das pequenas explorações a proteger, de tornar menos exigentes os critérios em matéria de encabeçamento, de rejeitar o recurso às produtividades históricas para cálculo das ajudas e de reclamar o financiamento integral das medidas de acompanhamento.

Aplausos do PSD.

Nisto coincidem também, desde sempre, as nossas posições. Quero, no entanto, e para além do que atrás referi

sobre as alternativas possíveis, deixar algumas recomendações adicionais.

Risos do PSD.

Não se riem, Srs. Deputados do PSD, com a situação dos agricultores portugueses, senão correm o risco de chorar.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Não é dos agricultores!

O Orador: — A primeira recomendação é a de que a reforma deve implicar compensações no quadro dos produtos mediterrânicos, com novos programas a financiar pelos fundos estruturais, com relevo para o regadio, com o aperfeiçoamento das organizações comuns de mercado e com novos apoios à comercialização e à promoção em mercados externos. Ao nível do GATT, seria desejável ter em conta a situação desfavorável dos produtos mediterrânicos.

Segunda, há que fazer reconhecer a nossa qualidade de país deficitário e com crescentes problemas de desertificação. Neste quadro, seria útil que o chamado *set aside*, regime de congelamento de terras, pudesse ser opcional para o agricultor português. Quanto muito, o país poderia aceitar limitações globais de área, com liberdade total para as gerir internamente, em articulação com os programas de florestação ou de desenvolvimentos de novas produções agrícolas e pecuárias.

Terceira, um programa ambicioso de desenvolvimento rural deveria ser individualizado no quadro das medidas de acompanhamento, tendo, no caso português, o objectivo essencial de mobilizar fundos estruturais para combater, com eficácia, as perspectivas de desertificação de vastas áreas do país. Neste programa estão em causa não apenas os agricultores mas os assalariados rurais, bem como todos aqueles cuja actividade vier a ser afectada pela aplicação da reforma da PAC.

Quarta, a situação da lavoura açoreana e dos agricultores da Madeira, com relevo para o caso da banana, deve merecer um tratamento específico, no quadro da solidariedade nacional e comunitária.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não vou abordar nesta intervenção os problemas da seca, pois serão referidos por um dos meus camaradas de bancada. São desde há muito conhecidas as propostas do PS e a nossas críticas à acção do Executivo. Mas a gravidade da seca, que aqui sublinho, não nos deve fazer esquecer que, muito para além dela e contribuindo para o agravamento das suas consequências, está o impasse na resolução dos problemas estruturais da agricultura portuguesa. E é desse impasse que os nove anos de governo do PSD podem ser justamente acusados. É um julgamento em que o Governo é réu e em que os agricultores portugueses constituem o júri — o júri já tornou claro o seu veredicto, de norte a sul do País: o réu é culpado. A pena, essa, infelizmente, fica suspensa até 1995!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, aproveitando esta pequena pausa, informo a Câmara

de que se encontra presente na galeria do Corpo Diplomático o Sr. Embaixador de Cabo Verde, a quem cumprimentamos.

Aplausos gerais, de pé.

Também para uma intervenção, de abertura do debate, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. Ministro da Agricultura (Arlindo Cunha): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo a programar, na minha agenda de trabalho, a vinda à Assembleia da República neste mês de Abril. É que, nos últimos anos, Abril tem sido um mês eleito pela oposição para os debates e interpelações sobre política agrícola. Recordo que assim foi em 1988, em 1991 e, agora, aqui estamos novamente em 1992.

E qual a razão de ser deste facto, aparentemente tão inóquo mas tão significativo dos métodos e da estratégia política, vazio de soluções alternativas por parte da oposição? O sentido deste debate parece não ser o da discussão séria e profunda das políticas agrícolas mas, sim, o do aproveitamento das preocupações legítimas dos nossos agricultores, ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... em mês determinante para a definição das suas colheitas, preocupações essas este ano naturalmente acrescidas pela situação de seca que o País conhece e pela indefinição sobre o próprio futuro da política agrícola da Comunidade Europeia. As preocupações do nosso mundo rural são hoje a expressão das próprias preocupações da agricultura europeia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tais preocupações são compreensíveis e naturais, como forma de expressão dos diferentes interesses da sociedade civil. Não há que dramatizar nem que ter medo da expressão livre e democrática dos cidadãos e das suas organizações. É nossa postura o reforço da intervenção da sociedade civil e se a oposição socialista pensa que isso não é normal é apenas porque, então, parou no tempo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas a atitude da oposição socialista não se fica apenas pelo claro aproveitamento político das preocupações dos cidadãos, sejam eles estudantes ou agricultores. Compreendo a grande necessidade do PS em querer afirmar a sua nova liderança, a exemplo do que aconteceu há precisamente um ano nesta Assembleia no inglório esforço de promover o seu então ministro «sombra» para a agricultura.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Mas que sombra!...

O Orador: — O povo português saberá voltar a julgar — como o fez em Outubro — a política espectáculo dirigida às grandes parangonas dos jornais, ...

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

... mas política decididamente pouco condizente com o sentimento geral da Nação. O PS, Srs. Deputados, não age para resolver os problemas reais do País.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Assim, o PS vai perdendo, dia após dia, seriedade e credibilidade na sua acção política.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O PS age a reboque dos movimentos sociais, aproveitando os descontentamentos de grupos, tentando até tirar partido das desgraças que batem à porta de alguns.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS e do Deputado independente Mário Tomé.

Que iniciativas em matéria agrícola tomou, neste Parlamento, o PS na anterior legislatura? Para os que não se lembram, eu recordo: em cinco anos, apresentou oito projectos e todos eles relativos a matérias florestais, desenquadradas da realidade, de tal forma que nem o próprio PS se empenhou em discuti-las nesta Câmara.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

E nos seis meses que decorreram já nesta legislatura? Nenhuma iniciativa! A não ser que nos apresente propostas, esta tarde, tentando apresentar uma preocupação que esteve ausente ao longo de todos estes anos.

Onde estão as soluções do PS para os problemas da nossa agricultura que tanto proclama?

Protestos do PS.

Que factos novos justificam a interpelação sobre política agrícola que o PS entende hoje fazer? A seca que assola o País?

Mas o Governo já actou em devido tempo, tomando medidas de emergência para esta situação.

O Sr. Rui Ávila (PS): — Tem-se visto, tem-se visto!

O Orador: — O processo da reforma da PAC? Mas este processo desenvolve-se há mais de um ano e o Governo tem mantido um diálogo permanente com a Comissão Parlamentar de Agricultura, onde, aliás, esteve ontem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não consigo ver razão que justifique a seriedade desta iniciativa. Mas nós aqui estamos, com o respeito que nos merecem a instituição parlamentar, à natureza deste debate e naturalmente os agricultores portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Jaime Gama (PS): — E o partido interpelante?

O Orador: — As opções estratégicas do Governo são claras: o futuro da agricultura portuguesa assenta na sua

módenização estrutural como vertente de desenvolvimento, na estabilidade social do mundo rural e, finalmente, na promoção da multifuncionalidade na nossa agricultura.

O Sr. Vera Jardim (PS): — Palavras, palavras, palavras...

O Orador: — Os resultados, Srs. Deputados, não são passíveis de mistificação: a realidade dos números é conhecida e poderá fazer «crescer o nariz» a muitos dos detractores da política agrícola que temos vindo a aplicar. Não pinto quadros cor-de-rosa; limito-me a relatar factos que têm como autorres um largo número de agricultores portugueses.

O investimento, que foi apoiado pelas políticas de modernização e de competitividade que lançámos, cresceu nove vezes nos cinco anos da primeira etapa, o que significa quadruplicar em termos reais. Foi protagonizado por um amplo leque de agricultores, reflectindo, afinal, a própria agricultura portuguesa nos contrastes das suas diferentes realidades.

Dou-lhes apenas dois exemplos que considero significativos: no PEDAP já apoiamos investimentos que beneficiam directa e indirectamente mais de 300 000 agricultores e nos apoios à modernização das explorações os projectos aprovados representam 35 % da superfície agrícola útil do País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. António Campos (PS): — É uma barbaridade!

O Orador: — Não foram investimentos sem nexo. Foram maioritariamente dirigidos para os objectivos da política de modernização que seguimos e em cuja trave mestra está o aproveitamento das nossas potencialidades específicas e das nossas vantagens comparativas.

No que respeita ao investimento nas explorações agrícolas, avultam, claramente, a expansão da área de regadios, que cresceu no último decénio cerca de 46 %.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Avultam, ainda, a modernização da expansão das produções de frutas, hortícolas, flores e culturas permanentes, e, finalmente, avulta o reforço e a renovação do parque de máquinas e equipamentos agrícolas que, neste decénio, pura e simplesmente, duplicou.

Os resultados desta política começam a aparecer.

A Sr.ª Julieta Sampaio (PS): — Estão à vista!

O Orador: — Todas as produções, com a excepção da produção de carne bovina que estagnou, subiram de uma forma assinalável, tendo até muitas delas duplicado.

Esta tendência de crescimento da produção fica a dever-se, entre outros factores, ao crescimento muito acentuado das produtividades, o que mostra que se está a produzir mais e melhor em Portugal.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Por último, refiro ainda o nosso comércio externo, para lembrar que, nos últimos cinco anos, a taxa de cobertura da balança comercial agro-florestal cresceu de 65,3 % para 81,3 %.

É certo que as importações aumentaram. Era um facto lógico e previsível — estamos há seis anos na CEE e essa organização é um mercado comum cada vez mais sem fronteiras. Mas as opções são claras; ou assumimos a Comunidade como um projecto com regras ou, então, como o discurso político do PS por vezes sugere, somos europeístas às segundas, quartas e sextas e, nos restantes dias, refugamo-nos na demagogia fácil.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Lembro aqui, perante vós, que a opção europeia de Portugal foi também uma opção do PS.

O Sr. Rui Ávila (PS): — E bem!

O Orador: — Srs. Presidente, Srs. Deputados: Parece despropositado fazer uma tal observação, mas o discurso dos dirigentes socialistas em matéria agrícola impõe-nos lembrar tal facto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Presidente, Srs. Deputados: O mundo está a mudar e Portugal também.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Oxalá!

O Orador: — Está muito por fazer? Está de certeza e eu sempre fui o primeiro a dizer-lhe.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Há dificuldades e há problemas? Há com certeza e nós não fugimos a eles. É confrontando-os que se gera o progresso.

Srs. Deputados, o vosso coração não é maior que o meu.

Risos do PS.

Não estão com certeza mais preocupados e conscientes dos problemas do que eu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Só que tenho de vos lembrar que, nestas questões de modernização da agricultura, a resolução dos problemas implica um grande esforço financeiro e tempo útil de execução dos projectos de mudança.

O esforço financeiro é evidente, sem ele não se faz nada. Entre 1986 e 1991 foram transferidos para o sector agrícola 753 milhões de contos, dos quais 368 milhões de contos foram um contributo do Orçamento do Estado. É um grande esforço financeiro que todos os portugueses estão a ajudar a pagar.

O Sr. Alberto Costa (PS): — E onde estão os resultados?

O Orador: — No debate que se seguirá esta tarde, no caso de lhes restarem dúvidas, teremos imenso prazer em fazer prova da clara e correcta aplicação destes fundos.

Aplausos do PSD.

Aos que afirmam que a agricultura passa por momentos difíceis, respondo claramente que sim! Estamos, de facto,

a viver uma crise agrícola europeia e mundial, com os inevitáveis reflexos no nosso país. Uma crise de abundância para alguns e uma crise de penúria alimentar para outros.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Isso é verdade!

O Orador: — E por isso que a CEE, sem abdicar da defesa dos interesses dos seus agricultores, não se pode fechar numa concha face às negociações em curso no GATT. As medidas de política interna são importantes, estão a ser tomadas, mas não é possível hoje ignorar a importância do enquadramento comunitário da nossa economia e naturalmente da nossa agricultura. Isto justifica o particular empenho que temos colocado na discussão dos complexos *dossiers* da vertente agrícola do GATT e da reforma da PAC.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Europa está atulhada em excedentes agrícolas, as despesas do orçamento comunitário, que já vão em 7000 milhões de contos por ano, não param de crescer; em 1991 cresceram 30 %, enquanto os rendimentos dos agricultores cresceram no último quinquénio apenas 1,1 % e, em 1991, até baixaram 2,6 %.

Mas há ainda um outro tipo de desequilíbrios que considero graves: as despesas do FEOGA-Garantia por agricultor, que indicam o tipo de apoio que a CEE lhes dá, são, por exemplo, cerca de 40 vezes maiores nalguns países comunitários do que no nosso país. A relação entre os rendimentos agrícolas máximo e mínimo entre regiões comunitárias é hoje de 1/14 e 80 % dos recursos comunitários de apoio à agricultura são hoje concentrados em apenas 20 % dos agricultores europeus.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Contra isto o PS não diz nada!

O Orador: — Estamos perante indicadores indescritíveis de que a actual política agrícola da Comunidade não serve de igual modo a todos os agricultores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — De que esta tem, seguramente, filhos e enteados e de que os agricultores portugueses não estão naturalmente classificados entre os filhos.

Perante os desequilíbrios existentes, todos sabemos que é inevitável baixar os preços e controlar a produção comunitária. Por isso, o que tenho que pedir muito frontalmente aos Srs. Deputados da oposição é que aqui digam se defendem que isso seja feito com ou sem apoios compensatórios aos rendimentos dos agricultores, ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... porque é isso que está em causa na reforma da PAC. Que digam muito claramente se defendem a sua saléncia em massa ou se, pelo contrário, estão com o Governo na defesa de um modelo que, não sendo porventura o mais perfeito, garante a estabilidade e o rendimento do nosso mundo rural.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que está em causa na reforma da PAC é uma nova filosofia

de redistribuição do orçamento comunitário pelos agricultores europeus. E, por isso, há que assumir sem complexos que a agricultura europeia só tem viabilidade se for apoiada. Sempre assim foi no passado, ainda hoje o é e sê-lo sem dúvida alguma no futuro.

No entanto, o que pretendemos é que, em vez de se concentrarem os apoios nas agriculturas tidas como mais eficientes e evoluídas — as que menos precisam —, se transfira esse apoio ou parte desse apoio para outros sistemas agrícolas europeus que, não sendo tão produtivistas, desempenham, todavia, uma função determinante para o equilíbrio económico, social e ambiental do mundo rural.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo quer é que os nossos agricultores se sentem na mesma mesa dos seus parceiros comunitários. Não temos complexos em afirmá-lo. Impõe-se adoptar, por isso, uma política agrícola comum correctora dos desequilíbrios mais gritantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma última palavra para vos dizer que, após a conclusão do processo de reforma da PAC, após a definição das novas regras do jogo, o Governo apresentará a esta Assembleia uma lei geral de orientação agrícola que traduz, para o espaço português, as grandes orientações da nova política agrícola da Comunidade.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Já está em vigor há um ano!

O Orador: — Esse diploma deverá consubstanciar as grandes linhas de acção do futuro da agricultura portuguesa, estabilizado que for o quadro da sua integração europeia. Ou seja, continuar o esforço de modernização estrutural; valorizar o tecido empresarial agrícola; corrigir progressivamente os desequilíbrios da estrutura fundiária; reforçar a capacidade de intervenção das organizações agrícolas e das interprofissionais; desenvolver o sector agro-industrial e agro-comercial, ajustando decisivamente uma política de qualidade; e, finalmente, desenvolver acções complementares da política agrícola que traduzam mudanças significativas ao nível do desenvolvimento rural integrado.

Sabemos, em rigor, que tudo terá que passar por aqui! Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós estivemos protegidos durante décadas por um sistema estatizante e isolacionista que limitava a criatividade e o dinamismo dos agentes económicos e sociais e o resultado foi a estagnação, a limitação dos horizontes dos Portugueses e a fractura social em que os sectores mais vulneráveis foram duramente castigados. Está mais do que provado que o proteccionismo é o marasmo económico e é o cercear das liberdades. Nós somos, definitivamente, pela liberdade de iniciativa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Na política agrícola que estamos a aplicar não discriminamos entre grandes e pequenos, entre ricos e pobres, não abandonaremos nenhum pela simples razão de que existem, de que são agricultores como os demais e de que são portugueses como nós!

Aplausos do PSD, de pé.

: Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Adriano Moreira.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Srs. Deputados, encontram-se a assistir à nossa reunião plenária um grupo de alunos da Escola Profissional do Alvito, um outro da Escola Secundária da Amadora e um terceiro da Escola Secundária Nuno Álvares, de Castelo Branco, a quem saudamos.

Aplausos gerais.

Srs. Deputados, antes de suspender os nossos trabalhos porque já se encontra no edifício da Assembleia o Sr. Presidente da República do Egito — e lembro que o Sr. Presidente da Assembleia da República pede aos líderes parlamentares e aos Srs. Deputados para ocuparem os seus lugares na Sala do Senado, tal como está previsto no protocolo descrito na agenda dos nossos trabalhos —, informo que se inscreveram para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado António Guterres os Srs. Secretários de Estado da Agricultura e dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar e os Srs. Deputados Octávio Teixeira, Antunes da Silva, João Macãs, Carlos Duarte, Bernardino Silva, Vasco Miguel, José Júlio Ribeiro e Guilherme Silva, e que para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Agricultura se inscreveram os Srs. Deputados Mário Tomé, Luís Capoulas Santos, Lino de Carvalho, António Campos, Manuel Queiró, Alberto Costa, Helena Torres Marques e Nogueira de Brito.

Recomeçaremos os nossos trabalhos às 17 horas e 15 minutos. Está interrompida a sessão.

Eram 16 horas e 5 minutos.

No recomeço da sessão, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Manuel Maia.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 20 minutos.

Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado António Guterres, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Agricultura.

O Sr. Secretário de Estado da Agricultura (Álvaro Amaro): — Sr. Deputado António Guterres, começarei por fazer um comentário à sua intervenção, após o que colocar-lhe-ei uma questão, terminando com a oferta de uma lembrança.

O Sr. António Campos (PS): — Tão benévolos que está hoje!

O Orador: — Antes de mais, deixe-me manifestar, Sr. Deputado António Guterres, o grande prazer que sinto em ser a primeira pessoa a pedir-lhe esclarecimentos nesta sessão.

Na sua intervenção, V. Ex.^a teve oportunidade de expor algumas ideias que o «Partido Socialista de hoje» subscreve — afinal de contas, bem! — em matéria de política agrícola comum. E não deixa de ser uma certa satisfação para nós verificar que a oposição não só diverge como também converge.

Sr. Deputado, V. Ex.^a afirmou que o PSD tem a pasta da Agricultura há já nove anos. Ora, recordo-lhe — e não deveria ser necessário fazê-lo — que nestes nove anos fizemos o que fizemos, ocorreram actos eleitorais e a democracia em que vivemos levou a que, afinal, o povo português entendesse que o Ministério da Agricultura deveria continuar a ser ocupado por nós.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em minha opinião, aquilo que deveria preocupá-lo não era o facto de estarmos há nove anos no Ministério da Agricultura mas, sim, o facto de os senhores estarem há nove anos na oposição.

A dado passo da sua intervenção, o Sr. Deputado disse que o PROAGRI — e fico muito satisfeito de ouvi-lo falar assim — está atrasado seis anos. Em face disto, pergunto: como é que o Sr. Deputado António Guterres — que sabe tão bem quanto nós que há seis anos estávamos a dar os primeiros passos no sentido da adesão à Comunidade — instituiu o PROAGRI sem estar no espaço comunitário? É esta a pergunta concreta e objectiva que lhe coloco e para a qual espero obter uma resposta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Na sua intervenção, o Sr. Deputado pediu também uma avaliação qualitativa e não apenas numérica, mas penso que para o Partido Socialista essa avaliação também é importante. De facto, o Sr. Deputado não tem obrigação de ler, mas na sua bancada há-de haver alguém, com certeza, que a tem e vou ter o gosto de oferecer-lhe elementos sobre a agricultura portuguesa em números, elementos esses onde V. Ex.^a, para além dos milhões, também vai ver os quilómetros, os hectares e as toneladas.

Aplausos do PSD.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — E também a desgraça!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Deputado António Guterres, quer responder já ou no final?

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, atendendo à simpatia do Sr. Secretário de Estado da Agricultura, gostaria de responder já.

Risos do PS.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Nesse caso, tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, é importante que V. Ex.^a tenha reconhecido que o PS não faz oposição por oposição. Na verdade, criticamos o que está mal e defendemos o que está bem. Por isso, não tive qualquer dúvida em fazer também algumas referências positivas à acção do Ministério da Agricultura ao longo destes anos, o que não aconteceu com a intervenção do Sr. Ministro da Agricultura, que fez oposição à oposição em vez de se portar, aqui, como governante. Mas espero que também ele aprenda alguma coisa com este debate!...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O PS não está há nove anos na oposição, mas há seis, como o Sr. Secretário de Estado sabe. O PSD assumiu a responsabilidade da pasta da Agricultura no seio de um governo do bloco central e terei muito gosto em, no final deste debate, oferecer-lhe as estatísticas do INE, uma vez que elas têm a vantagem de ser reconhecidas oficialmente, enquanto que as vossas são as vossas!...

Em matéria europeia não basta querer ter apenas as vantagens e os inconvenientes. É preciso ter também as regras! Seguimos os números reconhecidos pelo EUROSTAT e é com os números do INE que trabalhamos, pelo que terei muito gosto em dá-los a conhecer, pois rebatem alguns dos que foram apresentados pelo Sr. Ministro da Agricultura.

Aplausos do PS.

O Sr. Secretário de Estado da Agricultura: — É a resposta à pergunta?

O Orador: — Bom, se o Sr. Presidente ainda me permite, darei a resposta à questão colocada pelo Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, quanto à questão do PROAGRI, é evidente que demorou seis anos a começar a ser aplicado um conjunto de medidas que já poderia ter sido levado à prática há mais tempo e sem recurso aos fundos comunitários... Isso poderia ter sido feito há nove anos, Sr. Secretário de Estado!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres, pensamos que a nossa agricultura, neste momento, está condicionada por dois factores fundamentais: por um lado, pela questão da política agrícola comum ou, se quiser, pela questão da reforma da PAC, e, por outro lado, pela política agrícola do Governo — aliás, pela política agrícola do PSD, pois, como o Sr. Deputado teve ocasião de recordar, já há cerca de uma dezena de anos que gere e tutela directamente a pasta da Agricultura.

Os efeitos que se conhecem, designadamente em muitos aspectos a regressão da agricultura portuguesa e, numa outra perspectiva, o agravamento da situação e das condições em que os agricultores portugueses têm trabalhado, assim como o próprio nível de rendimentos que têm vindo a auferir, são demonstrativos dessa política.

Sr. Deputado António Guterres, em relação à questão da política agrícola comum, tendo ouvido a sua intervenção, julgo que não errarei se disser que estamos de acordo em que, nas questões essenciais, a actual reforma da PAC é inconveniente para Portugal.

E nesta matéria permita-me que anote ter registado, no essencial, as posições que assumiu sobre os aspectos inconvenientes desta reforma da PAC para a agricultura portuguesa, na medida em que, em Março último, um Deputado do Partido Socialista, ao intervir no Parlamento

Europeu em nome dos Deputados socialistas, manifestou apoio às propostas do comissário MacSharry. Julgo, pois, que essa questão ficou, pelo menos para já, esclarecida.

Aliás, iremos apresentar ainda durante esta sessão um projecto de resolução, visando, por um lado, a problemática da reorganização da produção agrícola portuguesa e, por outro lado, a questão da especificidade da agricultura portuguesa no contexto da reforma da PAC.

Assim, Sr. Deputado, gostaria de saber se considera ou não que na reforma da política agrícola comum o Governo português deve defender uma das questões centrais e fundamentais; o reconhecimento prático da especificidade da agricultura portuguesa.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Octávio Teixeira, em primeiro lugar, digo-lhe que a resposta é «sim!»; e, em segundo lugar, quanto à intervenção do meu colega no Parlamento Europeu, posso dizer-lhe que ele teve o cuidado de anotar um conjunto de aspectos negativos que coincidem essencialmente com os que eu, hoje, aqui anotei.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Antunes da Silva.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres, ouvi com muita atenção a sua intervenção, tanto mais que ela vinha sendo anunciada já há algum tempo através dos órgãos da comunicação social, o que faz com que se criassem expectativas, que, na minha opinião, não foram satisfeitas.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Já esperávamos!

O Orador: — Ainda bem, Sr. Deputado!

Na verdade, o Partido Socialista elegeu as áreas da educação e da política agrícola como áreas prioritárias de ataque ao Governo,

O Sr. António Guterres (PS): — E não só!

O Orador: — ... tendo-as designado 'mesmo como áreas' de preocupação. Posto isto, era de esperar muito mais da intervenção do Sr. Deputado António Guterres!

E aproveito para lembrar que, em matéria de educação, o PS já fez aqui uma interpelação e que nessa altura não apresentou quaisquer propostas concretas de soluções que pudessem vir a colmatar as eventuais deficiências que, entretanto, havia apontado.

Protestos do PS.

Foi um vazio!

Agora, vêm aqui fazer esta interpelação numa área também por vós considerada preocupante, e o que é que se verifica? Um segundo vazio! E já explico porque.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — O princípio vazio, é o do Governo!

Risos do PS.

O Orador: — Assim, matematicamente, estamos perante um conjunto de vazios, o que me leva a concluir,

que, de facto, da parte do Partido Socialista há um défice muito, acentuado de propostas e de soluções concretas. Aqui, sim, há, de facto, um grande défice!

A certa altura da sua intervenção, o Sr. Deputado António Guterres disse também que se o PS fosse Governo faria diferente e melhor.

O Sr. António Guterres (PS): — Não tenho dúvida!

O Orador: — E para justificar a sua afirmação enumerou cinco eixos fundamentais: prioridade às áreas do regadio; a valorização das culturas, com as vantagens comparativas; política florestal a sério; uso múltiplo da floresta; rejuvenescimento e reestruturação das empresas; e, finalmente, a reforma funcional e estrutural do Ministério da Agricultura.

Aplausos do PS.

— Mas, ô Srs. Deputados, isto é, uma vez mais, um vazio, pois corresponde a prioridades já definidas e executadas pelo Governo! É mais um vazio, Sr. Deputado!

Em face disto, Sr. Deputado António Guterres, pergunto: reconhece ou não este facto?

Vozes do PS: — Não!

O Orador: — Apesar de tudo, Sr. Deputado António Guterres, agradou-me ouvi-lo dizer que a política agrícola só por si não resolve o problema do desenvolvimento rural.

A este propósito, permita-me também ler aqui parte de um documento do Partido Socialista que dizia o seguinte: «a política europeia do PS procurará assim criar condições para que os fundos comunitários sejam, mais do que hoje, significativamente afectados em investimentos e despesas correntes, em áreas estratégicas para Portugal: educação, formação, investigação e tecnologia». E pergunto: onde é que está o sector que poderá corresponder ao desenvolvimento rural? Se este desenvolvimento se faz com o recurso aos fundos estruturais, como é que o Sr. Deputado concilia estas duas situações?

Finalmente, Sr. Deputado António Guterres, por que prezo o desenvolvimento regional e o desenvolvimento rural e porque penso que, nesta área, podemos fazer algo em comum, pergunto: que medidas concretas defende para executar e levar à bom termo esse desenvolvimento rural?

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Antunes da Silva, começo por dizer-lhe que o vazio no debate sobre o tema educação «custou» a cabeça ao Sr. Ministro da Educação. Talvez o Sr. Ministro da Agricultura se arrependa do vazio no debate em matéria agrícola.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Se as duas políticas são iguais, pergunto: onde estão os projectos do Alqueva e da Cova da Beira?

Quanto ao desenvolvimento rural, trata-se de uma lógica horizontal em que todas essas componentes cabem. Quanto às medidas concretas, tenho todo o gosto em remeter-lhe a página do meu discurso onde elas estão consideradas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Maçãs.

O Sr. João Maçãs (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres, para além do conjunto de generalidades que V. Ex.^a mencionou durante a sua intervenção, referiu-se também à reforma da PAC.

Ora, analisando o relatório da Comissão de Agricultura, das Pescas e do Desenvolvimento Rural, de 28 de Novembro passado, sobre o desenvolvimento futuro da política agrícola comum, constata-se que, por parecer da Comissão das Relações Económicas Externas, foram aprovadas as conclusões por unanimidade, estando presente o Deputado do PS Cunha Oliveira, aliás, o único Deputado português.

Ora, nesse parecer, da autoria do Sr. Tom Spencer, a Comissão de Relações Económicas Externas solicita à Comissão de Agricultura, das Pescas e do Desenvolvimento Rural que inclua várias conclusões no relatório sobre a reforma da PAC. E passo a citar: «[...] saúda a proposta que prevê uma redução substancial dos preços de intervenção dos produtos agrícolas, facto que permitirá, no futuro, que os preços sejam mais responsáveis pela garantia de um maior equilíbrio do mercado.» Mais adiante, refere-se: «[...] lamenta a posição defendida pelas organizações profissionais de agricultores, que manifestaram preferência pelas quotas de produção enquanto principal instrumento da reforma.»

Em face disto, Sr. Deputado, não posso deixar de manifestar a minha perplexidade. Afinal, qual é a posição do seu partido em matéria da reforma da política agrícola comum? Será a que o Deputado europeu Cunha Oliveira, do Partido Socialista, adoptou e votou no Parlamento Europeu ou, ao contrário, será aquela que os Deputados socialistas aqui, nesta Câmara, afirmam e que dizem corresponder à defesa dos interesses de uma pequena parcela dos agricultores portugueses?

Gostaria que respondesse a esta questão, porque, sendo V. Ex.^a, neste momento, o responsável máximo pelo destino do Partido Socialista e afirmando-se no domínio das questões económicas, me parece ser a pessoa indicada para dar-me este esclarecimento.

Para além disso, gostaria de colocar-lhe uma outra questão: defende V. Ex.^a a ajuda directa ao rendimento, a qual, não raras vezes, tem sido afirmada pelo seu partido como um mecanismo que pretende transformar os agricultores portugueses em pensionistas ou, ao contrário, defende a ajuda à produção, mantendo os desfeitos da actual PAC e voltando a beneficiar apenas meia dúzia de agricultores, aliás aqueles que menos precisam de ser ajudados?

Finalmente, gostaria de dizer-lhe o seguinte: é sabido que 70 % do apoio concedido pelo FEOGA é absorvido apenas por quatro países da Comunidade. Significa isto que a distribuição efectuada em termos espaciais das ajudas não é uniforme e, por conseguinte, gera rendimentos perfeitamente desequilibrados no sector.

Duas questões, portanto: pretendem manter os actuais mecanismos, que provocam maiores excedentes, maiores subsídios, maiores exportações e maior agravamento das disponibilidades de desenvolvimento regional ou, tal como nós pretendemos, entendem que devemos caminhar no sentido de melhorar a situação da população agrícola, corrigir o desequilíbrio quantitativo e a inadequação qualitativa da produção, racionalizar a competitividade externa da agricultura comunitária e assegurar que a

agricultura seja um agente efectivo, e não apenas no discurso, do ordenamento do território, da salvaguarda do ambiente e da promoção do desenvolvimento rural e regional?

São estas as questões que tenho para lhe colocar, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Maçãs, fica claro, para todos os efeitos, não só que aquilo que define a posição do PS é o que eu aqui disse hoje, mas também que não vejo contradição entre isso e qualquer posição que tenha sido lida por si.

Penso que não percebeu quais as propostas que aqui fiz, e o alcance das mesmas, sobre a reforma da PAC, porque o resto das suas perguntas não tem qualquer relevância.

Aplausos do PSD.

O Sr. João Maçãs (PSD): — V. Ex.^a não fez proposta nenhuma!...

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Duarte.

O Sr. Carlos Duarte (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres, esta iniciativa do PS, que não é legislativa mas que deveria ter sido, não é novidade. O PS já nos habituou a, no mês de Abril, fazer uma interpelação ao Governo, esquecendo-se, durante o resto do ano, que a agricultura e os agricultores existem. E isto é preocupante!

Protestos do PSD.

Em relação à problemática do desenvolvimento rural, aquilo que o Sr. Deputado António Guterres aqui afirmou vai ao encontro da actuação do Governo, ao contrário do que tem feito o PS, que na sua proposta de programa de governo dizia o seguinte: «Nas zonas mais desfavorecidas, propomos uma política voluntarista para salvaguardar o património, manter a vida, permitir a esperança.»

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A imagem que o PS tem do mundo rural é a de um museu de figurantes, para alguns urbanos irem até lá passear e verem as pessoas a viver mal. Não é essa a nossa política!

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado António Guterres, a actual PAC tem uma disparidade muito grande na distribuição dos benefícios, pois 80 % do dinheiro vai para 20 % dos agricultores europeus e Portugal é um dos principais prejudicados com esta distribuição.

Portugal apostava no FEOGA-Orientação, porque é daí que vêm os dinheiros necessários para o processo de modernização e desenvolvimento da agricultura portuguesa.

Sr. Deputado, como foi possível que os Deputados do Partido Socialista no Parlamento Europeu, aquando da discussão da política agrícola comum, tivessem aprovado uma emenda à proposta da Comissão, que dizia que as

medidas de acompanhamento da reforma da PAC, nomeadamente a cessação de actividade, seriam pagas pelo FEOGA-Orientação, em lugar de, o serem pelo FEOGA-Garantia, como propunha o Governo português e a Comissão?

Isto é não só prejudicar a estratégia negocial do Governo português como também os interesses dos agricultores portugueses, pelo que era importante que o Sr. Deputado António Guterres conseguisse uma coerência do seu discurso tanto em Bruxelas como aqui, na Assembleia.

Mas, ainda sobre a reforma da PAC, quando ela foi discutida no Parlamento Europeu, no dia 10 de Março passado, apareceram 700 propostas de alteração. Destas, mais de 50 eram oriundas de Deputados portugueses do PSD, do PCP e do CDS. Quantas propostas de alteração apresentou o PS?

O Sr. Vasco Miguel (PSD): — Zero!

O Orador: — Zero! O PS não apresentou qualquer proposta de alteração ao documento do comissário MacSharry.

Isto quer dizer que, aqui, o PS quer aproveitar-se, eventualmente, de malefícios que a política agrícola comum traga para Portugal e para os agricultores portugueses, tentando beneficiar, politicamente, com a desgraça dos agricultores portugueses. Isto é extremamente mau num partido que quer ser alternativa ao Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Duarte, está muito mal informado. Em matéria de esquecimentos, os agricultores, amanhã, vão lembrar-lhes quem é que se esqueceu deles!

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Em matéria de desenvolvimento rural, remeto-o para os pontos 4.5.1 a 4.5.5 do programa de governo do PS, que é bastante mais do que aquilo que disse.

Em matéria de FEOGA-Orientação e FEOGA-Garantia foi dito expressamente, em Bruxelas, pelos Deputados socialistas, que de facto a natureza deveria ser de orientação, mas que, sendo de orientação, não deveria contabilizar no conjunto dos apoios dados a Portugal e deveria ser feito extra. Estamos inteiramente de acordo com isso, porque é óbvio que não deveria penalizar outros projectos.

Em relação às declarações do Sr. Deputado Cunha de Oliveira, tenho todo o gosto em fornecer-lhas e verá que não estão em contradição com as minhas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Gata Silva.

O Sr. Bernardino Gata Silva (PSD): — Sr. Deputado António Guterres, a agricultura portuguesa vive actualmente uma conjuntura difícil, resultante do seu atraso

estrutural da transição para a PAC, da integração crescente nessa mesma política comunitária, da indefinição resultante da reforma, das negociações do GATT e da seca, que é um fenômeno natural e não político.

Hoje, V. Ex.^a, vejo aqui fazer um discurso que foi, fundamentalmente, mais um discurso de agricultura de estações do que de agricultura de regulamentos, ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

... isto é, de agricultura de PAC. Por isso, veio hoje aqui fazer o exame para a PAC.

Segundo consta, V. Ex.^a não é agricultor, ...

O Sr. António Guterres (PS): — Está enganado! ...

O Orador: — ... não tem qualquer curso médio ou superior ligado à agricultura, não trabalhou durante três anos na agricultura... Portanto, em termos de regulamento e de PAC, V. Ex.^a não tem capacidade profissional bastante para a PAC!

O Sr. António Campos (PS): — Ó Zé estás a espalhar-te!...

O Orador: — Veio hoje ao exame...

Aplausos do PSD.

... e, com toda a consideração que tenho por V. Ex.^a — e sabe que é muita! — penso que «chumbou». Nada trouxe de novo!... Com uma única exceção: é que está de acordo com as posições do Governo português em matéria de reforma da política agrícola.

O Sr. António Guterres (PS): — Não é verdade!...

O Orador: — Mas vimos à matéria!

Vozes do PS: — Ah!...

O Orador: — Que propostas alternativas tem o Partido Socialista?

Vozes do PS: — Outra vez?!

O Orador: — Que propostas de inovação tem actualmente o Partido Socialista para a agricultura portuguesa? Que reforma para a PAC? No sentido só do mercado ou noutros sentidos? E em relação ao «envelope financeiro»? V. Ex.^a acha que a evolução actual das negociações vai no sentido — e consequência natural das propostas da presidência portuguesa — de defender mais os agricultores portugueses, em termos de serem beneficiários/das ajudas financeiras ou não?

E em termos de futuro? Como é que o Partido Socialista vê a receita dos agricultores? Só em termos de preço? Em termos de preço mais ajuda? E que ajuda? Por hectare ou por quilo? São questões nucleares que, neste momento, estão em discussão!

Pensa o Partido Socialista, com essa sua política, que o número de agricultores, em Portugal, vai diminuir? Para que níveis? Que ideias tem sobre isto?

O Sr. João Maçãs (PSD): — Não tem!...

O Orador: — Outra questão central que neste momento se coloca é a dos cereais e V. Ex.^a não abordou essa

questão no seu discurso. Qual é a ideia, qual é a política que o Partido Socialista tem para a cerealcultura portuguesa?

E em relação ao eucalipto?

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Agora é que vai ser!...

O Orador: — O que é que o Partido Socialista pensa da cultura do eucalipto em Portugal?

O Sr. António Campos (PS): — Ó Zé estás a passar-te!...

O Orador: — E, já agora, para terminar, mais duas questões.

Primeira, sendo a banana um fruto típico da Madeira,...

Vozes do PS: — Ah!

O Orador: — ... importante na sua economia agrícola, que política tem o PS para a banana?

Risos.

O Sr. Rui Ávila (PS): — Falta o ananás!

O Orador: — Ou também af o PS tem um défice político?

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Deputado Bernardino Gata Silva, queira terminar.

O Orador: — Término já, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Deputado, o meu medo é que... Temos tanta fruta!...

Risos.

O Orador: — Para terminar, Sr. Deputado António Guterres, e porque V. Ex.^a é o líder do partido da oposição, gostava de colocar-lhe uma pergunta de natureza política.

Hoje nota-se a colagem do Partido Socialista a muitas reivindicações sociais no campo da agricultura. Tal também aconteceu na legislatura anterior, com os resultados que são conhecidos. Gostaria de saber se há uma política de continuidade em relação à legislatura anterior ou se foi uma distração.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Gata Silva, uma resposta também muito breve: a agricultura que queremos é uma agricultura para os homens. Nem para os regulamentos, nem para as estações, é para os homens.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em matéria de exame e de capacidade, esclareço-o que a capacidade que procuro evidenciar é política, a capacidade política que o Governo não teve para conduzir este sector.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Devo dizer-lhe que nunca vi examinadores que para examinarem tenham uma cabulazinha. Admito que algum dos Srs. Secretários de Estado tenha tido muito trabalho, hoje de manhã, para preparar-vos as cábulas, ...

Aplausos do PS.

... porque as vossas cábulas dizem respeito não ao que eu aqui disse mas ao que os senhores supunham que eu vinha dizer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso mesmo as cábulas estão desenquadradadas do meu discurso e vêm perguntar sobre questões sectoriais, quando eu dei explicações de natureza horizontal que se aplicam à generalidade das culturas. E isso não perceberam!...

Não perceberam que na questão-chave, que é a de saber que tipo de subsídio e como, nós afirmámos com clareza que o subsídio ao rendimento nos parece correcto, desde que existam alternativas e desde que essas alternativas permitam, em termos de decappling, um conjunto de opções que os agricultores possam fazer em relação ao seu futuro e que não sejam todos empurrados para o mesmo mecanismo burocrático e regulamentar que os senhores gostam de fazer em Bruxelas.

Aplausos do PS.

Sobre a banana, estou a pensar fazer uma conspiração com o presidente Bush para pôr toda a maçonaria a comê-las.

Risos e aplausos do PS.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa da consideração da minha bancada.

Risos do PS.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres, todos os Deputados do Partido Social-Democrata que aqui intervieram ou que venham a intervir têm consciência das suas competências e do seu saber e, pelo seu passado, Sr. Deputado, não precisam de trazer cábulas, sejam elas do Governo ou não.

Sr. Deputado António Guterres, a forma como responde — ou melhor, não responde — às nossas questões é que significa que o seu discurso foi cabulado, mas mal cabulado.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, quero apenas dizer que se não precisam das cábulas é preferível não utilizá-las.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Miguel.

O Sr. Vasco Miguel (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres, não sei se hei-de perguntar-lhe alguma coisa. É que não, responde!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tenho sérias dúvidas...

Vou começar, precisamente pelas cábulas, Sr. Engenheiro Guterres.

O que o Sr. Deputado disse da tribuna — e eu, como interessado na política agrícola, conheço há muito tempo — foi uma transcrição directa do manifesto eleitoral do Partido Socialista. Mas, mais grave: o senhor não era o secretário-geral na altura!...

Risos do PS.

Mais grave!... Mais grave!... Mais grave!... Sabe porquê? Os Srs. Deputados não entendem? É que esse manifesto — e os senhores só se riem de que não devem — foi submetido ao eleitorado e foi reprovado! E os senhores continuam a falar nele!...

Aplausos do PSD.

Como não têm imaginação, não têm nada de novo para aqui trazer, vêm para aqui e descartam-se das vossas responsabilidades em Bruxelas!... Lá, defendem MacSharry; aqui, defendem uma coisa e outra!

Assim, a pergunta que lhe coloco, muito directa e concretamente, Sr. Deputado, para que me responda com sim ou não e eu fique satisfeito, é esta: estão ou não com o documento do comissário MacSharry? É que nós ainda não percebemos, porque na Comunidade estão com o referido documento e dizem que o que interessa é o que dizem lá e o Sr. Deputado diz que o que interessa é o que diz aqui. Ou seja, aquilo que o Sr. Deputado aqui diz, eles também o dizem. No entanto, precisamos de saber exactamente qual é a opção do Partido Socialista.

Srs. Deputados, há pouco, quando me ri e o Sr. Deputado António Guterres fez aquela afirmação, da tribuna, com alguma piada, de que nós só nos rímos dos agricultores, devo dizer que m'ri precisamente disto: o Sr. Deputado não tinha inovado absolutamente nada, nem tinha definido absolutamente nada sobre a estratégia de apoio ou não à reforma da PAC. Tratou-se de um discurso vazio, oco, chocho e nada inovador, que ninguém esperava!

Quero dizer-lhe ainda que, muito antes de os senhores terem indicado a comunicação social que seria o engenheiro António Guterres a intervir em primeiro lugar, já tínhamos chegado a essa conclusão há um mês atrás

Protestos do PS.

Asseguro-lhes que é verdade! Reparem, pois, na vossa imaginação acerca do debate sobre a agricultura.

Para terminar, queria dizer — e não se riem porque isto é que é sério! — que os senhores já viram que não trouxeram aqui coisas sérias e estão a tentar levar o debate para algum objectivo.

É com bananas e com sorrisos, que vocês se vão divertindo aqui. Mas, lá fora, os agricultores querem muito mais de nós e de vós, ...

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

... porque esperavam com ansiedade, que trouxessem alguma coisa de novo, que não trouxeram!

Esta é que é a verdade!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Engenheiro António Guterres: para terminar, pergunto-lhe, com as mesmas verbas e com as mesmas disponibilidades, o que é que teria feito, para além daquilo que o PSD fez? Isto é que o Sr. Deputado tinha de dizer e não disse!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Vasco Miguel, é com muito gosto que reafirmo a política de desenvolvimento rural do nosso programa eleitoral e que refiro que o facto de não termos ganho as eleições não quer dizer que essa política estivesse errada.

Não percebo quem diz, simultaneamente, que eu digo o contrário do que dizem os outros e não trago nada de novo, porque se eu digo o contrário do que dizem os outros alguma coisa de novo hei-de trazer.

Em relação à reforma de MacSharry, a minha posição é muito clara: se o Governo português conseguir negociar os aspectos de emenda que eu próprio introduzi, a reforma de MacSharry passará a ser aceitável para a agricultura portuguesa, pois, tal como ela está neste momento, tem graves inconvenientes. No entanto, é para isso que se está a negociar e já tive ocasião de oferecer ao Governo português toda a colaboração do PS nessa negociação.

Risos do PSD.

Finalmente, Srs. Deputados, percebi muito bem qual era a vossa estratégia neste debate para o que bastou ver a forma como se inscreveram. A vossa estratégia foi a de anular o impacte político de uma intervenção e tentar levar esta discussão, que é uma discussão de fundo sobre os problemas da agricultura portuguesa, para um conjunto de aspectos parcelares e irrelevantes. Por isso, estou a responder-vos da forma que estou.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Carvalho Ribeiro.

O Sr. José Carvalho Ribeiro (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres: depois de um interregno na Assembleia da República, onde sempre estive ligado aos problemas agrários, foi com gosto que vi, durante esse interregno, uma posição no Partido Socialista quanto à política agrária.

Aproveitei para cumprimentar o Sr. Deputado António Guterres pelas relações amistosas que tivemos noutras legislaturas.

Penso que o Sr. Deputado teve, aqui, omissões extremamente gravosas que dizem respeito à agricultura portuguesa e sobre as quais o Governo português se tem debatido com enorme realismo.

St. Deputado António Guterres, veja estas primeiras considerações mais no campo de uma observação de uma técnica agrícola do que propriamente no campo de uma intervenção política.

Sem entrar em questões da PAC e debruçando-me apenas sobre a agricultura portuguesa, penso que existe por parte do Partido Socialista, que se afirma defensor de uma política agrária tanto quanto possível realista e dinâmica, uma lacuna que se traduz na omissão, extremamente gravosa, da agricultura a tempo parcial. Ora, o Ministério da Agricultura tem apoiado essa agricultura numa linha política semelhante à que se tem desenvolvido a nível da Comunidade Económica Europeia e que tem uma componente social cada vez mais importante na sociedade portuguesa. Repito: entendo extremamente gravosa, do ponto de vista político, esta lacuna, que implica consequências e ilações que V. Ex.², com certeza, avaliará, sobretudo para quem se preocupa com o desenvolvimento rural do nosso país.

Não vou debruçar-me sobre a questão do cooperativismo agrícola, mas estranhei imenso a sua omissão em relação a este sector, cujo desenvolvimento temos de constatar e que assume uma importância crescente no desenvolvimento da agricultura.

Deixo-lhe uma última sugestão de algo cada vez mais indispensável — e é este o pensamento do Partido Social-Democrata — a uma adesão europeia cada vez mais consciente, que é o desenvolvimento dos centros de gestão agrícola em Portugal.

O Governo português, bem como o Ministério da Agricultura, têm-se debruçado sobre um lema que assume uma importância cada vez maior: não vemos uma integração consciente e realista, senão dar oportunidade aos pequenos e muito pequenos agricultores portugueses de criação de centros de gestão, com o apoio e o incentivo que o Ministério da Agricultura tem dado.

Assim, qual é a posição do Partido Socialista, pela voz do Sr. Deputado António Guterres, quanto a estes três aspectos que acabei de referir e que, reafirmando, são de uma importância crucial no desenvolvimento rural e no bem-estar da família agrícola portuguesa?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, quero dizer, em primeiro lugar, quanto estimo estar aqui com o Sr. Deputado José Carvalho Ribeiro. Tive ocasião de o visitar recentemente na sua câmara municipal e de lhe manifestar que não existe discordância entre nós, apenas me parece não ter havido omissão.

Ao preconizar, como preconizei, o desenvolvimento rural e o aspecto pluriativo do agricultor português, fica claro que damos a maior importância à agricultura a tempo parcial. E ao preconizar, como preconizei, que uma série de funções hoje exercidas pelo Ministério da Agricultura sejam transferidas para o associativismo agrícola fica também clara a nossa adesão às duas outras perspectivas que aqui deixou e que merecem a minha inteira concordância.

O Sr. José Carvalho Ribeiro (PSD): — Muito objectivo!

O Sr. António Guterres (PS): — Os senhores têm o que merecem! Não merecem mais, não têm mais!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar.

O Sr. Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar (Luís Capoulas): — O Sr. Deputado António Guterres deixou aqui uma perspectiva catastrófica do que têm sido estes últimos anos da agricultura portuguesa, ao falar dos nove anos de governo social-democrata nesta área. E, muito sinceramente, senti-me recuar mais de 10 anos no tempo, ao tempo em que o governo era socialista.

O Sr. Deputado manifestou-se impressionado com o aumento do défice da balança agro-alimentar. Então, o Sr. Deputado não se deu ainda conta de que nestes últimos anos os consumos *per capita* dos portugueses, fruto do sustentado crescimento do poder de compra, têm aumentado de ano para ano em termos que são manifestamente impressionantes?

Cito-lhe apenas alguns exemplos, comparando o último quinquénio relativamente ao precedente: o consumo *per capita* de carne subiu 50%; o consumo *per capita* de frutos subiu 70%; o consumo *per capita* de hortícolas subiu 40%; o consumo *per capita* de vinho baixou 25%.

Ora, Sr. Deputado, isto significa que a produção agrícola não pôde, em termos absolutos, acompanhar o aumento do poder de compra, o aumento do consumo, em geral, e de bens alimentares, em particular, e que os Portugueses puderam beneficiar do fruto deste processo de crescimento e progresso económico e social sustentado, que o Governo do Partido Social-Democrata tem conseguido manter ao longo de todos estes anos.

Esta era a primeira questão, ou seja, o Sr. Deputado situou-me antes desta época de progresso em que estamos a viver.

A segunda questão que lhe suscitei tem a ver com o facto de o Sr. Deputado também se ter manifestado impressionado com a redução da taxa de cobertura das nossas importações agro-alimentares pelas exportações. Isto não é exacto!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Então, veja o valor!

O Orador: — Comparando, igualmente, quinquénios, pois perante a sazonalidade das produções agrícolas as comparações têm de ser feitas por períodos suficientemente longos — para ultrapassar essa sazonalidade —, poderia referir-lhe, com dados objectivos, ...

O Sr. António Campos (PS): — Qual é a origem?

O Orador: — ... que são aqueles em que o Sr. Deputado se suporta, ou seja, os dados do EUROSTAT, que no período de 1986/1990, comparativamente com o período de 1981/1985, a taxa de cobertura aumentou de 32% para 39%. Tratam-se de dados objectivos e inofensáveis que negam completamente a apreciação que o Sr. Deputado aqui fez! Além disto, o peso do sector agro-alimentar no défice da nossa balança comercial baixou de 21% para 18% no mesmo período, isto é, a resposta do sector produtivo agrícola e agro-alimentar foi, apesar de tudo, superior à resposta dos outros sectores.

Passemos à terceira consideração. O Sr. Deputado também nos deixou aqui uma imagem desoladora do sector agro-alimentar em geral, especificando alguns sectores que vivem problemas conjunturais perfeitamente explicáveis, como é o caso do tomate, do azeite e de outros, porque atravessam processos de reestruturação e de modernização, que correspondem a uma fase pela qual têm de passar para que sejam mais competitivos. Mas, no entanto, escamoteia,

designadamente, o enorme impacte que teve o Regulamento (CEE) n.º 355/77 no progresso e na modernização deste sector. E devo dizer-lhe que, contrariamente ao que acontecia no passado, o crescimento, quer em termos do produto, quer do valor acrescentado, quer da produtividade do sector agro-alimentar sujeito ao referido Regulamento, foi bastante superior ao da generalidade do sector da alimentação e bebidas.

O Sr. Deputado falou também dos matadouros e da holding de matadouros falidos. Neste aspecto, o Sr. Deputado está também, e novamente, situado num período *a anteriori*, porque os matadouros como unidades de prestação de serviço de abate estão ultrapassados. Estamos a acabar com eles!

Por outro lado, as empresas de comércio de carnes, fruto da iniciativa dos operadores privados e também da participação, nalguns casos, do IROMA, estão todas a ter resultados positivos. É assim em Sousel, em Tomar, em Oliveira do Hospital e no matadouro de Beja — que no tempo dos governos do Partido Socialista tinha apenas uma capacidade aproveitada de 20 % e está hoje a 100 % —, e o mesmo vai acontecer, seguramente, em Loulé, no matadouro que vai ser inaugurado brevemente.

Refiro-lhe ainda, Sr. Deputado, que não vamos constituir nenhuma holding de matadouros nem de matadouros falidos. O que vamos fazer é preparar um projecto de constituição e privatização de empresas de comércio de carnes, incentivando a participação dos produtores e das suas organizações. Estou perfeitamente convencido de que o Partido Socialista, uma vez conhecedor deste projecto, vai aplaudir-lo e aceitá-lo, porque, com certeza, é favorável a que os produtores possam ter uma participação na maioria do comércio das carnes, contrariamente ao que acontece hoje, em que estão perfeitamente sujeitos a um sistema de intermediários obsoleto e caducado.

Sr. Deputado, para terminar, coloco-lhe esta questão: perante o cenário catastrófico que afirmou, como conciliá-lo com alguns números — e os números falam por si, são factos indescutíveis! — que lhe vou relatar?

A produção de milho no último quinquénio, relativamente ao anterior, subiu 43%; a de girassol subiu 130%; a de tabaco subiu 101%; a de tomate subiu 10%; a de carne de ovino subiu 13%; a de carne de suíno subiu 20%; a de leite subiu 104%; a de peras subiu 28%; a de pêssegos subiu 126%; a de frutos, em geral, subiu 25%, e a de hortícolas subiu 36,5%.

Por seu lado, o Regulamento (CEE) n.º 866/90, que apoia a modernização do sector agro-alimentar, nos 124 MECU's disponíveis para os anos de 1991 a 1993, foi começado a implementar apenas no final do ano passado. No entanto, já foram devolvidos 74 MECU's, restando-nos apenas 50.

Assim, pergunto-lhe: isto é ou não uma prova de saúde e de dinamismo do sector produtivo e transformador agro-alimentar?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Não há dúvida, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de que é sempre melhor ver o autor das cábulas do que os respectivos leitores.

Risos do PS.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, ouvi um conjunto de perguntas que fazem sentido e que merecem uma resposta cuidada.

Em primeiro lugar, é evidente não só o aumento de consumo como a melhoria das condições de vida. Aliás, sempre temos dito que a conjuntura da economia portuguesa nos últimos anos foi de ouro é que beneficiou de circunstâncias extremamente favoráveis e do afluxo de fundos comunitários que — e já hoje aqui foi referido um número novo —, só no plano agrícola, foi da ordem dos 750 milhões de contos. Em alguma coisa isso se iria traduzir!

No entanto, o que esse aumento de consumo gera é uma enorme oportunidade para a agricultura portuguesa e o que é verdade é que essa oportunidade não foi aproveitada, porque a agricultura portuguesa não tinha capacidade para fazê-lo, uma vez que não teve o suporte das políticas necessárias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E vamos a números.

A acção deste Governo não pode ser medida por comparações estatísticas entre médias de 1980 a 1985 e de 1986 a 1990, porque, como já todos concordámos, as políticas agrícolas levam um tempo a produzir efeito. E, ao fazer essa média, não está a medir a acção deste Governo em relação aos anteriores mas está, provavelmente, a medir a acção dos anteriores em relação a outros que vieram ainda antes.

Aquilo que, em nossa opinião, vale a pena comparar é o início e o fim do período. E vamos ao défice agro-alimentar. Em relação aos números que citou — e devo dizer que, durante o intervalo, mandei refazer as contas com base nas estatísticas, publicadas, do INE —, de 1985 para 1990 (e 1985 não foi um ano espectacularmente bom nem 1990 espectacularmente mau, porque quanto ao ano de 1991, que é pior, eu tive o cuidado de não citá-lo porque sei que é um ano de que o Governo não gosta) a taxa de cobertura das importações pelas exportações passou de 47 % para 40 % e, em 1991, para 38 %.

Aliás, não deixa de ser curioso que o Governo confesse algumas das acusações que lhe faço. Num documento que, apressadamente, juntou ao seu discurso, para explicar a razão por que 1991 foi um ano mau para o rendimento dos agricultores, o Sr. Ministro da Agricultura lá diz a verdade. Diz que 1991 foi um ano de excepcional crescimento dos salários e dos juros. E é verdade! São as consequências, em grande parte, da política macroeconómica do Governo, que quis ganhar votos à custa da situação das empresas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ainda em matéria de matadouros, terei todo o gosto em levá-lo, numa visita guiada, a alguns matadouros que conheço e devo dizer-lhe que a intervenção do Estado nessa matéria me tem parecido desastrosa. Estou inteiramente de acordo que se faça uma política séria de privatização, se essa política for levada até às últimas consequências, embora me pareça, quando ouvi dizer que o IROMA vai ter participações, que está a confirmar que ele é uma holding. É essa orientação que não nos parece mais adequada. Façam-se matadouros

privados, de acordo com a situação do mercado e tendo os apoios que se justifiquem, não para dar prejuízo ou competir uns com os outros ruinosamente, mas para darem saúde à nossa indústria e à nossa transformação.

Finalmente, em relação à questão chave que iniludivelmente é a do rendimento dos agricultores e para que não haja dúvidas, falo de números do EUROSTAT e para que não haja dúvidas, cito o indicador mais favorável, o indicador 1 — «Índice do valor acrescentado líquido real ao custo de factores por unidade de trabalho agrícola». E o que vale a pena comparar, visto que uma das vossas desculpas são os países mais ricos da Europa aonde chega o essencial dos fundos comunitários, é a situação de Portugal com os outros países que têm circunstâncias semelhantes, ou seja, a Espanha e a Grécia. E, em relação a esses, os números são trágicos — porque para 1991 a queda do rendimento português, a partir de 1985 ou da média 1984, 1985, 1986, é significativa —, são mais que 10 %, enquanto no caso espanhol quase chegou aos 30 % e no caso grego quase chegou aos 20 % de aumento, não de quebra! E mesmo comparando os valores de 1990, visto que já sabemos que 1991 foi um ano particularmente mau, a diferença entre Portugal, que tem af um saldo ligeirissimamente positivo, a Espanha e a Grécia é também abissal.

Aliás, é nessa comparação que fica provada a tese, que muito gosto me dá nesta matéria, de que o governo socialista espanhol é muito melhor do que o governo PSD português.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Agricultura, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Ministro da Agricultura, o País sentiu, nos princípios de Março, uma das maiores secas do século, sentida pelos meteorologistas, sentida pelas populações rurais e urbanas do Ribatejo e do Alentejo, pelas vacas, pelas ovelhas, pelos melros e tentilhões, pelas raízes mais rudes e até pelos chaparros.

Entretanto, o Sr. Secretário de Estado disse na RTP, com o ar cônscio e a fala calma do governante que não alarmava o País, mesmo que ele se afunde, o seguinte: «Nada de novo. Vamos esperar até Abril». Esperou o Governo, a água não! A seca veio pôr a nu a crónica calamidade que é hoje a agricultura em Portugal. A seca veio pôr a nu a crónica calamidade em Portugal.

No Alentejo e no Ribatejo vivem-se situações de colapso físico, económico e social. A bacia do Serraia, a de maiores recursos hídricos da Europa, segundo a ONU, estiola com sede. O plano de irrigação é apenas uma miragem. O Governo entreteve-se a despachar a barragem do Maranhão. O Baixo Alentejo, há dezenas de anos com o sonho da barragem do Alqueva, nunca realizado, para a irrigação não tornar irreversível a grande conquista democrática e económica que foi a reforma agrária, vê morrer as secas e os efectivos pecuários.

Os agricultores da lezíria, com os campos de cultivo a dois passos do Tejo, não têm água, nem estradas, nem recursos. A regularização dos caudais do Tejo e do Serraia, com o respectivo desassoreamento, a construção dos canais de irrigação, passa ao lado das preocupações do Governo.

O tomate sem escoamento por os stocks se acumularem nas fábricas, o vinho nas adegas há dois anos

e o espanhol a utilizar a comercialização, as secas perdidas, o melão salgado, o milho sem ser pago, os gados sedentos e esfomeados, colocam os agricultores e os trabalhadores rurais numa situação calamitosa.

Como um avejão sinistro, a banca lança o seu manto gélido, sorve os recursos financeiros de quem trabalha e constrói obras faraónicas que entopem o espaço e o gosto dos cidadãos das capitais. Ontem, com um tiro de caçadeira na cabeça, matou-se um rendeiro em Vale de Lamas, quando a GNR o ia prender por não ter cobertura para cheques pré-datados no valor de 11 000 contos.

O médio e pequeno comércio de alfaias e outros factores de produção entra em crise. As crianças são retiradas das creches. Os jovens agricultores perplexos sentem-se usados na sua inexperiência e generosidade. Os agricultores viram-se para o Governo e não obtêm resposta.

Que alternativa para o círculo vicioso de produzir para não escoar, de produzir para se perder, seja com a seca hoje ou com a cheia amanhã? Que plano de fundo para a agricultura? Ontem, em Cancas uma agricultora dizia-me: «Que é isto do ministro ceder ou não ceder? Então ele está contra nós? É o ministro da CEE não é o ministro dos agricultores portugueses. Somos capazes de desenvolver a agricultura, mas eles lançam a confusão.»

O Governo não se informa nem informa. As medidas são ambíguas e insuficientes. Os agricultores sentem uma total insegurança, desconfiança, desmobilização. Foi o que senti na minha visita ao Alentejo e ao Ribatejo.

E ponho estas perguntas ao Sr. Ministro: vai garantir os subsídios a fundo perdido, o emprego para os trabalhadores permanentes, subsídios para os sazonais, segurança no arrendamento dos rendeiros e todas as outras exigências colocadas pelos trabalhadores e agricultores e pelas suas associações? Vai avançar para a construção da barragem do Alqueva? Vai avançar para a regularização do Tejo e do Serraia e para a irrigação das bacias respectivas? Vai ser construída a fábrica de açúcar de beterraba ou continuará a deixar a Espanha a tratar disso? Vai recuperar os mercados para o concentrado do tomate? Como vai assegurar a seriedade e limpidez na atribuição de fundos e subsídios, tendo em conta que há sobrejas razões de desconfiança em relação a processos congénères?

A resposta da agricultura portuguesa à concorrência da Europa vai ser feita à sua própria custa, ou seja, com as falências, mesmo os suicídios, o abandono e desertificação dos campos, devidos à fraqueza do Governo ou vai haver um plano de fundo corajoso, a sério, com irrigação, com baixos custo dos factores de produção e agressividade na procura de mercado numa perspectiva de futuro e patriótica?

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Ministro, como há mais oradores inscritos para pedir esclarecimentos, pergunto-lhe se pretende responder já ou no fim?

O Sr. Ministro da Agricultura: — Respondo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Capoulas Santos.

O Sr. Luís Capoulas Santos (PS): — Sr. Ministro da Agricultura, pese embora a elevada consideração pessoal que nutro por V. Ex.º, o seu discurso deixou-me profundamente perplexo e decepcionado. Decepcionado e

perplexo porque esperava de V. Ex.^a, no momento em que o País anseia por respostas claras e inequívocas, por parte do Governo, no momento em que os agricultores estão profundamente apreensivos numa das maiores crises da nossa agricultura, V. Ex.^a veio fazer não um discurso de um homem de Estado que está à frente de um importante sector da governação portuguesa, mas, desfasado do tempo e do lugar, um comício eleitoral do PSD. E, além disso, Sr. Ministro, veio trazer-nos algumas imprecisões e algumas graves incorrecções.

Vou passar a questioná-lo relativamente a duas ou três questões paradigmáticas.

Disse V. Ex.^a que, no PEDAP, terão sido beneficiados cerca de 300 000 agricultores. Segundo o relatório do primeiro quinquénio produzido pelo próprio Ministério da Agricultura, no somatório dos 20 subprogramas do PEDAP estão indicados, com alguma imprecisão, qualquer coisa como 270 000 beneficiários e todos sabemos que esses beneficiários são, na maior parte dos casos, os mesmos, duplicados e triplicados, porque é óbvio que um caminho rural, uma electrificação, um regadio colectivo beneficia simultaneamente um conjunto de beneficiários. Sendo 22 059 o número de projectos aprovados neste período, é óbvio que, não sendo exacto o Ministério sobre a forma de quantificar este número, não serão seguramente mais de 40 000 ou 50 000 beneficiários, o que significa que terá sido atingido um máximo de 6% ou 7% dos agricultores portugueses.

E isto coloca-o, Sr. Ministro, perante outra contradição. Disse V. Ex.^a a propósito da reforma da CAP e fazendo oposição ao próprio PSD, porque já passou da fase de fazer oposição à oposição para fazer oposição a si próprio, que uma das razões por que condenava a velha PAC era porque a mesma apenas beneficiou cerca de 20% dos agricultores. No entanto, naquilo em que o Ministério foi o exclusivo responsável, naquilo que ele próprio configurou e executou, que foi o PEDAP, a situação foi muito pior porque não terão sido 20%, mas cerca de 10% o número de agricultores portugueses beneficiados.

Por outro lado, Sr. Ministro, outra das questões relevantes que trouxe no seu discurso foi a grande aposta e a grande prioridade concedida por este governo à questão do regadio. Os simples factos que vivemos neste momento desmentem essa afirmação categoricamente. Mas, mais do que isso, nos quatro subprogramas do PEDAP foram beneficiados, segundo os próprios números do Ministério, cerca de 80 000 ha de regadio. Ora, sendo que dois desses subprogramas — caso da beneficiação dos perímetros de rega e os regadios tradicionais — áreas já pré-existentes, em 75% dessa área não foram constituídos novos regadios por acção dos governos do PSD.

Por último, Sr. Ministro, gostaria de pôr uma questão, que, sendo relativamente colateral à questão agrícola, não deixa de me preocupar, enquanto cidadão. Sabe V. Ex.^a que, no âmbito do Ministério da Agricultura, algumas dezenas senão centenas de funcionários são simultaneamente dirigentes associativos? Em reuniões nas quais têm participado altos responsáveis é frequente, extremamente comum, aparecerem funcionários do Ministério a dialogarem com esses responsáveis associativos, sem que jamais tenham sido admoestados por esse facto. É, pois, com grande preocupação e com grande estranheza, que gostaria de ver aqui explicada a razão por que, na primeira vez em que um dirigente associativo e simultaneamente funcionário do Ministério aparece na

praça pública a fazer o discurso, que pelo visto não é tão consonante com a política de sucesso que foi aqui anunciada, ele foi imediatamente suspenso.

Aplausos do PS.

Ó Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Ministro da Agricultura, a política agrícola nacional e a política agrícola comum são, todos estamos de acordo, dois elementos indissociáveis, enquadradore da agricultura portuguesa.

A reforma necessária da PAC — já está em cima da mesa —, na sua formulação concreta, é inaceitável para o País e para os agricultores portugueses.

A política agrícola nacional, liderada há uma dezena de anos pelo PSD, é responsável pela situação profundamente difícil em que a agricultura se encontra hoje, pela degradação da balança alimentar e pela quebra dos rendimentos dos agricultores portugueses. Não há malabarismos que cheguem para branquear o que está claramente expresso nas estatísticas do EUROSTAT, do INE e, agora — desde há uma semana —, até nos gráficos anexos à proposta da Comissão sobre os preços da campanha do ano que vem, mas iremos falar deste aspecto na nossa intervenção.

A realidade desta crise é a que se traduz em sectores permanentemente em dificuldades e que tem trazido milhares de agricultores para a rua. É sobre alguns destes sectores que queríamos interrogar V. Ex.^a, colocando-lhe algumas perguntas concretas que possam permitir dar resposta aos problemas que os agricultores dessas áreas enfrentam neste momento.

Em relação ao tomate, gostaríamos de saber quando é que o Governo pensa pagar o diferencial de preço, resultante de uma precipitada aplicação dos novos critérios de classificação que o Sr. Ministro prometeu aos agricultores nas vésperas das eleições. Quando é que cria as condições para que os industriais, que já receberam da Comunidade o subsídio devido ao aval dado pelo Governo, paguem aos produtores cerca de 1 milhão de contos que estão em atraso?

Quanto ao vinho, está o Governo disponível para propor e realizar uma intervenção excepcional no mercado do vinho na destilação, a fim de permitir resolver a grave situação dos excedentes com que nos deparamos?

Quanto às cooperativas de comercialização, está o Governo de acordo com a necessidade de ser elaborado um pacote de medidas técnicas e financeiras que contribua para dar resposta à situação de ruptura em que se encontram a maioria parte destas cooperativas?

Quanto aos preços dos factores de produção, tem o Governo algum plano concreto para que estes preços relativos aos combustíveis e às taxas de juro se aproximem das médias da Comunidade?

No que diz respeito aos recursos hídricos, face às consequências da seca, e não só, está o Governo, finalmente, convencido da necessidade de um plano global nacional de gestão daqueles recursos e da necessidade de se prosseguir com o projecto do Alqueva, de se concretizar o projecto de regadio da Cova da Beira e de se proceder à regularização do Alto Sorraia?

Estas são algumas questões concretas para as quais gostaríamos de ter respostas concretas do Sr. Ministro.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, eu tinha algum interesse em ouvir a intervenção de V. Ex.^a

De facto, os senhores têm tido uma ajuda fantástica e há que distinguir dois períodos: em 1989, disse-lhe que esse seria o melhor ano da agricultura portuguesa, porque, na altura, o senhor só estava a meter dinheiro, tinha os preços protegidos, não havia concorrência e, portanto, estava no melhor dos mundos; a partir de 1989, a derrocada começa. Agora diz-se que os anos são maus — concretamente, o de 1990/1991 — e, depois, veio a seca para encobrir.

Assim, gostaria de colocar-lhe alguns problemas.

É que, agora, o Sr. Ministro vai sujeitar a agricultura portuguesa à concorrência da europeia, vai ter de baixar 26\$/kg nos cereais, vai ter de baixar cerca de 20\$/kg no milho. Enfim, vai ter de fazer a adaptação da nossa agricultura à europeia.

Ora, depois de ter gasto 753 milhões de contos, qual é a produção nacional que está preparada para resistir à integração plena na Comunidade?

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Nomeie uma só produção de entre as nacionais, Sr. Ministro, que não vá diminuir de área nem atirar para a falência 80 % dos actuais produtores.

Em segundo lugar, o Sr. Ministro tem mais de um milhão de hectares afectados às culturas de sequeiro. Num clima mediterrânico, nada que tenha interesse concorrencial pode produzir-se nessa área. Claro que produz trigo, aveia, cevada, centeio, etc.

Assim, Sr. Ministro, pergunto-lhe qual é a produção que vai fazer neste milhão de hectares, de 1992 em diante.

O Sr. Ministro diz que as produções estão todas a subir. Estavam, Sr. Ministro! Quando o senhor dava dinheiro e quando, até 1989, não havia concorrência internacional, é óbvio que estavam a subir. Mas, agora, desafio-o a dizer, relativamente a 1990/1991, quais foram as produções que subiram e qual é a perspectiva de aumento de qualquer produção nos anos de 1991/1992 ou de 1992/1993.

Mas há mais, e se o Sr. Ministro quiser fazer a experiência será muito simples. A quem investiu na agricultura o Sr. Ministro obriga, há cinco anos, através do Regulamento (CEE) n.º 797/85, a não poder mudar de actividade. Desafio-o a derrogar esse preceito e verá quantos milhares de agricultores, que hoje já estão falidos mas que não podem mudar de actividade porque fizeram investimentos, abandonam imediatamente a respectiva exploração e se vêem livres dos investimentos que fizeram.

Explique-me, Sr. Ministro: como é que 16 000 produtores de leite concorrem, de imediato, à desistência desta produção em Portugal?

Sr. Ministro, se está convencido de que vai resolver todos estes problemas através dos subsídios, a que somos desfavoráveis... Aliás, estou convencido de que a grande vocação de V. Ex.^a não é para Ministro da Agricultura mas, sim, para Ministro da Segurança Social. É que, de facto, precisávamos de um outro ministro que dinamizasse e potencializasse a capacidade produtiva nacional!

Como eu dizia, com a negociação que o Sr. Ministro está a fazer, baseada em dois princípios fundamentais para a produção, que consiste em baixar ainda mais os preços e também a produção, gostaria de saber — até julguei que era isto que vinha dizer-nos — qual é o impacte na agricultura portuguesa desta fase de transição. Como é que o Governo a aproveitou? Como é que potencializou as capacidades agrícolas nacionais? E como é que, neste momento, depois de tantas centenas de milhões de contos gastos, a agricultura portuguesa está apta a resistir à concorrência da Europa e aos acordos do GATT que, como sabe, ainda são uma complicação maior para alguns sectores produtivos nacionais, principalmente para os cereais e para as carnes?

Sr. Ministro, são estas as questões que tem de explicar-me nesta sede. É porque não vale a pena vir dizer-nos que gastou quase 800 milhões de contos para, depois, não dispor de uma produção agrícola que seja capaz de resistir à integração.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, imediatamente após os pedidos de esclarecimentos e a resposta do Sr. Ministro, interromperemos o debate para procedermos às votações que estão agendadas para hoje, o que ocorrerá cerca das 18 horas e 45 minutos.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, no ano passado, os pequenos e médios agricultores do Centro e do Norte do País, que até costumam integrar a base de apoio do Governo, lançaram um grito de angústia sobre o seu futuro que não pode deixar de ter sido ouvido pelo Governo e por todos nós. A questão que ficou no ar é a de saber se esse grito foi ouvido pelo Governo de Portugal e se tal infletiu a política agrícola portuguesa suficientemente para os descansar.

É que, Sr. Ministro, estes agricultores estão naturalmente preocupados por estarem a perder em concorrência com os agricultores dos outros países da Comunidade. Estão a perder em concorrência — e nisso têm razão — porque os agricultores europeus dos outros países têm melhores condições, dispõem de factores de produção mais baratos, têm juros mais baixos, pagam menos impostos e, portanto, consideram, tal como disse o Sr. Secretário de Estado Luís Capoulas, que o consumo dos produtos em Portugal está a aumentar, enquanto o rendimento destes agricultores está a diminuir, como se comprova pelas estatísticas. Isto é, o consumo está a aumentar, mas quem aproveita disto são os produtores agrícolas dos outros países, enquanto os nossos agricultores se vêem empurrados para uma situação de falência e de abandono da actividade agrícola.

Repeto que a questão que foi colocada e que está no ar é a de saber se a angústia daquele grito foi ouvida. Ora, na nossa bancada, a conclusão que extraímos é a de que esse alerta não foi suficientemente escutado porque os nossos agricultores continuam a perder em concorrência com os estrangeiros e continuam a ter problemas com os seus factores de produção, continuam a ter juros mais altos, continuam a pagar a energia para produção agrícola mais cara da Europa, pelo que continuam a necessitar de respostas concretas em debates desta natureza.

Os desaguisados entre sociais-democratas e socialistas podem divertir-nos bastante, mas não respondem à questão concreta que os agricultores gostariam de ver respondida e que é a de saber se vai ou não inverter-se quer a tendência que se tem verificado e que é no sentido da diminuição do número de agricultores, quer a tendência para a falência crescente dos produtores agrícolas em Portugal, quer a tendência para o fim da respectiva actividade.

Sr. Ministro, aproveitando este debate — esta é a questão essencial que quero colocar-lhe —, que esperança pode deixar a estes agricultores de que as referidas tendências vão inverter-se?

Seja no domínio da negociação da PAC, seja no das orientações, seja no da diminuição da burocracia, seja no da diminuição dos impostos, dos factores de produção ou dos juros, que esperança pode dar aos nossos agricultores no sentido da inversão das tendências a que me referi? É porque se não é para haver inversão, Sr. Ministro, mais vale que se fale verdade e que se lhes diga isso, em vez de afirmar que a política tem sido boa e que vai continuar a sê-lo. De facto, mais vale que se diga aos agricultores que a tendência é aquela a que me referi e que é inelutável. Se for esta a verdade, tenha a coragem de dízê-la aos agricultores.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

O Sr. Alberto Costa (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, desta vez foi V. Ex.^a que, de facto, nos surpreendeu, porque conseguiu distrair-se das suas múltiplas actividades governativas para fazer aqui uma teoria política, dedicando ao Partido Socialista e não à agricultura uma boa parte da sua intervenção.

Efectivamente, V. Ex.^a pode fazê-lo, pode ocupar-se da «oportunidade, dos métodos e da estratégia política da oposição», pode ocupar-se do sentido deste debate, pode, inclusivamente, ocupar-se da teoria da liderança, como fez na sua intervenção, mas será um pouco difícil acreditar que o Partido Socialista, tão vazio de ideias como V. Ex.^a parece fazer crer, mereça tanto interesse e tanta dimensão nas suas considerações. Aliás, mesmo numa obra recentemente publicada contendo as intervenções do Sr. Ministro, fiquei perplexo com o número de vezes que o Partido Socialista era mencionado. Digamos que se trata de uma obsessão desproporcionada em relação a uma organização política que, ao mesmo tempo, é acusada de vazio de ideias.

Mas, Sr. Ministro, se V. Ex.^a se permite fazer uma teorização explícita sobre o Partido Socialista, revelando com isso uma concepção normativa da oposição, é preciso dizer-lhe que o Governo não pode escolher a oposição que tem e que, para nós, constitui um óptimo sinal o facto de o Governo não gostar da oposição que lhe é feita pelo Partido Socialista.

Aplausos do PS.

É que, Sr. Ministro, seria péssimo se o Governo e os Deputados da maioria aplaudissem a oposição, pois

significaria que estariam a traer os nossos eleitores que esperam de nós, precisamente, que vos façamos a oposição de que os senhores não gostam.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas, Sr. Ministro, permita-se-me que, por momentos, e tal como foi legítimo a V. Ex.^a fazer, uma teorização explícita sobre o Partido Socialista, também eu faça uma teorização implícita sobre o Partido Social-Democrata.

Esperávamo que este debate nos proporcionasse um novo factor de riqueza política com a presença e a participação do Sr. Deputado Álvaro Barreto, com quem V. Ex.^a colaborou durante largos anos, porque apreciamos a liberdade e a independência de espírito com que ele, nomeadamente na discussão do Orçamento do Estado para 1992, soube aqui pronunciar-se acerca de aspectos tão importantes como a habitação. Para ele, certamente, a agricultura não o é menos e para nós teria sido muito enriquecedor ouvi-lo.

V. Ex.^a fala no vazio de ideias e na falta de inovação no Partido Socialista. Pergunto-lhe se representa a continuidade em relação ao engenheiro Álvaro Barreto e ao seu ministério ou se preconiza ideias novas, alterações, algo de diferente em relação às opções do seu antecessor no Ministério da Agricultura.

É que nós, Sr. Ministro, já conhecemos, pela imprensa, as opiniões do Sr. ex-Ministro Álvaro Barreto, quer acerca da sua política, quer sobre as multas que lhe foram infligidas. Mas ainda não conhecemos a sua opinião sobre a política de cereais seguida pelo Sr. ex-Ministro Álvaro Barreto ou sobre as suas opções entre a pecuária e os cereais. Já ouvimos algumas referências implícitas, mas gostaríamos de ver aqui assumido o seu discurso original e pessoal.

Neste debate, há um aspecto importante. Sr. Ministro, há nove anos que responsabilizamos o PSD pela pasta da Agricultura, mas, porque não concebemos a responsabilidade partidária dissociada da responsabilidade individual e cada um responde também pelas suas políticas, gostaríamos de compreender, Sr. Ministro, qual é a sua política, o que é que ela tem de diferente, se algo tem de diferente, da anterior, porque se há culpas que não lhe podem ser atribuídas nestes dois anos que esteve à frente do Ministério da Agricultura, o que é certo é que foi durante vários anos Secretário de Estado, pelo que gostaríamos de ver essas culpas repartidas.

O Sr. Ministro falou nos agricultores como autores e a comparação tem sentido, porque há nesta «peça» autores e réus. Mas a outra questão que lhe quero formular, e não demorarei muito mais, Sr. Presidente, é a seguinte: o país agrícola está descontente, preocupado, angustiado. O Sr. Ministro ouve palmas e recebe apoios, mas pergunto-lhe se não se sente um homem sozinho no meio desta tempestade e se não receia poder ficar ainda mais sozinho, no dia em que as dificuldades se revelarem, no dia em que as dificuldades, que hoje se anunciam, rebentarem, como certamente acontecerá.

As dificuldades vêm aí e eu não desejaria, pessoalmente, pelo respeito que lhe tenho, que o Sr. Ministro figurasse como o único responsável por essa situação.

Terminarei dizendo: Sr. Ministro, na sua teorização política há um aspecto que quero aplaudir. V. Ex.^a disse que mudaram os líderes, mas que o PS é o mesmo.

Efectivamente, o PS é o mesmo! É o PS que foi derrotado pelos senhores e é o PS que já vos derrotou. E, em democracia, este PS será aquele que vos irá derrotar!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Torres Marques.

A Sr.^a Helena Torres Marques (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, fui eleita pela região que mais tem sofrido com a seca, o Baixo Alentejo, onde a água constitui um problema essencial.

Os senhores gostam muito de invocar o governo do bloco central, mas nunca invocam, ou raramente o fazem, o facto de esse governo ter decidido, logo após a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, que o projecto do Alqueva iria avançar. E foi com o governo do Prof. Cavaco Silva que ele parou, com todos os reflexos que isso tem tido na nossa região.

Sr. Ministro, o problema da água não se resolve sem o projecto do Alqueva e o certo é que este governo tem vindo a dar milhões e milhões de contos de subsídios de cada vez que há seca na região, mas que não servem para transformar a sua produção agrícola, a qual tem de ser necessariamente reformulada face ao futuro da PAC, até porque, normalmente, não são aplicados no Baixo Alentejo.

Gostava, pois, que o Sr. Ministro perguntasse ao Sr. Governador Civil o que acontece aos milhões de contos que são atribuídos. Ele contar-lhe-á, naturalmente, que vão ser comprados mais jipes e mais andares no Algarve, portanto, os subsídios são muitas vezes mal gastos.

Vou, então, colocar-lhe algumas perguntas muito concretas e, embora o Sr. Ministro tenha todo o direito de não responder imediatamente a seguir à sua formulação, agradecia que não deixasse de o fazer.

O Governo português encarregou ou não a Comissão Europeia de fazer um estudo sobre o Alqueva?

Segunda pergunta: se encarregou, para que fins e com que prazo?

Terceira pergunta: considera ou não o Sr. Ministro da Agricultura que o projecto do Alqueva é essencial para reformular a produção agrícola do Baixo Alentejo?

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, Srs. Secretários de Estado, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Guterres: É com gosto que, depois da sua eleição para o cargo de secretário-geral do PS e, hoje, perante a sua magnífica prestação parlamentar, o felicito e me regozijo pela dignificação parlamentar que com certeza resultou dessa intervenção.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — O Sr. Deputado Nogueira de Brito solicitou a palavra para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Agricultura, não é assim?

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente. Mas também vou aviar o meu trabalho desta maneira e com esta figura parlamentar.

Sr. Ministro, realmente, solicitei a palavra para pedir esclarecimentos, mas antes, se o Sr. Presidente me permite, ainda diria ao Sr. Deputado Alberto Costa que as diferenças são pequenas e que a política dos cereais começou no tempo do bloco central com um ministro da Agricultura do Partido Social-Democrata, cargo desempenhado, em primeiro lugar, pelo Sr. Prof. Soares Costa e, depois, pelo Sr. Engenheiro Álvaro Barreto, que temos pena de não ter hoje aqui entre nós para poder intervir neste debate, e ainda com um ministro das Finanças independente.

Foi nessa altura que o preço dos cereais subiu e que a política dos cereais tomou esta feição. O Sr. Deputado Alberto Costa parece não concordar comigo, mas foi esse o início desta política.

Sr. Ministro da Agricultura, foi com grande satisfação que, nesta sala, o ouvi hoje louvar uma agricultura assente na livre iniciativa. Foram estas as últimas palavras do seu discurso. O grande objectivo da sua política é esse e eu até fiquei a pensar se V. Ex.^a não teria sido a mente inspiradora da recente passagem de um filme na televisão em que agricultores da Nova Zelândia e da Austrália, bem sucedidos, gabavam os méritos das medidas políticas tomadas nos seus países, que tinham terminado completamente com o protecçãoismo na agricultura.

Mas, Sr. Ministro, não sei se já estaremos em condições de chegar a esse desiderato. Por essa razão e porque hoje corremos um pouco o risco de ter criado para nós próprios uma fieção, isto é, a de que tínhamos uma grande margem de autonomia para traçar a nossa própria política agrícola, quando, na realidade, temos de nos enquadrar da melhor maneira numa política agrícola que é comum e que é a primeira política comum da Comunidade, a primeira pergunta que lhe quero fazer é em que é que ficamos em relação à reforma da política agrícola comum?

Recordo que V. Ex.^a teve uma posição radical contra a reforma proposta pelo Sr. Comissário MacSharry e lembro mesmo algumas das suas palavras: «Esta reforma não defende os interesses de Portugal. Os nossos agricultores não podem ser condenados à não produção sob pena de se admitir que este projecto é uma compensação a quem prevaricou na Europa.»

Já houve organizações de agricultores que lhe fizeram explicitamente esta crítica e, agora, V. Ex.^a parece ter colocado o chapéu de presidente do Conselho Agrícola, o que, aliás, não podia deixar de ser, e é para alguns um seguidista da proposta MacSharry.

Em que é que ficamos, Sr. Ministro? V. Ex.^a é ou não um seguidista da proposta da Comissão Europeia? Isto é, optando pela subsidiação do rendimento por contraposição à da produção — essa parece ser uma sua opção fundamental —, V. Ex.^a concorda com os critérios através dos quais nos tentam impor essa subsidiação — área cultivada e cabeça de gado — de que são titulares os agricultores? Ou V. Ex.^a tem outras ideias e propostas das muitas que, louvavelmente, tem feito para conseguir chegar a bom termo na reforma da política agrícola comum?

É que a questão que coloco ao Sr. Ministro é esta: poderemos, de ânimo leve ou com a consciência tranquila, alterar radicalmente uma política agrícola depois de meia dúzia de anos de experiência, depois de, na sua base, termos criado expectativas aos nossos agricultores? Ou aquilo que devfamos fazer, não como presidentes do Conselho, mas como ministros de Portugal, seria conseguir uma prorrogação para o nosso país, atenta a nossa

especificidade, da velha política agrícola, adaptando-a porventura às próprias especificidades da nossa Carta Cultural Agrícola?

Não deveria ser isto...

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, para haver alguma reciprocidade, permita agora que lhe chame a atenção de que já ultrapassou o tempo regimental.

O Orador: — Vou até esgotar o tempo de que o meu partido dispõe, se o Sr. Presidente me permite.

Também pretendíamos saber, na sequência das questões colocadas pelo meu colega Manuel Queiró, se, realmente se pode falar em Portugal de livre iniciativa na agricultura, com agricultores que estão condicionados pelos custos de produção mais altos, porventura, do mundo, com as taxas de juro mais altas do mundo, com V. Ex.^a a permitir que o seu colega das Finanças os tenha apertado este ano com mais esse imposto sobre o valor acrescentado e com uma série de factores de produção, designadamente a energia, a preços elevadíssimos?

Haverá condições para a livre iniciativa neste contexto e assistindo-se a uma falta de reestruturação da nossa própria propriedade fundiária que nos condena a uma área média de 7 ha e que faz com que 90 % dos nossos produtores tenham áreas de cultivo que não chegam aos 20 ha?

Sr. Ministro, estaremos em condições de desenvolver verdadeiramente o espírito empresarial e de lançar a livre iniciativa? Em caso afirmativo, o Sr. Ministro sabe que contará connosco. Esse é o nosso lema, esse é o nosso objectivo, essa é a nossa finalidade, mas gostaríamos que V. Ex.^a nos respondesse aos pressupostos.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. Ministro da Agricultura (Arlindo Cunha): — Obrigado, Srs. Deputados, pelas questões que me colocaram. Prometo que vou tentar responder-lhes com objectividade.

O Sr. Deputado Mário Tomé colocou um conjunto muito vasto de questões relativas à agricultura do nosso país, em particular, de algumas regiões. E como acentuou, as questões da seca, quero referir, como também é do seu conhecimento, que o Governo tomou medidas sobre a seca ainda no mês de Março, tendo sido anunciado um primeiro pacote de medidas de emergência destinadas a remediar as situações mais catastróficas dos agricultores nas regiões mais lesadas.

Quando há uma situação de catástrofe, infelizmente, todos clamam por medidas, mesmo que não sejam tocados por essa calamidade ou que o sejam apenas marginalmente. A nossa visão sobre esta matéria é a de não dar margem de manobra a oportunismos de espécie alguma, mas dar respostas áquelas pessoas que efectivamente não vão colher 1 kg de trigo, por exemplo, nesta campanha, ou áquelas que não vão ter pastos, tendo de comprar rações para alimentar o gado.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — E os trabalhadores?

O Orador: — Quanto aos trabalhadores, também estão a ser pensadas medidas a nível do Governo. Neste momento, temos as medidas sociais de apoio, que o

Sr. Deputado conhece, e, para situações mais calamitosas de algumas famílias com problemas pessoais graves, foi também colocada à disposição uma verba no âmbito do Ministério do Emprego e da Segurança Social e os centros regionais de segurança social foram instruídos para darem apoio neste sentido.

O Sr. Deputado, entre os vários exemplos que citou, falou no problema do vinho, assunto que também foi abordado pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho. O sector do vinho, em Portugal, temos de reconhecer, tem problemas, em particular, por duas razões. Em primeiro lugar, porque, nas duas últimas campanhas, tivemos produções record, com stocks acumulados, e, em segundo lugar, porque o consumo de vinho, em Portugal, está a decrescer. Na última década, o consumo de vinho per capita baixou, aproximadamente, 25 %.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — E a importação?

O Orador: — A importação de vinho, Sr. Deputado, é uma fábula. Houve uma altura em que se falou aí muito da zurrapa espanhola. Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte. Sr. Deputado: consulte as estatísticas e verificará que, com excepção do ano de 1988, em que a nossa produção de vinho, devido às chuvas excessivas, foi um terço do habitual; a importação normal de vinho representa 0,3 % da nossa produção.

Ainda no sector do vinho, quero dizer-lhe que conseguimos uma negociação muito especial junto da Comunidade Europeia, no sentido de, nestas duas campanhas de produções excedentárias, termos uma isenção das regras gerais de destilação obrigatória.

Com efeito, quando há destilação obrigatória, quando há excedentes, há aquilo a que se chama as prestações vínicas e há um preço baixíssimo que é pago à produção. Como sabe, conseguimos um preço, para a intervenção, de 46\$, e que, no ano de 1990, houvesse uma intervenção para 1,3 milhões de hectolitros e, neste último ano, para 2 milhões.

Simplesmente, a intervenção na Comunidade, no sector do vinho, como o Sr. Deputado sabe, é feita por contratos entre destiladores e produtores ou comerciantes. Pôrtanto, é esta a relação que tem de funcionar e que nós, de fora, apoiamos.

O Sr. Deputado colocou-me também uma questão relativa ao sector do tomate, assim como o Sr. Deputado Lino de Carvalho. De facto, o concentrado de tomate esteve numa crise profundíssima até 1987 — que os Srs. Deputados mais ligados ao sector conhecem com certeza — e teve um momento áureo e uma recuperação fenomenal desde esse ano, fruto de uma negociação que fizemos, já depois da adesão, e que não tinha sido feita quando aquela foi negociada.

Todavia, problemas recentes de mudanças políticas e sociais internacionais, que afectaram profundamente alguns dos nossos mercados tradicionais, como, por exemplo, o da União Soviética, têm criado dificuldades de escoamento do tomate, não só de Portugal mas também da Comunidade. Por isso é que, no ano passado, sem que tivéssemos a obrigação estrita de ultrapassar as regras comunitárias por causa das novas regras de classificação do tomate, prestámos uma ajuda aos agricultores de tomate, estando essa verba, segundo informações de que disponho, a ser paga — aliás, já foi assinado o despacho conjunto que lhes permite reembolsar essa quantia.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Não está a ser paga!

O Orador: — Sr. Deputado Mário Tomé, sobre o Alqueva falarei mais à frente, uma vez que essa questão foi colocada com mais desenvolvimento pela Sr.^a Deputada Helena Torres Marques.

O Sr. Deputado Luís Capoulas Santos fez uma referência ao número de agricultores que foram beneficiados pelos instrumentos de política agrícola — eu, como o Sr. Deputado António Guterres, não gosto de lhes chamar regulamentos, penso que estamos exactamente perante instrumentos de política agrícola. De facto, os nossos relatórios e os nossos números têm origem nos nossos serviços e eu não interfiro minimamente, como sabe, naquilo que os nossos técnicos produzem, porque são eles que estão no terreno e que aplicam as medidas. E, sendo o Sr. Deputado, com muita honra para nós e julgo que também para si, um funcionário do Ministério da Agricultura, sabe muito bem que é assim que isso se passa.

O Sr. António Guterres (PS): — Espero que não seja suspenso!

O Sr. António Campos (PS): — Mas não o vai suspender, pois não?!

O Orador: — O Sr. Deputado Lino de Carvalho falou aqui sobre a reforma da política agrícola comum (PAC), colocando algumas questões que já tínhamos abordado noutras alturas. Depois, referiu o problema do sector do tomate, de que já falei aquando da resposta que dei à questão colocada pelo Sr. Deputado Mário Tomé.

Falou também dos custos dos factores de produção. Nós, em Portugal, sabemos qual é a situação em que nos encontramos. Efectivamente, temos alguns custos dos factores de produção que são mais elevados; não podemos iludir os problemas, porque conhecemos bem, mas alguns deles são subsidiados pelo Governo.

O gasóleo, por exemplo, foi recentemente alvo de uma medida que melhorou a situação e, hoje em dia, conseguimos que praticamente todas as bombas do País abasteçam directamente o agricultor em gasóleo a um preço de 70\$.

Naturalmente, gostaríamos de subsidiar ainda mais factores de produção, mas, como o dinheiro não é elástico, não chega para todos. Na realidade, não podemos apoiar, ao mesmo tempo, a modernização, que é o futuro, e estar a gastar mais dinheiro, sobretudo em políticas extremamente caras, com apoios a factores de produção, até porque o mercado também tem de funcionar, como é o caso do crédito, onde a nossa esperança é que as políticas macroeconómicas funcionem e que o crédito baixe no seu custo, tal como, felizmente, já está a acontecer.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Ah, é só esperança!

O Orador: — No que respeita a matérias-primas para rações de animais, os custos não são muito diferentes daqueles dos parceiros comunitários. O Sr. Deputado pode consultar as estatísticas e verificar que, no que respeita a alimentos compostos para os sectores bovino leiteiro, bovino de carne, suíno, avícola, etc., os preços estão muito próximos das médias comunitárias. É que, no passado, tivemos, em Portugal, uma política elevadíssima de preços de cereais e os nossos produtores de rações foram obrigados a encontrar produtos de substituição para os

cereais que tinham preços elevados. Hoje em dia, grande parte das nossas rações são feitas à base de produtos de substituição dos cereais e, assim, conseguimos competir com os nossos parceiros europeus que utilizam cereais.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — E quanto às cooperativas de comercialização? Estão em ruptura! Que medidas vai tomar?

O Orador: — Não ouvi essa sua pergunta, Sr. Deputado, mas posso responder-lhe. Como sabe, temos apoiado as várias frentes da política agrícola comum, na sua vertente de apoio à produção, à modernização agrícola, às infra-estruturas e à parte da comercialização.

O Sr. Deputado António Campos falou de uma derrocada na agricultura e disse que nos escudávamo-nos, na nossa suposta inacção, em secas, em maus anos agrícolas, etc. Sr. Deputado, essa foi uma piada de mau gosto! Se lhe faltou dizer que nós estamos felizes com os temporais que tiveram lugar no ano de 1990 e com a seca deste ano, de 1992.

O Sr. Deputado disse que 80 % dos agricultores iam para a falência. Espero que seja capaz de provar isso, porque já consultei renomados especialistas na matéria, que não são, nem de longe nem de perto, dessa opinião. Mas o senhor, com certeza, lá saberá.

De facto, há áreas de sequeiro a que os nossos agricultores têm de dar ocupação. O Sr. Deputado conhece os nossos números e sabe que há 2 milhões de hectares de terras que, de acordo com uma política de ordenamento, deverão, cada vez mais, passar a ter uma utilização florestal ou agro-florestal. Obviamente que nem todas serão utilizadas para esse fim. Haverá outras que deverão ter outras ocupações, como sejam: pastagens permanentes para gado extensivo, proteaginosa, etc.

A referência que fez aos cinco anos de exigência de não abandono da exploração é uma imposição comunitária e nenhum país na Comunidade impôs a sua derrogação. Na realidade, não é compreensível que se dê um subsídio substancial a um agricultor para ele modernizar a sua exploração e, depois, se permita que ele, a qualquer momento, receba o subsídio e se vá embora, «batendo a asa». Os agricultores são pessoas sérias mas, à semelhança do que se passa com o resto dos cidadãos, há pessoas sérias e há as que pregam as suas partidas.

O Sr. Deputado leu-me uma nova sinal, a de ministro da Segurança Social. De facto, dentro do espírito com que interpreto essa sua afirmação, fico bastante sensibilizado, por duas razões. Em primeiro lugar, porque a nossa agricultura, para o seu ajustamento estrutural, carece de uma medida que tem algo a ver com a segurança social e à qual o líder do seu partido, o Sr. Deputado António Guterres, já se referiu aqui hoje, que é a da cessação antecipada e voluntária da actividade por parte dos agricultores mais idosos. Em segundo lugar, não tenho quaisquer dúvidas de que a nossa política agrícola tem de passar em grande parte, como temos feito até agora, pela vertente de modernização e investimento, por racionalização, mas também por uma clara componente de apoio ao rendimento.

Portanto, se é por estas razões que o Sr. Deputado me conota com a segurança social, respondo-lhe claramente que sim, porque, se não tiver estes dois tipos de política, o senhor não dá resposta aos nossos agricultores e, então, afinal está a condená-los à sua falência. Tenho, pois, muito gosto, Sr. Deputado, em ter preocupações sociais quando falo de política agrícola e da agricultura.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Manuel Queiró falou, mais uma vez, das preocupações de todos nós: a falência e o abandono. Todos nós queremos evitar essas situações mas também não podemos usá-las como chavões, como se o Mundo fosse acabar amanhã. Com certeza, não é essa a sua filosofia e também não é a minha, como sabe.

Temos de ter a consciência de que é necessário dispor de uma política complementar da modernização, como acabei de referir, e julgo que não podemos preparar um futuro rural com estabilidade e onde não haja desertificação se não tivermos uma componente adequada com o peso certo de política de rendimento no âmbito da política agrícola.

O Sr. Deputado perguntou-me se havia esperança. Tenho esperança, Sr. Deputado! Se não tivesse, não estaria neste lugar! É que, se estamos a lançar uma política de modernização e, como complementar, uma política de apoio ao rendimento, é evidente que estamos a assumir que essas duas dimensões da política agrícola são para, no futuro, dar resposta aos agricultores.

Perguntou-me, ainda, se eu tinha a coragem de dizer se o número de agricultores, no futuro, ia aumentar ou baixar. Sr. Deputado, digo-lhe, com toda a coragem, que o número de agricultores, no futuro, vai ter de baixar e não há ninguém nesta Sala que, em consciência, seja capaz de sustentar o contrário!

Aplausos do PSD.

Senão, veja os números da Comunidade Europeia. O processo de desenvolvimento geral de um país ou de uma sociedade está associado a uma redução da população activa agrícola. Na Comunidade é assim, é assim em todo o mundo e nós também temos seguido essa trajectória, pois há 15 anos tínhamos quase 30% da população na agricultura e hoje temos 17%.

De resto, não faria sentido estarmos aqui a falar nesta questão, pois até estamos de acordo — o Sr. Deputado António Guterres, com honestidade, referiu isto. Efectivamente, entendemos que uma das medidas de política agrícola para acelerar este ajustamento estrutural é precisamente, entre outras, a cessação antecipada da actividade agrícola.

A Sr.^a Deputada Helena Torres Marques falou no Alqueva e fez-me três perguntas muito concretas. Vou responder-lhe com igual precisão.

De facto, foi adjudicado pela própria Comunidade, para ser um avaliador isento e independente, um estudo a um consórcio de três empresas que está a fazer a avaliação final de tudo o que foi produzido até agora, em termos de projectos e estudos sobre o Alqueva. Esse estudo será apresentado no próximo mês de Julho, segundo as informações que me foram dadas.

Perguntou-me também o que é que eu pensava do Alqueva. Sr.^a Deputada, considero que não é matéria para julgamento pessoal, é matéria para esperarmos pelo estudo, pelas sugestões que fizer esse avaliador e pela decisão que o Governo, no seu todo, tomar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Nogueira de Brito incidiu o seu pedido de esclarecimento em áreas que têm a ver

com a livre iniciativa, o espírito empresarial e a vertente do rendimento. Julgo que já terei dado parte da resposta quando respondi ao seu colega de bancada.

É evidente que sempre tivemos uma visão de iniciativa livre e empresarial para a agricultura. Espero que nos faça essa justiça. Se quiser um exemplo, basta lembrar como descolectivizámos a terra que encontrámos colectivizada. Temos, pois, autoridade moral para falar nisto.

É evidente que a própria reforma da PAC — e quero dizê-lo com toda a franqueza — vem trazer uma nova dimensão complementar de apoio ao rendimento, mas não anula a vertente económica. Hoje em dia, quando alguns dos nossos parceiros na Comunidade dizem que é preciso manter uma agricultura empresarial e eficiente na Europa, Sr. Deputado Nogueira de Brito, essa gente está a falar em eficiência e em espírito empresarial à custa de uma política de preços que tem junto de si o suporte do rendimento.

Portanto, é fácil falar em espírito empresarial e eficiência quando, por exemplo, um agricultor belga recebe, por ano, 3000 contos em média do FEOGA.

De facto, essa política agrícola, por estas razões — e eu sempre disse isto —, terá que ter uma preocupação mais equitativa, e daí a componente de ajuda ao rendimento, mas terá que ter na mesma uma política de preços, esta mais alinhada pelo mercado internacional. É neste sentido que as duas dimensões se juntam.

Um agricultor que, em Portugal ou em qualquer parte da Europa, investiu mais e é mais eficiente, com o mesmo número de hectares, do que outro que não investiu, tira mais produção, quantidade e até qualidade, portanto, tira também mais dinheiro do mercado, em qualquer circunstância.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Posso interrompê-lo, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Ministro, gostaria de saber-se, para podermos produzir competitivamente, em condições de mercado internacional, não teríamos de ter, pelo menos, o direito de beneficiar tanto tempo como o agricultor belga da política de preços de que ele beneficiou.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É uma boa pergunta, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Por isso é que a fazemos!

O Orador: — Como sabe, antes da adesão e durante ela, sempre pugnámos e lutámos para que a nossa agricultura tivesse algumas medidas de especificidade.

Como já o disse aqui, temos de reconhecer que essa especificidade foi salvaguardada quando se negociou, durante 10 anos, um regime único e singular de transição. Depois, o próprio Governo, em 1988, prolongou essa especificidade para o sector mais débil, que é o dos cereais, até ao ano 2001.

Sr. Deputado, especificidade, adaptações, mas tudo tem naturalmente as suas regras.

É neste sentido que entendemos que, com a futura política agrícola e com uma política de apoio ao

rendimento, se deve salvaguardar, como que uma almofada financeira, para aqueles que na concorrência intracomunitária estão mais debilitados. Nessa altura, julgo que é uma dimensão da política do Sr. MacSharry da reforma da PAC que nos interessa.

Mas isto não anula, como lhe disse, o espírito empresarial. Aliás, sempre fui muito claro quando disse — e espero que as minhas palavras nunca tenham sido mal compreendidas, porque posso mostrar os meus próprios textos — que estava de acordo com a reforma da PAC e os seus objectivos, mas quando conheci as propostas do Sr. MacSharry disse, desde logo, que essas propostas, tal como estavam, eram para nós inaceitáveis.

E eu, enquanto presidente do Conselho, estou exactamente a procurar encontrar alternativas a essa proposta, no sentido de que ela possa dar resposta aos nossos problemas e aos de outros países, que também não aprovam tal como ela está.

O Sr. Deputado Alberto Costa referiu que eu cito muitas vezes o Partido Socialista nas minhas intervenções. Penso que isso é lisonjeiro para o PS, é sinal de que não o ignoro, que o considero...

O Sr. António Guterres (PS): — Se quiser uma ficha, dou-lha com todo o gosto!

O Orador: — ... como principal partido da oposição, com as discordâncias normais que temos de ter.

Vozes do CDS: — O maior!

O Orador: — Por isso, na minha intervenção inicial, não tive a intenção de ofender ninguém, pois limitei-me a procurar encontrar respostas para as razões que teriam levado o PS a agendar esta interpelação, mas respeitando, desde a base, obviamente, essa decisão. O que estava a transmitir a VV. Ex.^{as} eram os meus raciocínios, as minhas interrogações.

O Sr. Deputado Alberto Costa fez uma referência muito interessante, isto é, em que é que a minha política tem a ver com a política do meu antecessor engenheiro Álvaro Barreto, pessoa que muito prezo.

Sr. Deputado, pergunto-lhe, na mesma medida, na mesma lógica, em que é que a sua política, a sua ação no PS, como homem do sector agrícola, quando foi «ministro sombra» — não sei se ainda o é — tem a ver com o seu antecessor engenheiro Lopes Cardoso.

Sr. Deputado Alberto Costa, a resposta só pode ser uma: é que a minha política é a política do Governo como era a política do Governo noutras circunstâncias!

Aplausos do PSD.

Só falta dizer: política do Governo que o povo português sufragou já por duas vezes em 1987 e em 1991.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Alberto Costa teve um gesto que interpreto de solidariedade para comigo. Referiu-se ao meu carácter de homem só, perante este mar de problemas que tem a agricultura.

Bom, a solidão, dizem os eruditos, está sempre associada ao exercício do poder. É natural que todos tenhamos, alguma vez, alguma dose de solidão.

O Sr. Deputado Alberto Costa disse que fui normativo, na forma como falei do PS, mas o senhor foi ainda mais normativo em termos que me parecem mais graves, quando disse: «os senhores ganharam no passado, o PS também já ganhou, mas no futuro vamos ver, pois o PS vai derrotar-vos!»

Sr. Deputado Alberto Costa, quem derrota qualquer partido ou o faz vitorioso não é o senhor nem sou eu, é o povo português, que nós respeitamos!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — O Sr. Deputado António Campos pediu a palavra para que efecto?

O Sr. António Campos (PS): — Para defesa da honra, Sr. Presidente.

Risos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Campos (PS): — O Sr. Ministro, a certa altura, fez erer a esta Câmara, utilizando uma piada de mau gosto, de que eu teria dito que os senhores estão muito satisfeitos com a seca. O que eu disse foi outra coisa.

O que disse é que a seca encobre e serve de alibi para muitos problemas da política agrícola. Ora, desafiei-o a dizer uma única produção que, a nível nacional, fosse competitiva com a Europa, depois de ter distribuído 800 milhões de contos.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Bem lembrado!

O Orador: — Fiz-lhe esse desafio porque estamos a trabalhar com um leque de 15 ou 20 produções que albergam toda a estrutura produtiva nacional, eu pedi-lhe um exemplo e o Sr. Ministro calou-se.

A outra questão é a dos 80 % de falências.

Protestos do PSD.

Estou a exercer o direito de defesa da honra!

O Sr. Ministro fez uma afirmação...

Protestos do PSD, batendo com as mãos nas bancadas.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, apelo-vos para que terminem com os apartes, porque estamos a perder tempo.

Sr. Deputado António Campos, queira continuar, mas solicito-lhe que seja breve.

O Orador: — Em relação aos 80 % de falências, o Sr. Ministro disse que os agricultores poderiam resistir. Como, Sr. Ministro, quando sabe como se paga mal, hoje, o trigo mole a 54\$40 e que, com as deliberações da Comunidade, irá para os 25\$, passando a cevada e o centeio para o dobro.

Disse ainda o Sr. Ministro que o ano passado foi um mau ano agrícola, tendo os ovinos, os caprinos e os bovinos baixado os preços. Ora, agora ainda vão ter a concorrência acrescida da Austrália e da Nova Zelândia.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Deputado, vai desculpar-me, mas, com certeza, concorda comigo, que está a exceder o âmbito do seu pedido de palavra. Solicito-lhe que volte à figura da defesa da honra.

O Orador: — Vou terminar muito simplesmente, Sr. Presidente.

O Sr. Ministro disse que não aceitou a graça do Regulamento n.º 797. Eu sabia que fazia parte da Comunidade, mas como estava a procurar fazer crer que toda a gente estava satisfeita com a política, dê essa possibilidade aos agricultores e verá quantos se libertam da actividade em que o senhor os meteu e os ajudou a meter.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — A Sr.ª Deputada Helena Torres Marques pediu a palavra para que efecto?

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Para defesa da honra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Só um momento, Sr. Deputada.

Sr. Ministro, deseja dar explicações de imediato ou aguarda pela próxima defesa da honra?

O Sr. Ministro da Agricultura: — Sr. Presidente, julgo que o teor da defesa da honra do Sr. Deputado António Campos não necessita, da minha parte, de nenhum esclarecimento.

Aplausos do PSD.

O Sr. António Campos (PS): — Diga uma produção, Sr. Ministro! Uma só! Não é capaz??!

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Torres Marques.

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Sr. Presidente, não costumo invocar esta figura regimental, a não ser que considere que o assunto é sério. E julgo que é muito sério, como os Srs. Deputados irão ver. Aqui não nos representamos só a nós, representamo-nos também a população e, neste caso concreto, represento a população do Baixo Alentejo para quem o Alqueva é um anseio fundamental e nós, Deputados, temos o direito de saber a verdade!

Fiz-lhe perguntas muito concretas sobre o projecto Alqueva e o Sr. Ministro respondeu-me a algumas delas, mas gostava de lhe dizer que, na semana passada, recebemos, na Assembleia da República, na Comissão de Assuntos Europeus, o Sr. Comissário português Cardoso e Cunha, a quem pus concretamente esta pergunta: «O que é que se passa com o projecto Alqueva, que está na Comissão, e quando é que este projecto é entregue?». O Sr. Comissário Cardoso e Cunha respondeu-me: «A Comissão não tem qualquer projecto sobre o Alqueva nem tem nada que dar respostas sobre isso.» Perante tal resposta, disse-lhe: «Sr. Comissário, atenção, o Sr. Primeiro-Ministro disse-nós, em Beja, que o projecto estava na Comissão.» E o Sr. Comissário respondeu: «Não, não, Sr.ª Deputada, de maneira alguma. Não está e, se estivesse, quanto muito seria para dar um parecer sobre questões ambientais.»

Compreenda que este assunto é demasiado sério para que não se saiba, exactamente, o que se está a passar e para que o Sr. Ministro não nos diga que um investimento que é fundamental para uma região venha a ser decidido por um consórcio de empresas a quem foi adjudicado o estudo.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para dar explicações tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. Ministro da Agricultura: — Sr.ª Deputada Helena Torres Marques, muito obrigado pelo seu esclarecimento adicional, mas, no meio de tudo isto, há muitos mal-entendidos que gostaria, naturalmente, de procurar corrigir, se é que estive na causa deles.

Em primeiro lugar, não estamos a falar de um projecto da Comissão. A informação que tenho, vinda da entidade coordenadora do projecto do Alqueva, é a de que foi adjudicada a um consórcio de três empresas a avaliação de todos os estudos e de todo o material que existe sobre o Alqueva.

O Sr. António Campos (PS): — Há 30 anos!...

Vozes do PSD: — Então o PS já podia ter tratado disso!

O Orador: — Sr.ª Deputada, a informação de que disponho é que essa avaliação final irá ser entregue em Julho.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Pensei que era daqui a 30 anos!

O Orador: — Um segundo mal-entendido gostaria de corrigir: é evidente que um consórcio de empresas não vai decidir mas, sim, fazer uma avaliação e apresentar propostas, pois é o Governo que vai decidir.

Julgo que, agora, ficou claro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados passamos ao período de votações.

Vamos votar, em primeiro lugar, a proposta de lei n.º 7/VI — Estabelece a igualdade de direitos na atribuição das pensões de sobrevivência devidas por acidente de trabalho ou doença profissional (Altera a Lei n.º 2127, de 3 de Agosto, de 1965) — e, se não houver objecções, faremos a sua votação conjunta na generalidade, especialidade e final global.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PSN.

Srs. Deputados: relativamente às propostas de lei n.ºs 11/VI, 12/VI e 16/VI, foi apresentado na Mesa um requerimento para que as mesmas baixem à Comissão, por um prazo de 15 dias, antes da votação na generalidade.

Vamos, então, votar este requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PSN.

Srs. Deputados: vamos continuar o debate.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Debater a política agrícola do Governo é algo de surrealista, porque é sabido que o Governo não tem qualquer política agrícola, a não ser medidas pontuais, nomeadamente, possibilitar a reconstituição dos latifúndios, e, para isso, acabar com a reforma agrária.

É por esta razão que a presente interpelação vai, mais uma vez, evidenciar esta triste realidade: a ausência de uma política agrícola do governo PSD/Cavaco Silva, não obstante os longos anos de poder governativo que já leva.

Nem a adesão à CEE e a urgência das medidas que se impunha pôr em prática, em face do tão referido desafio europeu, foi capaz de modificar o cínzentismo da política agrícola do Governo. Basta ver, do Minho ao Algarve, o que se passa nos nossos campos, para se concluir que, praticamente, se mantém a rotina da agricultura e as suas dificuldades, agora ainda mais agudas.

E a única coisa à vista é que o «Governo pretende que 1042 agricultores cessem, nos próximos anos, a sua actividade», recebendo uma indemnização monetária mensal, como noticiaram os jornais de 15 de Março último. Indemnização que é entre 40 a 60 contos para os agricultores e de 30 contos para os trabalhadores, durante 10 anos, o que, além de ser muito pouco e discriminar os trabalhadores, levanta outra questão: pode Portugal retirar braços à agricultura, quando ela os vê já diminuir? Não devia antes procurar intensificar-se a produção agrícola num país tão deficitário em produtos da terra, como revela o crescente défice da balança comercial?

Mas, infelizmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, assim vai Portugal.

E se «uns vão bem e outros vão mal», como se dizia num conhecido programa humorístico, a verdade é que poucos vão bem e a maior parte, infelizmente, vai mal.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Duarte.

O Sr. Carlos Duarte (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Partido Socialista agendou esta interpelação ao Governo sobre política agrícola. Este tipo de iniciativa, pela relevância regimental e política que encerra e para ser considerada pertinente e séria, deveria pressupor a ocorrência de situações e factos, nos últimos tempos, que tivessem afectado a política do Governo ou a formulação de propostas de política agrícola pelo partido proponente.

Aconteceram talas situações ou factos? Não! Apresentou o Partido Socialista iniciativas legislativas que promovessem uma alteração da política agrícola? Também não!

Desde há cinco anos, o PS apresentou unicamente oito projectos de lei sobre florestas, da iniciativa do falecido Prof. Azevedo Gomes, com a agravante de serem projectos de lei já apresentados em legislaturas passadas — desde o início da década de 80 —, e que nunca se preocupou em agendá-los para discussão em Plenário ou na Comissão.

Que aconteceu de substancialmente novo e relevante que justifique esta interpelação? Nada! Procurou-se enfatizar preocupações artificiais e encobrir deficiências de capacidade política.

Ilustrando a incapacidade e incoerência do PS, bem evidente também neste sector, atente-se nas posturas que assumem e nas afirmações que proferem: «Para nós, socialistas, são inaceitáveis as propostas de alteração da

política agrícola comum, havendo, pois, necessidade de as negociar e de termos garantia de que os interesses nacionais estão devidamente salvaguardados. A serem aceites, as propostas de alteração serão a sentença de morte da agricultura portuguesa» — isto dizia o Sr. Deputado António Campos, aqui, na Assembleia da República, em 31 de Janeiro de 1992 — e «no que aos socialistas portugueses diz respeito, afirmaria que, em princípio, estamos de acordo com as propostas do Comissário MacSharry...», dizia o Sr. Deputado Cunha Oliveira, dois meses depois, no fórum próprio da discussão da política agrícola comum, que é o Parlamento Europeu.

Sabendo-se que a reforma da PAC é discutida e aprovada em Bruxelas, com os contributos do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e do Conselho de Ministros, atente-se que o Partido Socialista, nos últimos tempos, dizia uma coisa em Portugal e outra na Comunidade.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E o Sr. Deputado António Guterres chegou hoje aqui e, perante esta incoerência, o que teve foi de manter um apoio à estratégia negocial do Governo português em Bruxelas.

Acerca que, no Parlamento Europeu, quando foi discutida a proposta da Comissão, no último dia — 10 de Março passado —, foram apresentadas cerca de 700 propostas de alteração, mais de 50 formuladas por Deputados portugueses do PSD, do CDS e do PCP. O PS não apresentou uma única proposta. Penso que é elucidativo, Srs. Deputados, em relação àquilo que o PS propõe no sector agrícola.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ao contrário do PS, não fazemos da demagogia e do oportunismo instrumentos da acção política.

Aplausos do PSD.

Somos um partido responsável; conhecemos as situações e acompanhamos as suas evoluções; trabalhamos e esforçamo-nos para resolver os problemas e, em conjugação de esforços com as organizações de agricultores, pretendemos promover as suas condições de bem-estar e os seus rendimentos; procuramos aumentar a competitividade da agricultura portuguesa.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, o futuro e a evolução da agricultura nacional está condicionado e balizado, em grande parte, pelas orientações associadas à política agrícola comum e às directivas emanadas pela Comunidade.

Desde há alguns anos, a situação da agricultura europeia é preocupante pela deficiente competitividade nos mercados mundiais, pelos excedentes gerados e onerosos para o orçamento comunitário e pela redução dos rendimentos que, genericamente em toda a Comunidade, os agricultores auferem, para além de outras vertentes que agravam este panorama.

A agricultura portuguesa, aquando da adesão, caracterizava-se pela predominância de pequenas e fragmentadas explorações agrícolas, com uma aptidão produtiva modesta na maioria dos solos, com agricultores idosos e sem instrução — cerca de 65 % com idade superior a 55 anos e cerca de 62 % sem instrução —, com 24 % da população activa agrícola, com investimentos extremamente reduzidos, com tecnologias culturais desadequadas e com a agravante da existência de legislação oriunda do tempo do PREC (reforma agrária, emparcelamento rural).

Conseguiu-se promover o investimento na modernização do sector e na execução de infra-estruturas. O investimento, em 1990, atingiu um valor nove vezes superior ao verificado em 1985; entre 1986 e 1991 foram aplicados 600 milhões de contos no sector, englobando não só os fluxos financeiros da Comunidade mas também a componente do Estado português e do próprio agricultor.

Aplausos do PSD.

As aplicações deste montante estão espelhadas nos campos do País. Só as desconhece quem não passa por eles!

Assim, a título exemplificativo e enumerando alguns índices de realizações, posso dizer: 35 % da superfície agrícola útil do País foi beneficiada pela modernização: 87 700 ha de regadios foram beneficiados pelo Regulamento n.º 797/CEE e 54 000 agricultores receberam formação profissional. Aqui estão alguns dos resultados do investimento feito durante estes quatro anos

Aplausos do PSD.

Apesar destas alterações estruturais verificadas, o processo de modernização e de reconversão ainda não surtiu, nem podia surtir, plenamente os seus efeitos. Sabemos que permanecem fragilidades no sector que deverão merecer cuidadosa atenção do Governo e das organizações de agricultores.

As deficiências dos circuitos comerciais, a debilidade das estruturas sócio-económicas (cooperativas), os custos financeiros associados ao investimento e a reestruturação dos serviços do Ministério da Agricultura, melhorando a qualidade das prestações de serviço aos agricultores, constituem aspectos que devem merecer a atenção e a prioridade na acção do Ministério.

Estamos convictos da correcção das políticas desenvolvidas. O aumento das produções e das produtividades reflectem as melhorias verificadas nos sistemas produtivos. Contudo, ainda permanecemos insatisfeitos com os resultados e preocupados com a situação em que se encontra a agricultura europeia e, em particular, a portuguesa.

A reforma da PAC é indispensável e urgente, por forma a estabilizar os rendimentos, a reequilibrar os mercados, a corrigir as assimetrias regionais e, fundamentalmente, a que a distribuição dos benefícios financeiros seja mais equitativa.

É escandaloso que 80 % do FEOGA seja canalizado para 20 % dos agricultores europeus. Os excedentes gerados acarretam custos orçamentais extraordinariamente elevados — milhares de milhões de contos, anualmente.

Relativamente a esta importante matéria o PS pauta o seu comportamento, internamente, pela crónica à reforma, subentendendo um apoio à actual política agrícola, comum. Tal posição, extremamente perniciosa e prejudicial aos

interesses portugueses; deve-se ao desconhecimento completo do sector ou a uma intenção maquiavélica de promover a ruína dos agricultores portugueses, o que não acreditamos. Não entramos nestes jogos. Ao contrário do PS, não trabalhamos para os títulos de jornais ou para as imagens mediáticas, preocupamo-nos com a situação dos cidadãos e trabalhamos para resolver os seus problemas.

Aplausos do PSD.

Apoiamos a estratégia do Governo na discussão da reforma da PAC e elogiamos os esforços desenvolvidos para a concretização de consensos que garantam a especificidade da agricultura portuguesa, protagonizados pelo Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Arlindo Cunha, no exercício da presidência do Conselho da Comunidade.

A negociação, em 1990, da segunda etapa da adesão, com os resultados conseguidos e perante o cenário comunitário e internacional constante dos relatórios, evidencia a capacidade demonstrada na defesa dos interesses nacionais pelo Ministro da Agricultura português.

Imagine-se o PS a liderar tais negociações: o descalabro e a destruição da lavoura nacional seria a consequência lógica e o sonho da equiparação da agricultura portuguesa tornar-se-ia um pesadelo.

Felizmente, para os agricultores portugueses, o PS não ocupa tal posição e com esta postura nunca terá o apoio dos Portugueses, nomeadamente dos agricultores.

Não seria melhor para o PS e para o País se, em lugar de interpelarem, desse modo, o Governo, interpelassem internamente e procurassem elaborar uma proposta política séria e fundamentada para o sector agrícola, que servisse de alternativa à desenvolvida pelo Governo?

Esta interpelação não serve o País e muito menos ajuda ao processo de modernização e desenvolvimento da agricultura portuguesa.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A agricultura e os agricultores portugueses estão hoje a braços com uma crise sem precedentes, resultante de uma conjunção explosiva de factores estruturais e conjunturais, agora agravada pela seca, a que o PSD, à frente do Ministério da Agricultura há nove anos, tem sido incapaz de dar resposta.

Os produtores de vinho e de tomate estão em sérias dificuldades, seja para escoar as suas produções, seja para receberem os créditos a que têm direito; mais de 16 600 produtores de leite, 17 % do número total de produtores — e parece que o número real é bem superior —, inscreveram-se para resgatar a sua quota e abandonarem a produção, o que evidencia a falta de perspectivas para milhares de agricultores; os produtores de carne de bovino e ovino viram os preços cair cerca de 30 % e 15 %, respectivamente, e debatem-se com crescentes dificuldades de escoamento; a produção futura de cereais e as respectivas regiões produtoras estão seriamente comprometidas pela ausência de uma política de apoio ao reordenamento da produção, à introdução de novos cultivares e à falta de um programa de incentivo a culturas alternativas como as proteaginosas; na produção hortofrutícola, onde é opinião

consensual que Portugal detém aí vantagens comparativas, verifica-se que nas frutas passámos de uma situação em que, em 1985, exportávamos duas vezes mais do que importávamos para uma situação actual em que importamos três vezes mais do que exportamos; nos hortícolas frescos passámos de um quadro onde exportávamos 10 vezes mais que importávamos para uma situação em que as importações já igualam as exportações.

Se nos virarmos para a política florestal o panorama não é mais brilhante: a orientação seguida, nos últimos anos, não obedeceu a qualquer estratégia de defesa e valorização do património florestal português que desse corpo a uma política de ordenamento dos espaços florestais e de prevenção contra os incêndios. O incremento da área florestal tem vindo a ser feito de forma casuística e anárquica. Como resultado desta ausência de uma política de defesa, valorização e ordenamento da floresta, af está o galgar, de ano para ano, dos incêndios florestais. No plano agrícola regional os PDAR não têm tido eficácia visível e o caso do Alentejo é, sem dúvida, um dos mais paradigmáticos: a ausência de uma política da água para a região, como, aliás, para o País, o adiamento indefinido de projectos hidráulicos estratégicos como o empreendimento do Alqueva e a ausência de uma política de fomento e reconversão agrícola leva, numa região essencialmente agrícola, ao despovoamento e ao enfraquecimento do tecido económico e social. Não há, no País, uma política de gestão dos recursos hídricos como não há uma política integrada de desenvolvimento rural. As consequências resultantes da seca aí estão e são um enorme libelo acusatório contra o Governo.

As cooperativas de comercialização, decisivas para o escoamento de muitas produções, estão, em grande parte, à beira da ruptura e da falência.

Não se investe vigorosamente no associativismo de produção e na criação de novos mecanismos de ligação dos produtores ao mercado.

A expectativa criada aos jovens agricultores está a ser frustrada.

Os serviços de extensão rural, de investigação agrícola aplicada, de orientação e informação agrícola não funcionam com eficácia, não saem para o campo, não rompem com a enorme máquina burocrática que é o Ministério da Agricultura.

Poder-se-ia dizer que, de qualquer modo, o esforço de mobilização de fundos comunitários e nacionais e as políticas a montante da produção estariam a preparar, a prazo, as alterações estruturais que se impõem.

Não é, contudo, assim. O resultado de cerca de 400 milhões de contos de investimento têm-se vindo a esfumar como as especiarias da Índia. Um indicador: a evolução do valor da produção bruta por hectare, por unidade de superfície agrícola útil, tem diminuído à taxa média anual de 9 %. Quando em 1985/1986 correspondia a 52 % da média comunitária, não ultrapassa hoje os 46 %.

Enquanto se mantém a pressão sobre os preços ao produtor, sem qualquer efeito positivo para os consumidores, os agricultores continuam a ser obrigados a pagar os factores de produção e os combustíveis a preços superiores em 30 %, 40 % ou mais do que a média comunitária.

Dois exemplos: os adubos compostos custam na CEE, em média, 22,44 ECU e em Portugal 31,85 ECU, mais 42 % (sem contar com o IVA), e o gasóleo está na Comunidade a 58\$ (valores médios), no entanto, em

Portugal, os agricultores são obrigados a comprá-lo a 70\$, já incorporando o subsídio.

Entretanto, crescem as dificuldades e os atrasos nos pagamentos por parte dos organismos oficiais. Aliás, todo este emaranhado de indemnizações, contrapartidas, prémios e subsídios atrasados deu lugar a mais um tentacular edifício burocrático a que a corrupção anda associada. Chegou-se já ao ponto de haver produtores que se vêem obrigados a contratar advogados para conseguirem receber do INGA os prémios e subsídios a que têm direito.

Vozes do PCP: — Um escândalo!

O Orador: — Por outro lado, em muitos casos, os agricultores são empurrados para semear ou conservar o efectivo pecuário só para receber o subsídio e aguentar os rendimentos e não motivados por preocupações de melhorar a qualidade e a produtividade. O discurso da qualidade, de que o Sr. Ministro tanto falou e que agora já abandonou, encontra nos efeitos da actual política o seu mais cabal desmentido.

Não é, por isso, de estranhar que todos os indicadores globais da situação económico-social na agricultura se degradem. Dois deles resumem todo este quadro: o défice da balança alimentar agravou-se em 141 % durante a primeira etapa do período de transição e os rendimentos dos agricultores, de acordo tanto com o EUROSTAT como com o INE, têm vindo a cair ano após ano. Só no ano de 1991, de acordo com o EUROSTAT, tais rendimentos caíram 24,4 %, enquanto na média comunitária a quebra não foi além de 4 % e nos países que nos são mais próximos, como a Espanha e a Grécia, os agricultores, no primeiro caso, mantiveram o seu rendimento e, no segundo, aumentaram-no em quase 6 %.

A situação vai agravar-se no próximo ano com a política de congelamento de preços agora decidida pela Comunidade para a próxima campanha, associada à valorização cambial do escudo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Assistimos hoje a críticas à política agrícola nacional e comunitária vindas de todos os quadrantes, mesmo daqueles que têm sido o seu principal suporte. Ao longo de anos, desde a adesão e ainda antes da adesão, o País e os agricultores assistiram ao discurso irresponsável das facilidades, dos subsídios, do dinheiro a jorros. PSD e CAP, mas também o PS, criaram ilusões a milhares de agricultores. Prometeram-nos o paraíso, deram-nos o purgatório e estão agora a empurrar-nos para o inferno!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Desde o início que o PCP advertiu que a actual PAC, feita à medida das agriculturas mais ricas da Europa, não se adaptava aos interesses do nosso País e dos países e explorações menos desenvolvidas. A Comissão das Comunidades confirmou-o em Fevereiro do ano passado, ao afirmar que «80 % do apoio concedido pelo FEOGA se destina a cerca de 20 % das explorações» e que «o sistema não tem em devida conta os rendimentos da grande maioria das pequenas e médias explorações familiares» nem «as situações de determinadas regiões». Então, e só então, ouvida a voz de Bruxelas, o Governo português começou a criticar a PAC e a reclamar a sua reforma.

Parecia que, embora tarde, estávamos a caminho de estabelecer um consenso nacional que potenciasse o poder

negocial do País e garantisse o futuro da agricultura nacional. Só que a proposta concreta de reforma da PAC contida na comunicação da Comissão ao Conselho de Julho de 1991 tem pouco ou nada a ver com as intenções apresentadas em Fevereiro e com os proclamados objectivos de coesão económica e social aprovados em Maastricht para a União Europeia.

De um ponto de vista global, a proposta optou pela pior das três soluções possíveis: as ajudas por hectare; em vez das ajudas com base na produção, impondo um teeto acima do qual não haveria apoios, ou as ajudas completamente desligadas da produção, permitindo um capital de manequil a aplicar na reconversão das explorações.

Do ponto de vista dos vários Estados membros, a proposta de reforma da PAC não tem em conta a diversidade profunda das agriculturas regionais e, em particular, a especificidade da agricultura portuguesa, tratando a Europa como um todo igual; ignora factores nacionais determinantes para o rendimento das explorações e dos agricultores; ignora, no caso de Portugal, as deficientes estruturas agrárias, as limitadas áreas de solo de boa qualidade, os baixos níveis de produtividade e ainda os elevados custos relativos dos factores de produção.

Não se pode vir dizer a um país como Portugal, que importa cerca de 70 % das suas necessidades, que abandone mais de 100 000 ha de terra arável, que produza ainda menos e que importe ainda mais, pondo em causa um nível razoável de segurança alimentar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não se pode ter andado, ainda há dois, três ou quatro anos, a mobilizar os agricultores, designadamente os jovens agricultores, para investir e produzir em qualidade, agricultores que em muitos casos contraíram elevadas dívidas à banca na expectativa das receitas futuras que esperavam, para agora se vir propor subsídios para que parem de produzir, coloquem a terras no regime de *set-aside* e aceitem uma enorme quebra dos preços à produção. Isso é completamente irracional e absurdo.

Não se podem propor níveis de produtividade com base nos históricos de cada país nem critérios de extensificação e encabeçamento para efeitos da definição das ajudas compensatórias, que congelariam as possibilidades de desenvolvimento da agricultura nacional e afastariam uma grande parte dos produtores pecuários do acesso aos subsídios.

Não se pode, por um lado, eleger a coesão económica e social como princípio e objectivo da Comunidade e, por outro, inviabilizar o desenvolvimento das agriculturas mais atrasadas e deficitárias.

Não se podem propor as mesmas medidas para países como a Holanda, onde a média do rendimento dos agricultores é de 5200 contos por ano, e Portugal, onde essa média é de 426 contos por ano.

Não se podem penalizar países como Portugal por excedentes para os quais não contribuímos.

Não se pode afirmar (como temos ouvido a responsáveis do PSD e do Governo) que só devemos produzir o que é rentável, porque, reduzindo essa afirmação economicista ao absurdo, teríamos de fechar a maioria das actividades económicas do País.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não se pode, em suma, acolher uma proposta de reforma da PAC irracional e absurda que consagraria uma agricultura europeia a várias velocidades, que condenaria países de produção mediterrânica, como Portugal, ao abandono da agricultura; onde se salvaram apenas alguns nichos, que, em suma, tem pouco a ver com os interesses da Europa, em particular com os países menos desenvolvidos, mas mais com os interesses dos Estados Unidos e das negociações do GATT.

Por tudo isto, acompanhámos, com o benefício da dúvida, as afirmações iniciais do Sr. Ministro da Agricultura de que a proposta de reforma da PAC era inaceitável para Portugal. Foi só de pouca duração a tal expectativa de uma política de consenso virada para a defesa de interesses nacionais e dos agricultores.

Em primeiro lugar, o Governo recusou-se, sectariamente, a dialogar com todas as organizações representativas da lavoura, o que só reforçaria o poder negocial do País. O PSD, marginalizando outras estruturas e confederações, tem privilegiado praticamente uma única organização, a CAP, a quem tem subsidiado largamente e entregue uma grande parte das infra-estruturas da lavoura, ficando agora prisioneiro da estratégia dos grandes proprietários e dos interesses comerciais que lhes estão associados, mas têm pouco a ver com os interesses do País e da pequena e média agricultura, que constitui o suporte essencial do nosso tecido agrícola.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, verificou-se que, a pouco e pouco, o Governo foi abandonando o seu discurso contra a proposta de reforma da PAC, terminando agora, no decurso da presidência, por aceitar os seus princípios, não insistindo na diversidade profunda das agriculturas regionais, prejudicando a agricultura portuguesa e reduzindo a capacidade negocial do País, unicamente com o objectivo de precipitar o encerramento de *dossiers* durante este primeiro semestre:

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Importa dizer que é necessário travar e inverter este processo. Nesse sentido, a par de um projecto de resolução apontando 17 medidas concretas de emergência e estruturais para o combate à seca e às suas consequências, iremos também entregar na Mesa um projecto de resolução sobre a reforma da PAC e a política agrícola nacional, cujo urgente agendamento vamos requerer.

Nele propomos os seguintes princípios e medidas concretas de política agrícola: a reconsideração das condições de integração da agricultura portuguesa na PAC; a defesa de uma reforma da PAC que atenda à diversidade das agriculturas comunitárias, que corrija as diferenças existentes entre os níveis de desenvolvimento e entre os rendimentos dos agricultores dos vários países da Comunidade, que reconheça o direito de cada país à segurança alimentar, que defina mecanismos de sustentação dos preços e rendimentos modelados em função das especificidades nacionais e regionais e limitados em função da dimensão das explorações e do seu grau de intensificação; Portugal deverá invocar o interesse vital para o País que envolve a reforma da PAC se os interesses nacionais não forem suficientemente acautelados e protegidos.

Sem prejuízo, por outro lado, da necessidade do lançamento de um programa nacional de orientação, reconversão e fomento da produção agrícola, pecuária e

florestal, propomos um programa de emergência que dê resposta urgente às áreas que actualmente estão a sentir maiores dificuldades; a elaboração de um pacote de medidas de apoio técnico e financeiro para as cooperativas de comercialização; uma intervenção excepcional no mercado do vinho e medidas de financiamento à destilação; uma intervenção no mercado da carne de bovino a preços remuneradores e suspensão temporária das importações; o pagamento imediato aos produtores de tomate do diferencial da campanha de 1991, prometido pelo Ministro da Agricultura, e das dívidas dos industriais; uma política financeira e de preços a montante da produção que promova a aproximação dos preços dos factores de produção e dos combustíveis para a agricultura e das taxas de juro aos valores médios da Comunidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: os agricultores portugueses querem e têm o direito a produzir, a verem a sua função socialmente valorizada e a serem remunerados de acordo com o seu trabalho. Os agricultores portugueses não querem transformar-se em pensionistas do Estado e viver à sombra da segurança social.

O País precisa de preservar o seu espaço rural, de garantir um nível suficiente de segurança e aprovisionamento alimentar, de promover produções competitivas onde possa ter vantagens comparativas (nas quais se inclui o fomento de produções regionais de reconhecida tipicidade) e de assegurar o futuro da sua agricultura e dos seus agricultores. Para isso, é indispensável rejeitar esta proposta de reforma da PAC e reorientar totalmente a política agrícola nacional, de que o PSD é responsável há mais de nove anos.

A movimentação e a luta da lavoura portuguesa, que já se estenderam aos Açores, merecem a nossa total solidariedade, porque só elas podem mudar o rumo de uma política agrícola que, decididamente, fracassou e não serve nem os interesses nacionais nem os interesses dos agricultores portugueses.

Aplausos do PCP e do Deputado independente Raul Castro.

Quero, finalmente, pedir à Mesa, à qual aliás agradeço o tempo acrescido que me foi concedido, o favor de distribuir aos membros do Governo e aos diferentes grupos parlamentares cópias dos projectos de resolução que iremos entregar.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Não-de ser distribuídas, Sr. Deputado, como, de resto, o são as demais iniciativas legislativas.

De qualquer forma, a Mesa, que também deve exercer uma acção pedagógica, deve salientar que com menos duas páginas de discurso o Sr. Deputado Lino de Carvalho não teria ultrapassado o tempo que lhe estava distribuído.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Tentei, mas não consegui cortá-las.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, mas com a observação de que o Sr. Deputado Lino de Carvalho já não dispõe de tempo para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Antunes da Silva.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, poderei prescindir da resposta do Sr. Deputado, que, na óptica da minha bancada,

fez aqui uma intervenção coerente com a posição que tem vindo a defender, ao longo dos anos, em relação à política agrícola comum. Hoje, já chegou à conclusão de que é necessária a sua reforma.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sempre o dissemos, mesmo antes de entrarmos para lá!

O Orador: — Não se exalte, Sr. Deputado, porque até lhe vou facilitar a vida.

Quero, pois, acentuar, em primeiro lugar, a nota de que o discurso é coerente, nessa linha de pensamento. A questão que lhe coloco é, pois, a seguinte: um vez que criticam a actual política agrícola comum, quais seriam as propostas que o Partido Comunista avançaria quanto à sua revisão? O Sr. Deputado, contudo, acabou por me responder antecipadamente, dizendo que irão apresentar um projecto de resolução onde enunciam as suas posições relativamente a essa reforma.

A segunda nota que quero registar é a de que o Partido Comunista, com este seu comportamento, se diferencia de outra oposição.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Positiva ou negativa?

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, Srs. Deputados: Mais uma vez venho denunciar nesta Câmara os erros da política agrícola dos governos após a nossa integração na Comunidade Económica Europeia. O PSD e o seu governo podem silenciar a televisão, para evitar debates públicos de confronto de ideias sobre esta grande questão nacional, mas o julgamento histórico dos erros cometidos, esse, ninguém o evitará!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nunca tantos meios financeiros foram disponibilizados para obter resultados tão negativos. A incompetência e o clientelismo foram sempre a regra de actuação política. Os resultados estão à vista. Mais de 750 milhões de contos, entre fundos, participações orçamentais e subsídios, foram distribuídos nos últimos seis anos, sem que uma única produção tivesse sido reestruturada de modo a resistir à política agrícola comum.

Se não for verdade esta afirmação, ...

Vozes do PSD: — É mentira!

O Orador: — ... espero que a maioria ou o Governo, no final, se levantem e me desmintam.

Vozes do PSD: — Em comissão!

O Orador: — Qualquer político responsável sabia que a integração exigia profundas reformas estruturais. A manutenção da maior parte da agricultura tradicional era inviável no quadro comunitário.

Por isso, foi negociado um período de transição, no acto de adesão, que permitisse optimizar as nossas vantagens comparativas com as dos restantes países comunitários.

Essas vantagens nacionais nunca foram potencializadas e as centenas de milhões de contos dos fundos comunitários foram utilizados para manter as rotinas tradicionais, adormecendo o sector e aguentando a clientela eleitoral.

Aproxima-se agora a hora da verdade. Os fundos comunitários começam a não chegar para financiar a derrocada. Todos se sentem enganados.

Ainda há pouco mais de um ano o Governo vinha a esta Assembleia informar: «Já instalámos tantos milhares de jovens agricultores, já investimos tantas centenas de milhões de contos. Tenham calma. O milagre surgirá.» A ordem era investir, investir, investir, e lá vinha a cantilena: «Pelo Regulamento n.º 797 já foram investidos tantos milhões, pelo Regulamento n.º 355 mais uns tantos, pelo PEDAP mais um balúrdio, pelas indemnizações compensatórias mais um avião de ecus.»

Não temos dúvidas de que houve ajudas. Só que o Governo se esqueceu de as canalizar segundo critérios de interesse nacional. O Governo deve aprender que temos potencialidades agrícolas e que a sua optimização deve ultrapassar a fase da mendicidade internacional.

Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, Srs. Deputados: A manutenção da política cerealífera e os incentivos ao investimento a produções excedentárias da Comunidade, para as quais não temos potencialidades, são um erro. Os nossos avisos sucessivos nunca foram ouvidos.

O resultado desta política em 1991, ano em que não houve seca, foi o seguinte: o rendimento dos agricultores portugueses baixou 16% e o dos nossos vizinhos espanhóis subiu.

Será que algum dos Srs. Deputados ou o Sr. Ministro ainda temia no mesmo discurso e na mesma política?

Dezenas e dezenas de vezes, na Comissão competente e neste Plenário, falámos da urgência de fomentar uma nova agricultura. Essa nova agricultura nasceria da prioridade das prioridades, que era a execução de um plano nacional de aproveitamento hídrico. Esse plano seria a maior das maiores das reformas estruturais para o sector.

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Muito bem!

O Orador: — O clima mediterrânico dá-nos potencialidades quase únicas. E o clima nenhum país do centro ou do norte da Europa nos pode roubar. Essa grande riqueza nacional exige a correcção das irregularidades das quedas pluviométricas, através do aproveitamento das disponibilidades hídricas existentes. Esse clima coloca-nos numa posição vantajosa em relação à maioria da Europa.

Agora, Sr. Ministro e Srs. Deputados, aproximam-se as alterações da política agrícola comum e os acordos do GATT, que vão criar ainda mais dificuldades à já debilitada agricultura portuguesa. Que política pensam seguir?

Gastaram centenas e centenas de milhões de contos e nem uma única obra hidráulica de envergadura nacional arrancou. Não é só o aproveitamento hídrico do Alentejo que está em causa, mas também, designadamente, o de Trás-os-Montes, o da Beira Interior, o do Vouga e o do Algarve. Não haverá agricultura competitiva no Portugal europeu sem essa revolução.

Esse plano nacional teria sido a grande negociação do período de transição. Se o tivessem feito, teriam lançado a esperança onde hoje há desespero. Seria a fixação de pessoas onde hoje é quase um deserto humano. Essa nova agricultura basear-se-ia nos cereais de regadio e na produção de frutas, legumes e flores e fixaria

consistentemente alguma produção de leite, bovinos e ovinos.

O Governo, incapaz de ter uma política de optimização desses recursos, prefere subalternizar-se aos países grandes exportadores agrícolas da Comunidade. Não aceitaremos tal política, nem embarcaremos em tal aventura.

De 1985 a 1991, as nossas importações de bens alimentares subiram de 50% para 60% e, se não conseguirmos fazer frente à política deste governo, no fim da década estaremos a importar mais de 80% do que consumimos. É uma aventura irresponsável para a qual este governo não nos aliciará. Durante sete anos, os senhores, em vez de terem distribuído centenas e centenas de milhões de contos para fazerem politiquice, deveriam ter cuidado do interesse nacional, como várias vezes vos advertimos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É óbvio que nesta reestruturação da agricultura tradicional a floresta assume um papel decisivo. Mas onde está a política florestal?

A década dos governos do PSD fica marcada como a década da destruição da floresta nacional.

Vozes do PS: — Uma vergonha!

O Orador: — Não há exagero da minha parte em fazer tal afirmação. Ouçam-na, por favor. Se quiserem, poderemos discuti-la onde entenderem.

Foi a década em que 1 milhão de hectares foi consumido pelo fogo, sem que medidas de prevenção significativas tivessem sido tomadas. Reduzir-lhe a dimensão é um problema técnico e de vontade política. Quantas propostas já fizemos, quantas ideias já proporcionámos?

Acabarão, Sr. Ministro, por ter de partilhá-las, se quiser assumir o imperativo nacional de fazer frente a tal catástrofe.

Foi a década da maior alteração negativa do perfil florestal nacional. Cerca de 600 000 ha de eucalipto ocuparam o espaço de outras espécies florestais. A denúncia desse volfrâmio de circunstância há muito que foi feita por nós.

As celuloses, como há muito prevíamos, estão a entrar em crise, numa crise que não é conjuntural, mas sim estrutural. Em 1991 perderam cerca de 20 milhões de contos e em 1992 perderão mais de 40 milhões.

A médio prazo, o Sr. Ministro e os seus antecessores terão de prestar contas da política suicida de expansão de uma espécie florestal que, nomeadamente, os Estados Unidos, o Brasil, o Chile, a Argentina e Angola podem explorar com grande êxito, inviabilizando a rentabilidade dos nossos 600 000 ha de eucaliptos, na grande maioria incentivados e protegidos pelos interesses instalados no vosso partido, num conluio sem precedentes.

Applausos do PS.

Quantos avisos sobre este escândalo, Sr. Ministro?

A prazo, não distante, estaremos em condições de analisar as consequências de tal política no agro nacional. For a década do lançamento do maior latifúndio da Europa. As celuloses compraram neste período a maioria dos 350 000 ha de solo nacional, de que são donas e mandonas.

A grande maioria das aquisições foi feita em zonas ardidas. Foi a maior alteração estrutural, mas também profundamente negativa, feita pela vossa governação.

Quantas denúncias e quantos apelos na Comissão e neste Hemiciclo contra a constituição de tal latifúndio?

Inglório tal esforço! Os interesses foram sempre superiores à razão. Hoje, quando grande parte do Alentejo está à venda, a crise estrutural das celuloses impede-as, para mágoa certamente de alguns dos Srs. Deputados e do Sr. Ministro, de continuarem a comprar Portugal aumentando esse grande latifúndio.

Sr. Ministro da Agricultura, está V. Ex.^a a negociar, directamente, alterações à política agrícola comum e, indirectamente, os acordos do GATT. Os objectivos de liberalização mundial, conjugados com as alterações à política agrícola comum, de baixar a produção e os preços, põem em perigo grande parte do sector da agricultura tradicional. Todos conhecemos a evolução normal do sector. Lutámos, alguns de nós por vezes desesperadamente, por alterações significativas na política agrícola do Governo.

Após a assinatura das alterações à política agrícola comum, pressinto, Sr. Ministro, que o Primeiro-Ministro lhe vai fazer o que fez ao ex-Ministro da Educação. É o hábito do PSD: arranja um bode expiatório dos erros do seu governo e limpa daf as mãos.

Risos.

Incentivo-o a não assinar as alterações da política agrícola comum sem ter negociado ajudas para a maior das reformas do sector, que é o plano de aproveitamento hidráulico nacional. É essa revolução mediterrânea que nos permitirá sobreviver e produzir bens alimentares.

Bata o pé ao seu governo e não se esqueça de que Portugal será cada vez mais um país florestal. Inverta 180 graus na política habitual e conceba um plano florestal baseado na floresta de uso múltiplo.

Os erros em política pagam-se caro. Por favor, reconheça-os e saia de cabeça erguida. Ao menos isso, Sr. Ministro!...

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Agricultura.

O Sr. Secretário de Estado da Agricultura: — Sr. Presidente, Srs. Deputados:...

O Sr. António Guterres (PS): — Vai com as cábulas!...

O Orador: — Sr. Deputado António Guterres, confesso que não vou usar as cábulas!...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de dizer, hoje, nesta breve intervenção, que, afinal de contas, tal como o líder do PS tentou colocar a questão, o que podemos discutir é o que está bem visível são opções políticas! Não são apenas opções técnicas de fazer mais ou menos planos! Srs. Deputados, nós fazemos planos mas também fazemos obras!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que está em causa nesta interpelação, para além da convergência relativamente a alguns pontos respeitantes à reforma da política agrícola comum, é que o PS nos dissesse como é que é europeísta em termos de

política comunitária e também em termos de política agrícola em Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não adianta andarmos com falácias a arregimentar agricultores, à custa de promessas sobre aquilo que politicamente todos sabemos que, no quadro de uma política comunitária, não podemos dar. É esta seriedade política que os agricultores sabem que existe em nós!

Que as confederações agrícolas e os parceiros sociais reivindiquem, isso é legítimo em democracia; que queiram o melhor para os seus associados, é razoável, é lógico, é compreensível. Mas que um partido político da oposição, responsável, possa dizer que essa reivindicação tem cabimento no quadro de uma política nacional, não desligada da Comunidade Europeia em que estamos inseridos, isso é politicamente falso, não é politicamente sério!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado António Campos — e a sua bancada também — não contente em apelidar, em almejar, aqui, há dias atrás, um homem e um político deste país que muito tem feito, particularmente na Região Autónoma da Madeira, foi também para um jornal de Coimbra, ontem publicado — e digo isto para que se possa ver qual é a vossa postura em termos políticos no respeitante ao nosso quadro comunitário — dizer: «Portugal poderá tornar-se no Biafra da CEE».

Vozes do PSD: — Que vergonha!

O Orador: — Esta é que é a postura política do PS!

Aplausos do PSD.

Quando assim é, Srs. Deputados, não estamos a julgar opções políticas em termos agrícolas com o cunho social-democrata com outras opções políticas com o cunho socialista. É que ao dizer-se que é preciso comprar o vinho aos agricultores, que é preciso factores de produção mais baixos, que é preciso escoar a produção, que é preciso tudo isso, então, também é preciso ter em atenção o enquadramento na própria política comunitária.

Agora, que estamos a reformá-la e a discuti-la, só era preciso que o PS dissesse ao País se entende que não é pela política de subsídios mas, sim, pela política de ajudas — esta é que é a diferença —, se é pela política das compensações. Ora, nós queremos ver a agricultura como sector de actividade económica — como, aliás, disse, e muito bem, o Sr. Deputado Nogueira de Brito. Isto é uma opção política, por isso o PS que diga se é pelo mercado ou pela intervenção, se é pela competitividade ou apenas pela eficiência!

Srs. Deputados, tal como já dissemos, somos pela competitividade! Estamos numa economia aberta, os senhores querem-na ou não?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Somos pela competitividade com estabilidade social de rendimentos!

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado António Campos, o líder do seu partido fez aqui um discurso, mas de certeza que o senhor não pertenceu à «comissão de redacção»... E digo isto sem tirar qualquer mérito ao Sr. Deputado António Guterres. De facto, o senhor não pode ter pertencido a essa «comissão de redacção» porque se pertencesse não podia vir aqui dizer que, afinal de contas, não defendemos estratégias políticas, que só fazemos planos, que o Ministro da Agricultura deve demitir-se porque não fez planos.

Sr. Deputado António Campos, nós fazemos obras! Entre regadios e...

O Sr. António Campos (PS): — Os regadios?!

O Orador: — Sr. Deputado, estamos de acordo que a irrigação é um factor fundamental, mas nós damos capacidade para as pessoas os executarem...

O Sr. António Campos (PS): — Ora essa! Já os havia!

O Orador: — Queremos empresários agrícolas, mas não os fazemos através do *Diário da República*, nem o senhor conseguiria tal. Criamos condições para que eles se fixem nas regiões do interior, queremos uma política humanizada, mas não podemos intervir, não podemos obrigar-los! Podemos, sim, criar condições para isso!

Sr. Deputado, nestes cinco anos fizeram-se 170 000 ha entre regadios e drenagem de solos!

O Sr. António Campos (PS): — É mentira!

O Orador: — Plantámos 109 000 ha de floresta e limpámos 255 000 ha! Isto são obras, Sr. Deputado! São obras que se inserem numa estratégia!

Foram abertos 7000 km de caminhos...

O Sr. António Campos (PS): — Isso é conversa!

O Orador: — Sr. Deputado, não é apenas conversa, são obras! Estão lá! Mas queremos fazer uma floresta nova com estes hectares, com redes divisionais...

Vozes do PS: — Floresta não é obra!

O Orador: — Srs. Deputados, a par da floresta nova, queremos melhorar a floresta velha! Só que, Sr. Deputado, temos 3 milhões de hectares de floresta, sendo 85% privada. Quem aqui nesta bancada ou em qualquer ponto do País pode obrigar um proprietário, no quadro de uma política florestal, a fazer o que quer que seja? O que temos é que criar condições para ele fazer isso — aliás, é o que temos estado a fazer!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Isso é uma cassette!

O Orador: — Desafio o Sr. Deputado António Campos, como já o fiz muita vez, a rever a sua posição dentro do quadro estratégico, porque é af que estamos, e não a andar com grandes parangonas, com grandes promessas, porque no fim de contas o tiro sai-lhe pela culatra!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que queremos reafirmar aqui é que se somos um país com capacidade agrícola, se somos um país com uma grande

vocação florestal, então, em termos estratégicos, queremos fazer a ocupação adequada do solo, sem brigar com a liberdade de produção — que é apenas uma parte do conceito de liberdade —, sabendo que ajudaremos aqueles que, em termos competitivos, podem gerar rendimentos para a economia nacional, mas não esquecendo todos os outros, como muito bem disse o Sr. Ministro da Agricultura.

É que há os ricos e os pobres e nós queremos que os pobres sejam ricos, por forma a que não sejamos, afinal, um país como o senhor quer: Biafra da CEE!

Aplausos do PSD.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra, para defesa da honra.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Secretário de Estado, qualquer dia temo que tenha aqui algum enfarde do miocárdio...

Risos do PS.

... e eu ainda tenha de levá-lo ao colo para Gouveia...

Risos do PS.

A Sr.ª Luísa Ferreira (PSD): — É a justa indignação!

O Orador: — Aliás, vou mandar trazer para aqui uma daquelas maquinetas de cuidados intensivos, em que os senhores qualquer dia metem os agricultores... Mas, primeiro, passa por lá o Sr. Secretário de Estado...

Vozes do PSD: — Isto é que é a defesa da honra?

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, fiquei preocupado quando referiu que Portugal podia ser o Biafra da CEE e os Srs. Deputados do PSD aplaudiram todos...

Vozes do PSD: — Aplaudiram?! Isso é mentira!

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, desafio-o a dizer-me qual o país da Comunidade, com excepção do Luxemburgo, que tem a agricultura na mesma na situação que a nossa. Se me demonstrar que os outros países, com quem está a negociar a política de alteração agrícola, estiverem nas mesmas condições, e não são tão afectados como nós, retiro o que disse, mas o senhor continua a não ser capaz de referir uma única produção que vá resistir.

Assim, enquanto não clarificar esta questão, considero que não é possível — aliás, o próprio Governo pensa isso — haver qualquer produção que seja competitiva.

...O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Bem lembrado!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Agricultura.

O Sr. Secretário de Estado da Agricultura: — Sr. Presidente, gostaria de saber ao abrigo de que figura regimental é que o Sr. Deputado António Campos usou da palavra.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Ao abrigo do direito de defesa da honra.

O Sr. António Campos (PS): — Pode dizer-se do direito de ataque.

O Orador: — Sr. Deputado António Campos, já que se defendeu dessa forma, ou seja, dizendo que qualquer dia manda vir para aqui uma máquina, gostaria de dizer-lhe que já uma vez lhe disse que isso era uma *cassete*, que até o próprio PCP já não usa, e bem, pelo que o aconselho a inventar outra máquina.

É que já há um ano me disse que, algum dia, morria de ataque de coração e ainda aqui estou sôlo que nem um pêro, graças a Deus, e por cá continuarei para lhe demonstrar que a agricultura portuguesa, apesar de algumas dificuldades, tem algumas vantagens comparativas.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Secretário de Estado, refira uma única produção que esteja a aumentar!

O Orador: — Vou dar-lhe um pequeno exemplo, pela consideração que me merece a instituição parlamentar e o PS: no último ano, as exportações de frutas aumentaram 300 %.

Aplausos do PSD.

O Sr. António Campos (PS): — Isso não é verdade!

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. António José Seguro (PS): — Para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário de Estado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Deputado, nos termos regimentais, não pode agora pedir esclarecimentos, uma vez que o Sr. Secretário de Estado da Agricultura não fez uma intervenção. E, parece-me, até a própria bancada do Partido Socialista agradece que não o faça agora, tendo em conta que há um outro Sr. Deputado inscrito e que o PS dispõe apenas de seis minutos.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, houve uma intervenção do Sr. Secretário de Estado, pelo que gostava de lhe fazer um pedido de esclarecimento, e levo apenas trinta segundos para o fazer.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Deputado, desse modo, iríamos abrimos um precedente. Assim, caso haja possibilidade, fará depois uma intervenção de trinta segundos na altura própria.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, então utilizo trinta segundos do tempo do meu partido para o fazer.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Deputado, não é possível, pois abriríamos um precedente.

Sr.^a Deputada Isabel Castro, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O crescimento incessante das cidades, que cada vez mais alastram em imensos dormitórios, em contraste com a progressiva desertificação do interior, com a invasão da floresta intensiva, que vai degradando solos, provocando erosão e expulsando pessoas, que na emigração, cada vez mais, buscam a sobrevivência que da terra lhes não vem, é imagem bem real do modo como a política agrícola se tem processado em Portugal.

Uma política agrícola penalizadora, que tem imposto aos agricultores baixas de preços e uma actividade sem contrapartidas gratificantes que favoreçam a sua fixação à terra; uma política agrícola que tem provocado a especialização desequilibrada das regiões, através da prática da monocultura e da exploração intensiva, com a consequente destruição de *habitat* e da diversidade genética; uma política agrícola que permite o recurso indiscriminado aos pesticidas, com claro risco para a saúde pública, como meio de ultrapassar uma concorrência que a Comunidade impõe, aliás bem expressa na crescente invasão dos seus produtos nos nossos mercados; uma política agrícola feita através da poluição das águas subterrâneas e dos solos, com a consequente diminuição da sua fertilidade.

Mas, mais e ainda, esta é uma política que, ao anunciar a redução da área agrícola, vai determinar a falência e o fim das pequenas explorações e, ainda pior, aumentar a dependência agro-alimentar face ao exterior e o êxodo para as cidades, atingindo valores e valias fundamentais ainda impossíveis de quantificar, quer numa perspectiva de presente, quer de futuro; uma política que comprometerá irreversivelmente a hipótese de um correcto ordenamento do território e a diminuição das assimetrias regionais e que tornará o ambiente ecologicamente equilibrado uma mera utopia.

Uma política que, ao descaracterizar comunidades, destruirá todo o rico património cultural que nas nossas tradições mais profundas se enraíza e lhe está associado e que da nossa memória colectiva é parte integrante.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estas são algumas das questões em torno das quais o debate sobre a política agrícola, na sua íntima ligação ao meio ambiente, se poderia situar. Contudo, o tempo é limitativo e, neste contexto, optarmos por colocar algumas questões concretas.

Primeiro, em relação aos pesticidas: considerando que o uso indiscriminado destes, frequentemente presentes nos produtos hortícolas colocados no mercado em doses prejudiciais para a saúde pública; considerando a existência de directivas comunitárias que definem teores máximos para resíduos de pesticidas nos hortícolas e nos frutícolas e que fixam métodos de controlo e considerando que a utilização abusiva destes produtos é lesiva não só para a saúde mas para o bom estado dos solos e qualidade dos lençóis friálicos, pergunto, Sr. Ministro, que tem feito o Governo para levar os agricultores portugueses a recorrer a outras práticas?

Que faz o Governo para garantir aos consumidores que os teores máximos de pesticidas não ultrapassam os previstos na lei? Que meios de fiscalização, junto dos produtores e dos comerciantes, têm sido acionados? Que controlo está a ser feito sobre a venda — que ainda continua a fazer-se — de produtos proibidos altamente perigosos, de que o DDT é exemplo? Nas zonas de culturas intensivas, qual o controlo sobre o estado dos solos

e a qualidade das águas subterrâneas? Nas pulverizações aéreas, que controlo é feito sobre as suas consequências, quer para o ambiente, quer para a saúde pública.

Mais e ainda, sendo a agricultura uma importante fonte de poluição das águas por nitratos, designadamente através da utilização intensiva de adubos azotados, e sendo particularmente esta a situação de algumas águas subterrâneas no Algarve, pergunto: que medidas tomou o Ministério ou, se o não fez, que medidas planeia tomar, para pôr fim a esta situação que faz perigar a saúde e a segurança dos cidadãos?

Em segundo lugar, relativamente à Reserva Agrícola Nacional: sendo os solos com capacidade de uso para a agricultura de importância fundamental para o equilíbrio ecológico, razão pela qual estão incluídos na Reserva Agrícola Nacional, e sabendo-se que a área desta tem diminuído e que os solos têm sido desagregados para outros usos, nomeadamente florestação e urbanização, pergunto, Sr. Ministro, se se sabe em rigor qual é a área já alienada, bem como que meios e medidas existem para controlar esta tendência.

Em terceiro lugar, em relação à floresta, chamo a atenção para o seguinte: tendo a forma como a gestão do ordenamento florestal se faz efeitos na conservação da biodiversidade e nas mutações de ordem climática — que, aliás, vão proximamente estar em debate na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro; sabendo-se hoje que, de acordo com as recomendações do PAF II, a área de floresta intensiva de um país não deve exceder 10 % da que possui com vocação florestal; sabendo-se que, em Portugal, a área florestada intensivamente ultrapassa já quase o triplo do valor aconselhado por aquele programa, pergunto que política vai ser adoptada para contrariar esta situação.

Pergunto ainda, Sr. Ministro, como se vai compatibilizar, em Portugal, a reforma da PAC, que aponta para a redução da área agrícola, criando para esse fim incentivos próprios, com a preservação do meio ambiente que da actividade agrícola depende directamente.

Por último, considerando que o desenvolvimento do mundo rural é hoje uma preocupação dos países comunitários, que se vêem confrontados com problemas de desertificação, de isolamento das comunidades e de progressivo abandono dos campos, considerando existir uma campanha europeia, lançada pelo Conselho da Europa em 1987/1988, bem como uma recomendação da sua assembleia parlamentar, de Setembro de 1991, também ela visando tornar o desenvolvimento rural numa prioridade da sociedade, pergunto, Sr. Ministro, para finalizar, como é que o Governo articula estas preocupações, que é suposto subscrever, com a política agrícola que preconiza.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, o Sr. Deputado António José Seguro tem toda a razão quanto ao pedido de esclarecimento. A Mesa errou e, por isso, vai dar-lhe a palavra, pedindo desculpa ao Sr. Deputado. Acontece que o Sr. Secretário de Estado não está presente neste momento, pelo que lhe darei a palavra logo que ele chegue.

Sr. Deputado Antunes da Silva, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres, por formação e por

maneira de ser, sou moderado, o que não significa que não diga aquilo que sinto e o que corresponde à realidade e à verdade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em pleno período da seca, no auge desta, decidiu o Partido Socialista interpelar o Governo, provocando o agendamento do presente debate sobre política agrícola. Fê-lo no uso de uma prerrogativa, que não questionamos, nem podíamos questionar, porque se trata de uma prerrogativa regimental. Discutimos, isso sim, a oportunidade do debate, as razões que o determinaram e o seu sentido e alcance no actual contexto.

As consequências e os prejuízos reais já sentidos e que virão a sentir-se, decorrentes da seca que afectou o País em geral e as regiões de Trás-os-Montes, Beira Interior e Alentejo em especial, são conhecidos pela divulgação que a comunicação social deles tem feito e, para muitos de nós, pela apreciação e pelo conhecimento directo dessas situações.

É, assim, possível afirmar que muitos agricultores se encontram em situação muito delicada, de acentuada fragilidade e até mesmo de verdadeiro desespero. Esses agricultores necessitam e merecem, por isso, a nossa solidariedade, empenhamento e contributo para a solução dos seus problemas resultantes dessa situação climatérica excepcional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas é, a todos os títulos, reprovável que se faça ou se tente fazer qualquer aproveitamento da situação desses agricultores para fins político-partidários.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O comportamento do Partido Socialista indica essa tentativa de aproveitamento, porque de outro modo não se entende que, tendo aquele partido posto tanta ênfase numa outra interpelação — o alegado «défice democrático na Região Autónoma da Madeira» —, tenha abandonado essa hipótese de interpelação para adoptar esta sobre política agrícola.

E tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, no exacto momento em que a comunicação social começava a dar maior relevo a esta problemática da seca, das situações dramáticas dela resultantes e do desespero de alguns agricultores.

A demonstrá-lo temos ainda os inúmeros exemplos deste tipo de comportamento que confirmam a tendência do Partido Socialista para explorar demagogicamente situações de descontentamento. Recordamos, a propósito, da ainda recente interpelação sobre política de educação: bastou, para tanto, umas manifestações de estudantes e eis o Partido Socialista a interpelar o Governo!

O Sr. António José Seguro (PS): — Isso foi depois!

O Orador: — E que contributos deu o Partido Socialista — repito, Srs. Deputados —, que contributos deu o Partido Socialista para a definição de políticas sobre esse sector ou outro? A resposta é muito simples: nenhum!

O Sr. José Penedos (PS): — Mudou o ministro!

O Orador: — Esta postura do Partido Socialista, se tivermos em conta a sua linha de ação mais recente, não nos surpreende. Mas não deixa, por esse facto, de merecer o nosso mais vivo repúdio.

Deste modo, é forçoso concluir que o Partido Socialista não tem estratégia, não tem linha de rumo definida, segue ao sabor dos acontecimentos, o que, convenhamos, Srs. Deputados, é muito pouco e mau para um partido que se quer afirmar como alternativa ao poder.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao longo dos tempos, a agricultura em Portugal tem sido considerada, erradamente é certo, como uma actividade menor, secundária e de pouco interesse. Por outras palavras, pode afirmar-se que a agricultura, no nosso País, tem constituído um problema de culturas mas, antes disso, tem sido um problema de cultura.

Hoje já há sinais de que esse entendimento se vai perdendo, muito embora seja ainda necessário aprofundar esta nova postura, face às actividades agrícolas, para que o homem do campo e o espaço rural, globalmente considerado, possam e devam ser dignificados.

Os problemas da agricultura devem ser encarados sob esta óptica para que o sector agrícola, como elemento integrante do mundo rural, seja valorado em termos idênticos aos restantes sectores de actividade.

A reflexão sobre os problemas da agricultura em Portugal, como de quaisquer outros, requer objectividade, realismo, e implica a apreciação das suas especificidades, das suas potencialidades e limitações, da disparidade das suas estruturas fundiárias e outras, dos sistemas de escoamento de produtos e actividades conexas, sem artificialismos nem demagogias.

A estes condicionalismos, que só por si atestam a complexidade destes problemas, acresce o enquadramento comunitário da nossa agricultura, donde resultam algumas incertezas que se prendem essencialmente com o processo da negociação da reforma da política agrícola comum, a que adiante de novo aludiremos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A especificidade da nossa agricultura e as suas limitações tornam imperiosa a continuação das medidas de modernização que vêm sendo implementadas e de que, neste debate, já foi dado conta, porquanto à agricultura cabe contribuir, de forma decisiva, para o desenvolvimento do interior e, consequentemente, para um desenvolvimento harmonioso e integrado do País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A agricultura, só por si — como diria o Sr. Deputado António Guterres —, embora cabendo-lhe um papel essencial nesse desenvolvimento integrado, não deverá considerar-se isoladamente. Por isso, as medidas que lhe são destinadas deverão ser articuladas com outras que, igualmente vocacionadas para o meio rural, proporcionem esse tipo de desenvolvimento, conferindo àquele meio uma dignidade e níveis de vida e bem-estar convergentes com os dos restantes sectores económicos.

O desenvolvimento rural, no sentido amplo que lhe atribuímos, deve constituir um objectivo prioritário e, nessa medida, terfamos mesmo preferido debater uma política de desenvolvimento rural em vez da política agrícola tal como vem enunciada.

No momento em que a Europa vive a grande complexidade das questões agrícolas e as incertezas que dão advém, julgamos pertinente encarar a agricultura em Portugal segundo esta nova e diferente perspectiva.

Como já foi dito, mas não é demais repeti-lo, as actividades agrícolas isoladamente, salvo raras exceções, evidenciam, em geral, debilidades e insuficiências que têm de ser colmatadas com actividades complementares estreitamente ligadas ao mundo rural, como o são as relacionadas com os meios cinegéticos, florestais, piscícolas, apícolas e outros, bem como o artesanato e o turismo rural.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nesta linha de pensamento, é urgente fomentar essa diversificação de actividades no espaço rural, com aproveitamento dos recursos que nesses domínios o País dispõe, proporcionando, deste modo, a valorização desses recursos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A nível dos instrumentos de apoio comunitário, entre eles o Programa LEADER, devem ser salvaguardados os meios e as condições aptas a permitir esse desenvolvimento integrado, tanto mais que ele assenta em ideias geralmente aceites de forma pacífica. Só através desse tipo de desenvolvimento é possível assegurar a melhoria dos rendimentos do homem rural, particularmente o das zonas mais desfavorecidas, possibilitando, ao mesmo tempo, a fixação das populações rurais e a consequente descompressão dos meios urbanos. Por essa via, é ainda possível combater a preocupante desertificação que em algumas partes do País já se faz sentir de forma notória.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Portugal encontra-se inserido num espaço político, económico e social onde as chamadas «políticas comuns» não correspondem necessariamente a uma comunhão de interesses. Disto é exemplo acabado a política agrícola comum, cuja reforma se impõe, como claramente se tem demonstrado.

Acautelar os interesses da agricultura portuguesa no processo de reforma constitui um desafio que se coloca a todos nós e não somente ao Governo. Trata-se, pois, de um desafio que exige empenhamento de todos e também o reconhecimento das dificuldades que essa reforma comporta, as quais são inerentes a uma negociação em que se discutem e envolvem múltiplos interesses, em muitos casos de difícil conciliação.

A sua modificação, numa perspectiva de reequilíbrio entre os diferentes sectores agrícolas comunitários, e por forma a viabilizar o tipo de desenvolvimento que defendemos, é inadiável, como tem vindo a ser defendido pelo Governo português.

Então, sim, estaremos em condições para concretizar políticas, para prosseguir com mais certezas e confiança no futuro.

Sem perfilar as posições da oposição, sem assumir uma postura de aproveitamento do descontentamento existente no sector, também nós reconhecemos que a agricultura em Portugal atravessa um período de alguma dificuldade e indefinição. Só que, em nossa opinião, essa dificuldade e indefinição não devem ser encaradas nem com resignação nem com falta de confiança.

Rejeitamos, com suficiente convicção, a ideia de que a agricultura em Portugal, na óptica em que a defendemos, não tem futuro. Não confundimos, pois, dificuldades com ausência ou impossibilidade de encontrar soluções e muito menos nos deixamos perturbar com críticas fáceis, ditadas

por razões de natureza polstico-partidária ou determinadas por interesses de grupo alheios à maioria dos agricultores portugueses.

Aplausos do PSD.

O Orador: — O mundo rural sobrevirá dignificado e com prosperidade.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Deputado António José Seguro, tem agora condições para fazer o pedido de esclarecimento.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Agricultura, quando o estava a ouvir, recordei-me de uma reunião recente que tive num concelho interior do País onde havia agricultores que se queixavam que na mesma exploração agrária já tinham cultivado cereais, vinha, tabaco, tomate, onde havia agricultores que não tinham possibilidade de levar os seus cereais aos celeiros porque lhes exigiam, no mínimo, 15 t, e tratava-se, obviamente, de pequenos agricultores.

A pergunta que lhe queria fazer, em jeito de convite, era se o Sr. Secretário de Estado está disposto a ir comigo a esse concelho e falar a esses agricultores com a mesma fleuma com que falou aqui, na Assembleia da República.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Secretário de Estado, o Sr. Deputado inscreveu-se na altura própria mas a Mesa não lhe deu a palavra no momento devido, pelo que, se o Sr. Secretário de Estado pretender responder, tem a palavra.

O Sr. Secretário de Estado da Agricultura: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, nestes quase cinco anos que levo desta função já andei centenas de milhares de quilómetros para me dirigir a agricultores e falo-lhes com a mesma fleuma quando estou convicto do que digo e do que defendo. Vou consigo, com todo o gosto.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

O Sr. Alberto Costa (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há quase exactamente um ano, como já aqui foi lembrado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entendeu necessário promover, nesta Assembleia, um debate sobre política agrícola e desenvolvimento rural. Para o conseguir fazer, por falta de consenso por parte do PSD, fez uso do seu direito constitucional de agendamento.

Há hoje uma dupla razão para dizer que, de então para cá, o panorama se agravou. Com a posição que recentemente a maioria fez prevalecer, esse debate, nos termos em que o foi no passado, seria por ela impedido.

Com a continuidade política, governativa e ministerial que as eleições e o critério do Primeiro-Ministro até ao momento possibilitaram, agravou-se o quadro agrícola e rural. Há um ano, o Sr. Ministro da Agricultura, de então

e de hoje, traçava aqui um panorama entusiástico da realidade. Mas a simples reprodução das palavras então usadas — e não as vou citar aqui por falta de tempo — reveste-se hoje de alguma, involuntária, ironia.

As estimativas do INE divulgadas em Março, decorrido mais um ano sobre os oito que já então o PSD levava de gestão do sector, não obstante os subsídios contabilizados, indicam para 1991 uma baixa de 11,6 %, em relação a 1990, no rendimento líquido da actividade agrícola, situando Portugal entre os países onde a queda foi mais pronunciada.

Após anos e anos em que a modernização e o rejuvenescimento foram constantemente invocadas, o profundo tradicionalismo e o envelhecimento são os traços notórios que o próprio Governo elege para abrir a caracterização do sector no relatório das Grandes Opções do Plano.

Um alto responsável da Administração Pública, em momento em que as transferências para o sector ultrapassariam seguramente, conforme já foi aqui referido, os 700 milhões de contos, vem reconhecer publicamente, há poucas semanas, a dificuldade de avaliar os benefícios reais dessas transferências no conjunto da agricultura portuguesa. E ao mesmo tempo é admitido, também publicamente, o abrandamento do investimento e da actividade e, finalmente, a chegada das dificuldades às empresas agrícolas.

Da lei geral de fomento agrário, então referida, e que afinal já fora, em 1989, prometida para os finais de 1990, não mais se ouviu falar, ou melhor, ouviu-se agora de novo, com novo nome, ser prometida para data incerta.

Em matéria de reforma da PAC, no ponto em que hoje nos encontramos, falta ainda saber se é nossa ou de Pirro a vitória aqui já reclamada há um ano para Portugal. Como falta saber se a presidência portuguesa, nesta matéria, trabalha para si ou para a presidência inglesa. Como ainda se corre, porventura, o risco de se passar de um tempo em que se dizia ser cedo de mais para apresentar as posições e propostas portuguesas para um tempo em que seja tarde de mais para que elas possam ser eficazmente defendidas.

O Sr. António Guterres (PS): — Muito bem!

O Orador: — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados da maioria: O partido de que VV. Ex.^{as} fazem parte, que está à frente deste sector de há nove anos para cá e em particular desde 1986, pôde dispor, não apenas nem principalmente de avultados meios, mas sobretudo de um dos mais preciosos recursos governativos em democracia: o tempo.

Hoje, alguns de VV. Ex.^{as} exercem a presidência da Comunidade, por ela respondendo nas negociações do Uruguay Round e da reforma da PAC. Independentemente do vosso desempenho — e nós desejamos que o País tenha sucesso —, na perspectiva de um Mundo pós-GATT e duma Europa pós-reforma da PAC, é preciso lembrar que foi à vossa disposição, à vossa disposição e não de outros, que estiveram entretanto os meios e o tempo para mudar, como prometeram; a face da agricultura e prepará-la para os desafios do futuro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Hoje poderá tratar-se apenas de repetir aqui os termos da promessa. Mas amanhã, Sr. Ministro,

vai ser certamente difícil sustentar perante o País e os agricultores que a década que vos foi politicamente creditada serviu para os erguer a uma agricultura de sucesso.

O Sr. António Guterres (PS): — Muito bem!

O Orador: — Estando já no governo do sector antes da adesão, coube-vos gerir toda a primeira etapa da adesão, negociar o que souberam durante ela e, quando da passagem à segunda etapa, coube-vos, tendo o privilégio de o poder prever com um ano de antecedência — recordo palavras do Sr. Ministro, proferidas em Fevereiro do ano passado —, a oportunidade de exercer a presidência das Comunidades na altura em que a discussão da reforma da PAC conhece momentos decisivos.

Até para o preparar houve o tempo suficiente! Tempo que chegava para a discussão ampla que V. Ex.^a disse pretender fazer entre nós e que permitia o estudo detalhado, pela Administração, dos efeitos previsíveis das soluções em vista sobre a realidade agrícola nacional. Infelizmente, o que há a registar a este propósito é que, quando formalmente requiri o acesso a um estudo de que na imprensa se fez eco e a outros mais que tivessem sido promovidos pela Administração, tal acesso foi impossibilitado com o pretexto, nomeadamente, de que «não se tiveriam em conta os parâmetros decorrentes do regime transitório específico em que se encontra a agricultura portuguesa» nem «os cenários negociais tidos por determinantes para o nosso apoio». Isto mesmo!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não são só os resultados numéricos, evocados já ao longo deste debate, que dizem do tempo perdido. *Dossier a dossier*, é possível ilustrar o que foi a gestão do tempo sob a égide dum partido que tem reclamado a capacidade de decisão como o seu grande trunfo governativo.

Permitam-me que refira alguns: seis anos para promover um novo estudo sobre o empreendimento do Alqueva; quase outros tantos para andar às voltas com uma decisão sobre a fábrica beterrabeira; cinco anos para se passar do enunciado, num programa de governo, às vésperas da implementação de um programa de incentivo à cessação de actividade de agricultores idosos e de emparelhamento, abrangendo numa primeira fase pouco mais de 1000 agricultores; um programa abrangendo, ainda que limitadamente, sectores tão prioritários como a fruticultura, horticultura e floricultura foi regulamentado seis anos e dois meses depois da adesão de Portugal às Comunidades;

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Deputado, como já excede levemente o seu tempo, pedia-lhe que, dentro do possível, terminasse a sua intervenção.

O Orador: — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Cinco anos para actualizar o subsídio de gasóleo em montante inferior ao da inflação entretanto acumulada e, mesmo assim, não tendo conseguido evitar, com o novo método, uma controvérsia que andou pelos tribunais e impôs uma solução diferente da que tinha sido querida; também a regularização das bacias do Tejo e do Sorraia atravessa todo este período sem progredir, continuando a população e a actividade de uma região estratégica do ponto de vista agrícola expostas às consequências do ciclo inundações/seca; até uma promessa tão simples como a que foi feita aos endividados produtores de tomate, de serem pagos os diferenciais a que lhes foi reconhecido direito no

período pré-eleitoral, não encontrou ainda tempo para ser concretizada! Confirmei ontem que ainda não tinha sido efectuado um pagamento prometido, «para dentro de dias», em 18 de Fevereiro.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Na normalidade do funcionamento das instituições, o PSD concluirá em 1995 uma década em que terá sido ininterruptamente responsável pela governação do País.

O Sr. João Maçãs (PSD): — Graças a Deus!

O Orador: — Será já no próximo ano, contudo, que concluirá uma década de governação ininterrupta do sector agrícola. Esse será um tempo de ilações necessárias.

Que o balanço para o País em 1995 não seja tão preocupante como se perfila para a agricultura e o mundo rural.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, passamos à fase de encerramento.

Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A interpelação vai ser encerrada mas o debate sobre a agricultura portuguesa não vai seguramente chegar ao fim, vai até começar amanhã.

A Sr.^a Helena Torres Marques (PS): — Muito bem!

O Orador: — A crise do sector e a debilidade das terapêuticas obrigam-nos, porém, a acrescentar alguns pontos.

O discurso agrícola do PSD tem girado invariavelmente, ao longo da década, em torno de três propostas chave: a do aumento da produção, a do aumento da competitividade e a da defesa do rendimento dos agricultores.

O PSD tem uma inequívoca tradição em matéria de retórica de política agrícola. Mas a teoria é que não bate certo com a realidade.

Se o PSD contou, nos seis primeiros anos em que esteve no Governo, com a desculpa de ter exercido o poder em coligação e sem fundos estruturais, a situação tornou-se radicalmente diferente após a integração de Portugal nas Comunidades Europeias e a sempre invocada maioria absoluta.

Ao fim de tantos anos de responsabilidade PSD, sem e com integração comunitária, era de esperar, se não a recuperação do atraso secular que nos caracteriza, se não o cumprimento das promessas eleitorais e programáticas, pelo menos que a agricultura portuguesa não viesse a degradar-se mais e mais de ano para ano.

A realidade é, porém, a de que foram sistematicamente ultrapassadas as expectativas mais pessimistas: o produto agrícola em Portugal foi, em 1991, a preços constantes, 70 % do produto agrícola registado em 1985.

Esta queda abissal do produto reflectiu-se dramaticamente no rendimento dos agricultores. Para evidente frustração do Ministro da Agricultura, os sucessivos apuramentos da evolução do rendimento dos agricultores feitos pelo INE e pelo EUROSTAT confirmam que, em Portugal, as quedas dos rendimentos agrícolas não têm paralelo em toda a Europa e contrastam fortemente com o

que se verificou com os outros três países menos desenvolvidos da Comunidade: a Irlanda, a Grécia e, sobretudo, a Espanha, que registaram as maiores taxas comunitárias de crescimento no rendimento dos agricultores.

O caso da Espanha é particularmente elucidativo. Sendo a Espanha sujeita a variações climáticas necessariamente próximas das registadas no nosso país, e tendo a Espanha entrado na Comunidade ao mesmo tempo que Portugal, como se explica que, enquanto Portugal é o campeão da descida do produto e do rendimento médio dos agricultores, a Espanha seja a campeã do aumento do produto e do rendimento dos agricultores?

A resposta é óbvia! O problema não é a PAC, nem a seca, nem a chuva. O problema é o PSD, é a década do PSD à frente do Ministério da Agricultura

Aplausos do PS.

Em termos de competitividade, os anos de maioria PSD são anos de permanente regressão. O conjunto dos bens agrícolas e alimentares viu o seu défice comercial crescer 146% em seis anos. Por outro lado, não se pode esconder a perda de competitividade externa da produção agro-alimentar e florestal do País.

Todavia, o volume de verbas públicas destinadas à agricultura cresceu exponencialmente nos últimos anos, quer em virtude dos fundos comunitários, quer pelo crescimento da máquina burocrática do Estado imposta pelo PSD, que também se tem feito sentir na agricultura de forma tentacular.

O Orçamento do Estado para 1992 consignou à agricultura, em sentido estrito, em custos burocráticos e verbas transferidas, cerca de 250 milhões de contos, verba que não se encontra já muito longe do próprio valor acrescentado agrícola registado em 1991, que foi de 320 milhões de contos.

Acresce a este facto que os consumidores portugueses têm de pagar preços de produtos agrícolas comunitários muito superiores aos preços do mercado internacional, registando-se assim uma grande transferência de fundos dos consumidores portugueses para a agricultura da Comunidade, cujo custo não pode nem deve continuar a ser ignorado.

O problema agrícola não é o que advém de falta de dinheiros públicos e de sacrifício dos consumidores portugueses em matéria de preços de bens alimentares.

O problema é que o PSD não tem nem nunca teve, uma única vez, uma política de verdadeira reforma estrutural da agricultura portuguesa e de apoio à modernização das unidades de exploração: nada fez quanto ao plano nacional da irrigação que, nos seis primeiros anos de integração comunitária, poderia ter arrancado; ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... não fez nada ou, se fez, foi muito pouco, quanto à reforma antecipada dos agricultores; não fez nada quanto ao lançamento das grandes infra-estruturas agrícolas e quanto à estruturação fundiária; foi completamente incapaz de definir uma estratégia de orientação agrícola baseada nas vantagens comparativas nacionais; não tem nem posição, nem qualquer entendimento do que quer que seja sobre a reforma da política agrícola comum: mantém no maior segredo a negociação do GATT.

A verdade é que quem nunca foi capaz de pensar a reforma da agricultura portuguesa não vai ser, por maioria de razão, capaz de pensar a negociação do GATT ou a reforma da PAC, por mais que, neste domínio, lhe agrade o protagonismo simbólico internacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Os agricultores portugueses é que, parece, não estão muito de acordo com ter que pagar a factura desse grande espectáculo.

A ficção da reforma estrutural da agricultura portuguesa passou, assim, a figurar, lado a lado com as suas irmãs da educação e dos impostos, no museu — o grande museu — das fabricações publicitárias do PSD, cujo prazo de validade também expirou.

Aplausos do PS.

Depois dos estudantes e dos contribuintes, é a vez da grande desilusão dos agricultores!

O Sr. António Campos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mais tarde ou mais cedo, talvez acabemos por ter outro Ministro da Agricultura que, à semelhança do novo Ministro da Educação, venha declarar que se trata, então, de começar do zero ou mesmo abaixo do zero.

Aplausos do PS.

Acautele-se, Sr. Ministro da Agricultura! O PSD é assim: quando é preciso uns mudam para que os outros fiquem todos na mesma! .

Aplausos do PS.

É o que se chama estabilidade de maioria com grande instabilidade e voragem de governantes. Pode iludir alguns, mas aquilo que o País terá de questionar, cada vez com mais acuidade, é se se pode dar ao luxo de continuar a perder conjunturas historicamente excepcionais sem que os grandes desafios nacionais tenham qualquer resposta concreta e positiva.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Cumprimos o nosso dever ao interpelar o Governo. E, neste caso, a interpelação foi dupla: foi ao Ministro da Agricultura e também ao Presidente do Conselho de Ministros da Agricultura da Comunidade Europeia.

A ambos, na mesma pessoa, queremos dizer uma coisa simples, já que as respostas não foram persuasivas. Não contem connosco para caucionar mais adiamentos. Os agricultores portugueses — que investem, produzem e querem modernizar-se para ser competitivos e que também sabem manifestar-se — têm direito a outro tratamento, a outro apoio, a outro estímulo, a outra orientação e, sobretudo, a outro enquadramento comunitário que cabe ao Governo defender e promover.

Não queiram passar-lhes uma certidão de óbito. Enquanto é tempo, salvemos a agricultura portuguesa.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para a intervenção de encerramento do debate, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. Ministro da Agricultura: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Afinal, valeu a pena participar neste debate. Se há muito tinha algumas certezas sobre as opções da política agrícola que temos vindo a seguir, dei-as hoje por inteiramente confirmadas.

O que é que todos ouvimos hoje aqui? De facto, ouvimos o Partido Socialista e, em particular, o seu líder, subscreverem em termos gerais as posições que há muito venho defendendo no que respeita à reforma da política agrícola comum.

Aplausos do PSD.

De inovador, pretendeu o Partido Socialista apresentar, aqui, a sua teoria dos cinco eixos para o desenvolvimento agrícola. Aos menos atentos, convirá remetê-los para a leitura dos Programas do XI e XII Governos Constitucionais, já que é isto que estamos a concretizar de há seis anos a esta parte.

Mas é bom fazer consensos sobre as grandes questões da política agrícola.

O Sr. João Maçãs (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Então, o que resta do discurso do Partido Socialista, ultrapassado que está no que respeita à definição da estratégia?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É perigoso, em matéria de desenvolvimento, sobrelevar os pequenos acidentes de percurso, próprios de quem faz um percurso, as dificuldades pontuais, os pequenos recuos aqui e ali, tentando com isso encobrir-se a imagem do todo. O PS veio aqui falar — permitam-me a expressão — de algumas árvores ignorando a floresta que cresce.

Foi o que fez, por exemplo, com o tema central do seu discurso, à volta do rendimento agrícola em 1991, sem curar de explicar aqui quais foram as suas causas.

O desenvolvimento faz-se com os cidadãos. É um processo não apenas económico mas igualmente sociológico e tem, por isso, os seus custos próprios e o seu tempo de afirmação. E há uma verdade inquestionável em Portugal: há uma mudança profunda, que passa também pela agricultura e pelo desenvolvimento rural, à qual os cidadãos deste país têm aderido.

É fácil dizer que 2 milhões de contos para um certo programa, entre 20 outros que estão em aplicação, num dado ano, é pouco; é fácil invocar as situações dos matadouros *a*, *b* ou *c*; é fácil dizer que o projecto *x* já deveria ter sido concretizado há cinco ou seis anos, mesmo quando essa execução nada tem a ver com o Governo; é fácil, em suma, ser tão reivindicativo e tão irreverente, mas não é politicamente responsável!...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O combate pela modernização de Portugal tem inúmeras frentes e a agricultura é uma delas, que, sem traumas, se tem enquadrado no desenvolvimento geral do nosso país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, permitam-me dizer-lhes que não bastam belos discursos parlamentares, por mais fino que seja o seu recorte literário, para resolver esses problemas.

Iremos prosseguir o nosso trabalho com seriedade, honestidade e humildade. Assim o fizemos na primeira década e assim o faremos, se o povo português quiser, na segunda década, em termos do Ministério da Agricultura.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, está esgotada a ordem do dia. A sessão de amanhã terá início às 10 horas e da ordem do dia constam perguntas ao Governo.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 21 horas e 10 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Álvaro Bessaia Barreto.
Arménio dos Santos.
Carlos Almeida Figueiredo.
Carlos Duarte Oliveira.
Carlos Lopes Pereira.
Cipriano Rodrigues Martins.
Fernando Cardoso Ferreira.
Fernando Gomes Pereira.
João de Oliveira Martins.
João José Pedreira de Matos.
José Ângelo Correia.
José Bernardo Falcão Cunha.
José Pereira Lopes.
Manuel Antero Cunha Pinto.
Manuel Batista Cardoso.
Manuel Castro de Almeida.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Melchior Pereira Moreira.
Pedro e Holstein Campilho.
Pedro Manuel Passos Coelho.

Partido Socialista (PS):

António Domingues Azevedo.
António Luís Santos Costa.
Carlos Manuel Costa Candal.
João António Gomes Proença.
Joel Eduardo Hasse Ferreira.
José Manuel Magalhães.
Laurentino José Castro Dias.
Luís Filipe Madeira.
Raul Fernando Costa Brito.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Ana Paula Matos Barros.
António da Silva Bacelar.
António José da Motta Veiga.
António Santos Pires Afonso.
Carlos Lopes Pereira.
Carlos Miguel de Oliveira.
Delmar Ramiro Palas.
Elói Franklin Ribeiro.
Fernando Marques de Andrade.
Guido Orlando Rodrigues.
João Álvaro Poças Santos.
Joaquim Vilela Araújo.
José Álvaro Pacheco Pereira.
José Augusto Silva Marques.
José Freitas Costa Leite.
José Macário Correia.
Manuel Maria Moreira.

Maria Helena Ramos Mourão.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.
 Rui Manuel Lobo Gomes Silva.
 Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

António Alves Martinho.
 Edite Marreiros Estrela.
 Fernando Manuel Costa.
 Jorge Fernando Sampaio.

Leonor Coutinho Santos.
 Manuel António dos Santos.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui Rabaça Vieira.

Partido Comunista Português (PCP):

João Gonçalves do Amaral.
 Luís Carlos Martins Peixoto.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 6\$ + IVA;
 preço por linha de anúncio, 178\$ + IVA.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 277\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)